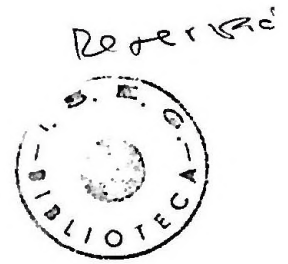


UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

A CRISE ARGENTINA, COOPERAÇÃO E CONFLITO NAS
REFORMAS ECONÓMICAS: O GOVERNO PERANTE O FMI

Maria Amélia Monteiro de Sacadura Garcia Valle-Flôr

Orientação: Prof. Doutor Manuel Ennes Ferreira

Júri:

Presidente:

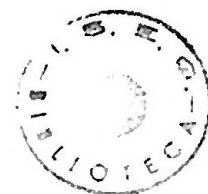
Prof. Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, professor associado com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Prof. Doutora Cristina Maria Soares Matos, professora auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

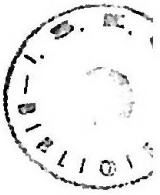
Prof. Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Junho / 2004



GLOSSÁRIO DE SIGLAS E TERMOS ABREVIADOS

AL	América Latina
ANSES	Administração Nacional de Segurança Social
BC	Banco Central
BCRA	Banco Central Republica Argentina
EFF	Extended Fund Facilities
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONCAP	Fundo de Capital Social
IADB	Inter American Development Bank
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Census
ISI	Industrialização Substituição Importações
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PIB	Produto Interno Bruto
REER	Taxa Efectiva de Câmbio Real
SBA	Stand-by Arrangement
SDR	Direitos Especiais de Saque
SIJP	Sistema Integrado de Aposentadorias e Pensões
TPF	Total Productivity Factor
UE	União Europeia
USD	United States Dollar



RESUMO

O objectivo deste estudo é analisar a crise argentina. Nos anos 90 do séc. XX a Argentina implementou reformas estruturais, passando por um profundo processo de liberalização e privatização. O FMI apoiou este país financeiramente e apontou a Argentina como um modelo de desenvolvimento a ser seguido por outras economias emergentes. Contudo, no final de 1998 iniciou-se uma crise económica com graves consequências políticas e sociais, que se fazem sentir até ao presente momento. Tentaremos identificar a quem cabem as responsabilidades: o Governo Argentino, o FMI ou ambos.

Palavras Chave: Argentina, Governo, FMI, Crise, Reformas, Conflito e Cooperação

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the Argentine crisis. During the 90^s Argentina implemented structural reforms and went through a deep process of liberalization and privatisation. The IMF supported the country financially and pointed out Argentina as a developing model to be followed by other emerging markets. Nevertheless an economic crisis with strong political and social effects started in late 1998 and lasts until the present. We will try to identify to whom the responsibilities should be addressed: the Argentine Government, the IMF or both.

Key words: Argentina, Government, IMF, Crisis, Reforms, Conflict and Cooperation.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	1
CAP. I O FMI COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E O SEU	
FUNCIONAMENTO.....	4
1.1 Artigos de Constituição e Funções do FMI.....	4
1.1.1 Os Empréstimos.....	6
1.1.2 Assistência Técnica.....	10
1.1.3 Vigilância.....	11
1.2 Condicionalidade.....	13
1.3 Transparência.....	17
1.4 As Políticas Neo-Liberais e Principais Críticas ao FMI.....	18
CAP. II EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA: DO SÉC. XVI	
À DÉCADA DE 90 DO SÉC. XX.....	22
2.1 Economias Regionais de Subsistência: séculos XVI a	
XVIII.....	23
2.2 Etapa de Transição: finais séc XVIII a 1860.....	24
2.3 Economia Primária Exportadora: 1860 a 1930.....	27
2.4 Economia Semi-Industrial Dependente: 1930 até 1989.....	32
2.4.1 Políticas Económicas entre 1930 e 1957.....	34
2.4.2 O Período de 1957 a 1962 e a Adesão ao FMI.....	39
2.4.3 A Restauração Liberal (1962 a 1963).....	40
2.4.4 O Governo Radical (1963 a 1966).....	42
2.4.5 O Regime Militar (1966 a 1970).....	43
2.4.6 A Abertura Nacionalista (1970 a 1982).....	45
2.4.7 A Década Perdida (1983 a 1989).....	49
2.5 Uma Síntese.....	52

CAP. III ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA DA DÉCADA

DE 90.....57

3.1 Reformas Efectuadas..... 61

3.1.1 Plano de Convertibilidade e Política Financeira.....61

3.1.2 Privatizações.....63

3.1.3 Comércio Externo e Mercosul.....65

3.1.4 Política Fiscal.....67

3.1.5- Reforma da Segurança Social.....69

3.1.6- Reforma Laboral.....71

3.2 Desempenho Macroeconómico.....73

3.2.1 A Estabilização e Movimentos de Preços Relativos.....73

3.2.1.1 A Sobrevalorização do Peso.....74

3.2.2 Os Mercados Financeiros.....77

3.2.2.1- As Crises Internacionais.....79

3.2.3 A Actividade Real: Crescimento e Flutuações.....84

3.2.3.1 Investimento e Produtividade.....84

3.2.3.2 Emprego.....87

3.2.3.3 Contas Públicas.....89

3.2.3.4 Sector Externo.....95

3.2.3.5 A Dívida Externa e a Dívida Pública.....101

3.3 Uma Síntese.....105

CAP. IV A CRISE ARGENTINA E O FMI.....108

4.1 Os Antecedentes da Crise e os Acordos com o FMI.....109

4.2 Posição do FMI Face à Crise.....118

4.2.1 O Regime Cambial na Perspectiva do FMI.....119

4.2.2 A Política Orçamental na Perspectiva do FMI.....121

4.2.3 A Dívida na Perspectiva do FMI.....123

4.2.4 As Reformas Estruturais na Perspectiva do FMI.....	125
4.3 Posição Governo.....	129
4.3.1 As Reformas Efectuadas e o Plano de Convertibilidade na Perspectiva do Governo.....	129
4.3.2 Causas da Crise na Perspectiva do Governo.....	132
4.3.3 Papel do FMI na Perspectiva do Governo.....	134
4.4 Os Economistas e o Debate sobre a Crise Argentina.....	136
4.4.1 Política Orçamental.....	137
4.4.2 O Plano de Convertibilidade.....	139
4.4.3 O Declínio dos Fluxos de Capital.....	141
4.4.4 Reforma Estrutural.....	142
4.4.5 Factores Institucionais e Políticos.....	144
4.4.6 Choques Externos.....	145
4.4.7 A Dinâmica da Dívida.....	147
4.4.8 O Sistema Bancário.....	148
4.4.9 A Actuação do FMI.....	148
4.5 Uma Síntese.....	151
CONCLUSÃO.....	154
BIBLIOGRAFIA.....	158
ANEXOS.....	174

Listagem de Quadros

	Pág.
Quadro 1	Taxa média anual acumulada do PIB.....35
Quadro 2	Indicadores macroeconómicos de 1970-1990..... 45
Quadro 3	Indicadores macroeconómicos de 1983 a 1989..... 50
Quadro 4	Indicadores económicos de 1991 a 2000.....58
Quadro 5	Concentração dos depósitos bancários.....78
Quadro 6	Investimento por décadas.....84
Quadro 7	Produtividade e crescimento.....85
Quadro 8	Pobreza e desemprego na Argentina.....87
Quadro 9	Receitas e despesas do Governo argentino (1993-2000).....90
Quadro 10	Contas públicas 1993-2001.....91
Quadro 11	Pagamento de juros, receitas correntes e PIB a preços Correntes.....92
Quadro 12	Saldo do Governo Consolidado, 1993-1998.....94
Quadro 13	Conta corrente da Argentina de 1992 a 2000.....95
Quadro 14	Financiamento da conta corrente e acumulação de reservas.....96
Quadro 15	Fonte de fundos externos na década de 90.....96
Quadro 16	Evolução dos termos de troca.....100
Quadro 17	Dívida externa de 1996-2000.....102
Quadro 18	Saldo da dívida pública, por instrumentos e duração 1992-2001.....103
Quadro 19	Evolução da dívida pública, 1997-2001.....104
Quadro 20	Indicadores económicos Argentina de 1998 a 2002.....115

AGRADECIMENTOS

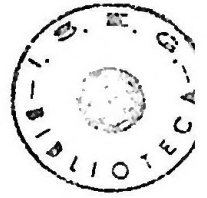
Em primeiro lugar, queria agradecer ao meu orientador Prof. Doutor Manuel Ennes Ferreira, por toda a sua confiança, ânimo, apoio e ajuda que me prestou ao longo deste estudo.

Também um muito obrigada ao Sr. Embaixador da Argentina, Dr. Jorge Faurie, pelos esclarecimentos preciosos sobre este país que fui aprendendo a gostar.

A todos os meus colegas de mestrado que, como não podia deixar de ser, passei a considerar como amigos. Em especial, um agradecimento à Guida que, já há muitos anos percorre comigo esta aventura académica e que, de uma forma muito "particular" me deu o principal incentivo para fazer este mestrado.

Ao Nini,

Em especial, aos meus filhos por suportarem a minha ausência.



“There are countries which are rich
and countries which are poor.
And there are poor countries which are growing rich.
And then there is Argentina”

Mario Vargas Llosa

Introdução

A Argentina, depois de ter sido considerada no final do século XIX um dos países mais ricos do mundo, posicionando-se ao lado das economias mais avançadas da época como o Canada e a Austrália, experimentou na maior parte do século XX, um declínio económico, considerado por vários autores como das mais enigmáticas e mal compreendidas histórias nacionais na literatura do desenvolvimento.

As altas taxas de crescimento do produto e de desenvolvimento do país até 1928, tiveram como grandes pilares a exportação de produtos agro-pecuários e o investimento estrangeiro. Contudo, a crise mundial verificada em 1929 levou à diminuição da procura das exportações argentinas e à deterioração dos termos de troca, pelo que a estratégia adoptada até finais dos anos 50 foi a substituição de importações, sendo a industrialização o motor de crescimento económico.

A crise da balança de pagamentos gerada no final deste período é identificada com o esgotamento deste modelo de desenvolvimento e com o estabelecimento de uma política liberal, concretizada com a adesão da Argentina ao FMI em 1957. A instabilidade política e a alternância de políticas económicas nos 30 anos decorrentes, não permitiram resolver os problemas básicos da economia, entre os quais baixos níveis de capitalização e fraco desenvolvimento tecnológico. A Argentina encontrava-se no final dos anos 80 com uma pesada dívida externa num contexto de hiper-inflação.

Embora as relações entre a Argentina e o FMI, datassem já dos anos 50 do século XX, foi ao longo da década de 90 que a intervenção do FMI se tornou mais notória, apoiando financeiramente este país através dos seus programas de ajustamento estrutural, ao mesmo tempo que a Argentina procedia a reformas económicas tendentes a liberalizar a sua economia.

No final de 1998, iniciou-se uma profunda crise económica e social, cujos efeitos são ainda sentidos no presente momento.

O desenrolar da crise que culminou em Dezembro de 2001, com a declaração do incumprimento da dívida pública, por parte do Governo argentino, levou a que a comunidade internacional dirigisse a sua atenção para o Fundo Monetário Internacional, uma vez que este organismo internacional, tinha ao longo da década de 90, elegido a Argentina como modelo de desenvolvimento exemplar.

No entanto, os resultados alcançados pelo Governo argentino nem sempre foram os desejados. Bem pelo contrário, por vezes. A crise económica teve imediatamente reflexos ao nível social e político.

Em casos com este, o mais usual é que as interpretações acerca do que se passou resvalam da visão unilateral que culpabiliza o FMI até aos que se situam no polo oposto: as culpas devem ser assacadas por inteiro ao Governo argentino. Do ponto de vista académico não nos satisfaz estas interpretações, demasiado simplistas e redutoras. A importância do caso argentino desafiou-nos, assim, a tentar encontrar alguma interpretação mais adequada à realidade.

Deste modo, o *objectivo desta dissertação* é procurar responder à grande questão: houve cooperação ou conflito entre o Governo argentino e o FMI na persecução daquelas reformas? Ou terá havido cooperação e conflito em todos os momentos daquela relação, umas vezes mais marcadamente de rispidez, outras de colaboração? E em que medida isso influenciou a estabilidade económica e social do país e afectou, positiva e negativamente as reformas económicas desejadas?. No fundo, pretende-se avaliar qual o grau de responsabilidade que cabe a cada uma das partes, ou seja, iremos procurar identificar se as responsabilidades pela presente crise foram partilhadas ou não.

Isto conduz-nos, à nossa *hipótese de trabalho*: num caso tão complexo e intrincado como é o da Argentina, parece-nos que a atribuição de responsabilidades exclusivas a qualquer dos dois principais

actores – o Governo argentino e o FMI – não tem qualquer cabimento na interpretação da crise argentina.

A *nível metodológico*, este trabalho baseou-se fundamentalmente na recolha, sistematização e análise bibliográfica e documental. Para tal, foi efectuada uma pesquisa nas bibliotecas do Instituto Superior de Economia e Gestão, na Embaixada da Argentina e na Internet.

A *estrutura do trabalho* apresenta-se dividida em quatro capítulos.

No capítulo I iremos fazer uma síntese do funcionamento do FMI, apresentando algumas das principais críticas dirigidas a este organismo internacional.

No capítulo II iremos elaborar uma breve síntese sobre a evolução da economia argentina e das suas políticas de desenvolvimento desde o final do século XVI ao final da década de 80 do século XX.

No capítulo III o estudo recairá exclusivamente sobre a década de 90. No ponto 3.1 serão apontadas as principais reformas económicas efectuadas pela Argentina. No ponto 3.2 os resultados da implementação destas reformas serão analisados em termos do comportamento das principais variáveis macroeconómicas.

No capítulo IV iremos analisar o desenrolar da crise argentina, identificar as suas origens e apresentar o posicionamento do FMI, do Governo e de economistas independentes face à crise.

Uma vez que no final de cada capítulo será elaborado um pequeno resumo do mesmo, nas conclusões serão apenas apresentadas as respostas possíveis às questões levantadas pelo tema deste trabalho.

CAPÍTULO I

O FMI COMO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E O SEU FUNCIONAMENTO

O FMI é uma organização internacional constituída actualmente por 184 países membros¹. Embora tenha sido constituído em Julho de 1944 em Bretton Woods nos Estados Unidos da América, só começou a operar em Março de 1947².

No ponto 1.1 deste capítulo iremos referir-nos aos estatutos por que se rege o FMI traduzidos nos seus artigos de constituição e as suas três principais funções: concessão de empréstimos, assistência técnica e vigilância.

No ponto 1.2 será analisada a condicionalidade adjacente aos empréstimos e no ponto 1.3 debruçamo-nos sobre a transparência dentro desta instituição. Finalmente no ponto 1.4 são apresentadas as principais críticas a esta instituição.

Os três primeiros pontos irão ser baseados nos documentos oficiais do FMI e permitirão compreender, de forma mais clara ao longo deste trabalho, as particularidades específicas da sua intervenção na economia argentina a que nos referiremos no capítulo IV.

1.1 Artigos de Constituição e Funções do FMI

Para se ter uma visão mais clara dos procedimentos e objectivos do FMI, convém analisar as suas normas de funcionamento e que se

¹ Inicialmente o FMI era composto por 32 membros. Em 1960 contava com 68 membros, em 1971 com 121 membros e, em 2003, 184 membros. O 184º membro foi Timor (IMF, 2003d).

² O seu primeiro empréstimo foi à França em Maio de 1947 (IMF Chronology).

encontram definidas em 23 artigos³. Iremos evidenciar na análise destes artigos não só os que correspondem às linhas mestras como também os que poderão, ao longo desta dissertação, ter uma relevância especial.

No artigo 1, são definidos os objectivos do FMI:

- promover a cooperação monetária internacional;
- facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional, contribuindo assim, não só para a promoção e manutenção de altos níveis de emprego e rendimento, como também para o desenvolvimento da capacidade produtiva de todos os países membros;
- promover a estabilidade cambial e evitar uma depreciação cambial competitiva;
- providenciar o estabelecimento dum sistema multilateral de pagamentos entre os países membros e a eliminação de restrições cambiais que impedem o crescimento do comércio internacional;
- tornar disponíveis os fundos do FMI por forma aos países poderem proceder a correcções nos desajustamentos das suas balanças de pagamentos.

No artigo 3 é definida a posição relativa dos países membros através duma quota expressa em SDR (*Special Drawing Rights*)⁴.

O artigo 4 refere-se aos sistemas cambiais adoptados pelos países membros. Qualquer membro terá como dever, empenhar-se em seguir políticas económicas e financeiras que tenham por objectivos, entre outros, o crescimento económico, a estabilidade dos preços e a não manipulação das taxas de câmbio com fins competitivos. Os países são

³ Os artigos de constituição foram elaborados em 1945, tendo surgido várias emendas ao longo dos anos (1969, 1976, 1978, 1990, 1997)

⁴ SDR (Direitos Especiais de Saque) referem-se aos direitos especiais de levantamento de cada país membro. Em Janeiro de 1981 determinou-se que o seu valor seria baseado num conjunto de cinco moedas para se determinar a sua valorização diária. O FMI poderá libertar fundos para o país membro, tanto em SDR como na moeda do país em questão. As quotas são revistas pelo Fundo, num período não superior a 5 anos. O Conselho de Administração (Board of Directors), por solicitação dos membros, poderá considerar, se necessário o ajustamento de qualquer quota.

livres em optar por qualquer sistema cambial desde que o mesmo seja consistente com estes objectivos⁵.

No entanto, compete ao Fundo manter uma firme vigilância sobre as políticas cambiais adoptadas e definir princípios específicos para “o acompanhamento e orientação de todos os membros na condução destas políticas”⁶.

O artigo 5 refere-se às condições estabelecidas ao uso dos fundos do FMI. O FMI deverá adoptar políticas para a utilização destes fundos, seja em *Stand-By Agreements* (SBA) ou arranjos similares. Os empréstimos são disponibilizados em tranches, não podendo exceder 200% da quota⁷ do país membro. Contudo, esta situação poderá ser ultrapassada em situações extraordinárias que venham a ser requeridas pelo país membro⁸.

Ao considerar que os fundos do FMI estão a ser indevidamente utilizados pelo país requerente, o Fundo deverá apresentar por escrito esta situação ao Governo do país em questão, podendo, na ausência duma justificação plausível, limitar-lhe o acesso⁹.

1.1.1 Os Empréstimos

Ao contrário dos bancos de desenvolvimento, o FMI não empresta para projectos específicos: “a função principal do FMI é conceder empréstimos a países com problemas nas suas balanças de pagamentos por forma a que estes criem condições para um crescimento económico sustentável. A assistência financeira prestada pelo FMI permite aos países reconstruírem as suas reservas internacionais, estabilizarem as

⁵ Art 4, secção 2 (c)

⁶ Art 4, secção 3 (b). Esta alínea especifica ainda que, para que a vigilância seja eficaz, os Governos deverão proporcionar ao Fundo, toda a informação necessária.

⁷ Art.5, secção 3 (iii).

⁸ Art 5, secção 4. Estas situações são apresentadas pelo FMI como um “perdão” (waiver) que é concedido ao país.

⁹ Art 5, secção 5

suas moedas e continuarem a poder pagar as suas importações sem terem que impor restrições comerciais ou controles de capital” (IMF, 2003b:1).

Os empréstimos do FMI são concedidos segundo um acordo (*arrangement*) que estipula as condições a que o país deve obedecer para ter acesso ao empréstimo. Todos os acordos devem ser aprovados pelo Conselho Executivo (ver anexo 12) e devem ser baseados em programas económicos formulados pelos países, expressos numa “Carta de Intenção”¹⁰. Depois da aprovação, proceder-se-á ao desembolso do empréstimo em tranches, ao mesmo tempo que é monitorizado o programa económico proposto.

Ao longo dos anos o FMI tem desenvolvido diferentes instrumentos de empréstimo (*facilities*), desenhados de acordo com as circunstâncias específicas em que se encontram os seus membros.

Os empréstimos podem ser concessionais e não-concessionais. Enquanto que aos empréstimos concessionais são aplicadas taxas de juro bonificadas, aos empréstimos não-concessionais são aplicadas taxas de juro indexadas ao mercado (denominadas *rates of charge*¹¹). Por exemplo, os países de baixo rendimento podem obter empréstimos concessionais através do PRGF (*Poverty Reduction and Growth Facility*).

Os empréstimos não-concessionais podem referir-se a cinco diferentes instrumentos: o SBA (*Stand-By Arrangement*), o EFF (*Extended Fund Facility*), o SRF (*Supplemental Reserve Facility*), o CCL (*Contingent Credit Lines*) e o CFF (*Compensatory Financing Facility*).

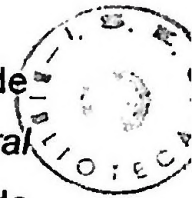
As principais características das diferentes facilidades de financiamento são as seguintes:

¹⁰ As políticas a seguir pelos Governos poderão incluir além da Carta de Intenção, um “Memorandum de Políticas Económicas e Financeiras” (MEFP) que poderá ser acompanhado por um “Memorandum Técnico de Compreensão” (TMU). Estes documentos devem ser preparados pelas autoridades com a cooperação e assistência dos funcionários do Fundo e deverão ser submetidos ao Director Executivo (IMF, 2002c).

¹¹ Por vezes a estas “rate of charge” é adicionado uma sobre-carga “surcharge”. A taxa de juro é baseada nas taxas de juro dos SDR, sendo as mesmas revistas semanalmente. Em Março de 2003 a taxa de juro era de cerca de 2.93% (IMF, 2003b).

a) PRGF (Poverty Reduction and Growth Facility)

Durante vários anos a assistência dada pelo FMI aos países de baixo rendimento era concedida através dos ESFA (*Enhanced Structural Adjustment Facility*). Em 1999 verificou-se um reforço no enfoque da pobreza tendo então os ESFA sido substituídos pelos PRGF¹². Os PRGF são baseados num programa estratégico de redução de pobreza “elaborado pelos países, em colaboração com a sociedade civil e outros intervenientes, particularmente o Banco Mundial” (IMF, 2003b:2). Os empréstimos devem ser pagos num período de cinco e meio a dez anos, com uma taxa de juro de 0.5%.



b) SBA (*Stand-By Arrangements*)

O SBA é o instrumento mais utilizado pelo FMI e é aplicado em situações problemáticas da balança de pagamentos. A duração de um SBA é normalmente de 12 a 18 meses e o seu pagamento deverá ser executado entre dois a quatro anos (a não ser que seja autorizada uma extensão de pagamento).

Os SBA são normalmente concedidos a países com sólidas políticas económicas (IMF, 2003g).

c) EFF (*Extended Fund Facilities*)

Este instrumento foi criado em 1974 para ajudar os países com problemas mais prolongados da balança de pagamentos, cujas raízes se encontram na própria estrutura da economia. Os prazos do EFF são de 3 anos e o pagamento deverá ser efectuado num período de quatro e meio a sete anos.

d) SRF (*Supplemental Reserve Facility*)

O SRF foi introduzido em 1997 com o objectivo de responder a necessidades de financiamento de curto prazo. A perda de confiança no mercado verificada nas economias emergentes, nos anos 90, e as

¹² Os PRGF foram concebidos em conjunto pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os termos de colaboração entre estas duas instituições foi definido numa concordata em 1989. Em 1996 o FMI e o Banco Mundial introduziram a iniciativa dos “Heavily Indebted Poor Countries” com o objectivo de reduzir as dívidas dos países mais endividados (IMF, 2003h).

consequentes volumosas saídas de capital, levaram a que o Fundo tivesse que desembolsar empréstimos mais avultados. O prazo de pagamento destes empréstimos é de dois a dois anos e meio e todos eles têm um juro adicional de 3 a 5%.

e) CCL (*Contingent Credit Lines*)

O objectivo desta facilidade de crédito é ajudar os países na prevenção de crises. Foi estabelecida em 1999 e desenhada para países que embora tenham implementado sólidas políticas económicas, possam vir a sofrer do “efeito contágio” provocado por crises internacionais.

f) CFF (*Compensatory Financing Facility*)

O CFF teve início nos anos 60 e foi desenhado para ajudar países que apresentavam quebras repentinas nas suas receitas de exportação ou uma subida no custo de cereais importados em consequência da flutuação dos preços internacionais.

g) Empréstimos de Emergência

O FMI concede empréstimos de emergência a países que tenham sofrido desastres naturais ou que estejam a emergir dum conflito. Estão sujeitos a uma taxa de juro específica e devem ser reembolsados num período de 3 a 5 anos.

O volume de empréstimos concedidos pelo FMI não tem sido uniforme ao longo das últimas décadas. Os choques de petróleo dos anos 70 e a crise da dívida dos anos 80 do século XX, foram marcos que levaram a um grande aumento da assistência financeira do Fundo. Já nos anos 90, o processo de transição dos países da Europa Central e do Leste, assim como as crises financeiras que despoletaram em diversos países em desenvolvimento, nomeadamente na Ásia e na América Latina, levaram ao aumento do número e montante de empréstimos do FMI.

1.1.2 Assistência Técnica

O objectivo da assistência técnica é contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos dos países, realçando a eficácia das políticas económicas e financeiras. Segundo o FMI, este objectivo é conseguido através da ajuda do Fundo ao desenvolver e consolidar as capacidades humanas e institucionais dos países em questão, melhorando a qualidade das políticas a implementar e aconselhando no desenho e implementação das políticas macroeconómicas e estruturais.

A assistência técnica é vista como um benefício do qual usufruem os países membros, que não acarreta qualquer despesa para os mesmos. O apoio do Fundo é dado em áreas que incluem as políticas fiscais, monetárias e estatísticas, sendo dada prioridade às situações de prevenção de crises, alívio da dívida e redução de pobreza .

Cerca de três quartos da assistência técnica é dirigida a países de baixos e baixos/médios rendimentos, sendo a África Sub-Sahariana a região que mais tem desfrutado da mesma.

A assistência técnica é feita por funcionários do FMI através de missões por tempo determinado¹³. É igualmente considerada a permanência de alguns quadros, no país, por períodos que vão de algumas semanas a alguns anos. Outra forma de prestar assistência técnica é através de relatórios técnicos e de diagnóstico, cursos de treino, seminários, *workshops*, aconselhamento “*on line*” através da internet e administrando os fundos provenientes dos doadores bilaterais e multilaterais.

¹³ Actualmente o FMI dispõe de três centros regionais de assistência técnica no Pacífico, nas Caraíbas e um centro em África. Dispõe igualmente de centros de treino regionais no Brasil, Tunísia e Áustria (IMF, 2003c).

1.1.3 Vigilância

“Uma das principais responsabilidades do FMI é manter um diálogo com os países membros sobre as consequências nacionais e internacionais das suas políticas financeiras” (IMF, 2003d:1).

Esta vigilância (*surveillance*) (ou “consultas do artigo IV”, como são conhecidas) é feita através dum processo de aconselhamento/monitorização, normalmente uma vez por ano¹⁴.

As recentes crises financeiras¹⁵ e os seus efeitos de contágio vieram realçar a importância duma eficaz vigilância por parte do FMI.

Assim, este tem-se empenhado em “tomar medidas para fortalecer a sua capacidade de detectar vulnerabilidades e riscos num estágio inicial”(IMF, 2003d:1).

Embora o artigo IV se refira à vigilância que o FMI deve prestar (ver ponto 1.1), os princípios foram reforçados em 1978, nomeadamente no que respeita à apreciação das políticas cambiais dos países membros por parte do FMI. Os desafios da globalização, incluindo a grande expansão dos fluxos de capital na década de 90, vieram alargar o âmbito da vigilância. Embora as políticas cambiais e fiscais se mantenham o principal foco de atenção, a vigilância alargou-se para as seguintes áreas:

a) políticas estruturais

A necessidade de vigilância nas políticas estruturais surgiu nos anos 80, logo após o segundo choque de petróleo, quando se verificou um abrandamento do crescimento económico em vários países industrializados. A crise da dívida nas economias emergentes e o fim do

¹⁴ Os economistas do FMI visitam um país, para recolher dados e manter conversações com o Governo, Banco Central, empresários do sector privado, deputados, sociedade civil e sindicatos. É elaborado um relatório submetido ao Conselho de Administração do Fundo, sendo as conclusões posteriormente apresentadas às autoridades do país. Uma informação ao público (Public Information Notice) que sintetiza a posição do Conselho de Administração é então publicada (IMF, 2003d).

¹⁵ Na década de 90, as crises financeiras com mais efeitos de contágio foram: a crise mexicana de 1994, a crise asiática de 1997 e a crise russa em 1998. Estas crises serão referidas ao longo deste trabalho.

comunismo vieram também contribuir para a necessidade de um ajustamento nas políticas estruturais.

b) sector financeiro

A vigilância do sector financeiro tornou-se mais proeminente nos anos 90, na sequência de uma série de crises bancárias ocorridas tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento¹⁶.

c) instituições

Questões como a independência do Banco Central, regulação do sector financeiro, governação, transparência e responsabilidade, tornaram-se questões cada vez mais importantes, nomeadamente no contexto dos países membros que faziam a transição de economias planificadas para economias de mercado. Nos últimos anos, o FMI e o Banco Mundial têm desenvolvido esforços no sentido de implementarem *standards* e códigos internacionais nas áreas cruciais para o eficiente funcionamento duma economia moderna.

d) vulnerabilidades e riscos

A vigilância expandiu-se para além da ênfase tradicional da posição da conta corrente e sustentabilidade da dívida externa, para abarcar vulnerabilidades e riscos resultantes da volatilidade dos fluxos de capital.

Como refere Anne Krueger¹⁷: “a década de 90 representou muitas lições para o Fundo (...). Temos tentado procurar saber detectar quando uma crise está iminente, como responder aos seus sinais de aviso e como lidar com eles no momento em que ocorrem”(IMF, 2003d:5).

¹⁶ Em 1999 o FMI e o Banco Mundial criaram o Programa de Contribuição para o Sector Financeiro (Financial Sector Assessment Program), desenhado especialmente para avaliar os pontos fortes e fracos do sector financeiro dum país (IMF, 2003d).

¹⁷ Ver anexo 14

1.2 Condicionalidade

A condicionalidade pode ser entendida como o elo de ligação entre a aprovação ou continuação do financiamento por parte do FMI e a implementação de elementos específicos de política económica pelo país receptor do financiamento (IMF, 2001c). Desta forma, assegura ao Fundo, por um lado, que as sucessivas tranches de financiamento serão desembolsadas somente quando forem seguidas certas políticas e, por outro, dá garantias ao país que continuará a receber o financiamento do FMI se continuar a implementar essas políticas.

Ao longo dos anos a condicionalidade tem evoluído de forma significativa, particularmente a partir do início dos anos 80. Até esta data as políticas estruturais não eram um elemento relevante nos programas do FMI. Contudo, nos anos 90, praticamente todos os programas incluíram alguns elementos de condicionalidade estrutural. Esta expansão da condicionalidade estrutural foi reflectida num maior número de critérios de *performance* e metas estruturais.

Esta mudança prende-se com o facto de se ter colocado uma maior ênfase no reconhecimento que o crescimento económico numa base sustentável, requer o fortalecimento do lado da oferta através de reformas estruturais¹⁸. Os maus resultados, em termos de crescimento económico dos países mais endividados na década de 80 (normalmente designada pela “década perdida”) e o avolumar de críticas ao FMI pela austeridade dos seus programas, levaram a que o crescimento se tornasse cada vez mais um objectivo proeminente nos programas do Fundo.

Já nos anos 90, esta mudança pode ser vista num contexto de envolvimento do FMI com as economias em transição após o colapso do modelo das economias planificadas no início de 1990. Nestes países, as reformas estruturais eram elemento essencial dos programas

¹⁸ Ênfase traduzida na criação em 1974 dos EFF (Extended Fund Facility), como atrás foi referido.

económicos, uma vez que o crescimento era “impedido por enormes distorções estruturais” (IMF, 2001c:3).

No final da década de 90 as reformas estruturais voltaram a ter relevância nos países afectados pela crise asiática, mas por outras razões: embora estes países tivessem atingido altas taxas de crescimento económico, as vulnerabilidades do seu sector financeiro levaram ao despontar da crise financeira na Tailândia em 1997. Assim, as reformas do sector financeiro levadas a cabo “eram um factor chave para restaurar a confiança numa base sustentável” (IMF 2001c:3).

Os factos acima descritos explicam porque na década de 90, grande parte da condicionalidade imposta pelo FMI se tivesse alargado para as áreas da política fiscal, financeira, comercial e cambial. Com o objectivo de se alcançar sustentabilidade orçamental, as condicionalidades também se expandiram para a reforma das empresas públicas, privatizações e reformas da segurança social.

Esta alteração no conteúdo dos programas levou igualmente a mudanças na monitorização dos mesmos. Enquanto que, no período anterior a 1980, a monitorização dos programas era feita, tendo essencialmente em consideração os critérios de *performance* (cujo não cumprimento poderia levar à suspensão do financiamento, caso não fosse concedido um “perdão”¹⁹), já nos anos mais recentes a monitorização é complementada pela revisão dos programas (podendo verificar-se novos ajustamentos aos programas acordados²⁰). A importância desta revisão prende-se também com o facto de ser difícil de caracterizar, quantitativamente ou mesmo qualitativamente, as reformas

¹⁹ Um “perdão” (waiver) é concedido pelo FMI aquando do não cumprimento dos critérios de *performance*, somente quando a implementação com sucesso do programa estiver garantida tanto pelo carácter temporário do não cumprimento como por uma revisão correctiva feita pelas autoridades (IMF, 2002c).

²⁰ A maior incerteza relativamente ao comportamento das variáveis macroeconómicas, num contexto de uma maior mobilidade de capitais, leva a que seja cada vez mais relevante a revisão dos programas, uma vez que se torna mais difícil especificar com antecedência um determinado critério de *performance* (IMF, 2001c).

estruturais, por forma a serem consideradas como critério de *performance*.

Deste modo, uma meta estrutural é diferente dum critério de *performance*, uma vez que o facto de não ser atingida não implica a interrupção do financiamento por parte do FMI. Alerta, contudo, para que seja necessário uma reavaliação dos seus progressos durante a revisão dos programas (IMF, 2001c): “em muitos casos, a condicionalidade tem sido aplicada a reformas que não são realmente críticas para a decisão do Fundo em continuar ou não o seu financiamento” (IMF, 2001c).

O próprio Fundo admite que o alargamento da condicionalidade levantou “preocupações legítimas” quanto “à falta de clareza no que respeita aos limites da condicionalidade” (IMF, 2001c:6/7)²¹. Se por um lado esta falta de objectividade teve implicações na aplicação da condicionalidade²², por outro lado questionou-se a eficácia da condicionalidade, nomeadamente na capacidade dos próprios Governos de implementarem estas reformas.

Finalmente, várias críticas apontaram para a questão de se saber se o Fundo não estaria a ir para além da sua área de intervenção, usando a condicionalidade para promover uma extensa agenda política, intervindo nos processos de decisão dos países²³.

Estas questões levaram a que, em Março de 2001, o Conselho de Administração revisse as condições da condicionalidade e estabelecesse um novo conjunto de procedimentos²⁴. A “*Streamlining Conditionality*”

²¹ O (IMF, 2001c) foi elaborado pelo “Departamento de Revisão e Desenvolvimento de Políticas”

²² Tal como é referido no IMF (2001c), se o contexto da revisão dum programa não for delineado em detalhe, poderá não ser claro, mesmo para os funcionários do Fundo, identificar quais os elementos constantes da “Carta de Intenção” que poderão afectar directamente a análise da revisão.

²³ O critério estabelecido pelo Fundo no que respeita o seu envolvimento nas questões governamentais, refere que “é necessário saber se uma má governação terá um impacto significativo a curto ou médio prazo na performance económica” (IMF, 1997).

²⁴ O primeiro documento que se refere à aplicação da condicionalidade é o “Critério de Performance” datado de 1950. Em 1979 foi elaborado o “Guia da Condicionalidade” que determinava que o critério de performance deveria estar limitado aos elementos necessários que assegurassem o cumprimento dos objectivos do programa. Em 2001 foi elaborado um novo guia que realça a necessidade de limitar a condicionalidade às medidas que sejam críticas para o cumprimento dos objectivos macroeconómicos do programa. (IMF, 2001c).

limitava assim a condicionalidade às medidas que eram críticas para o cumprimento dos objectivos macroeconómicos do programa (IMF2001c).

Posteriormente, em Setembro de 2002, foi adoptado um novo “Guia de Condicionalidade” com o objectivo de promover a propriedade (*ownership*) das reformas económicas: “a propriedade nacional das políticas económicas e financeiras é determinante para a implementação com sucesso dos programas do Fundo (...) O país membro tem a primeira responsabilidade na selecção, desenho e implementação das políticas financeiras” (IMF, 2002c:1). Ou seja, foram propostas mudanças nas condicionalidades impostas pelo Fundo, particularmente as respeitantes às reformas estruturais, por forma a promover a propriedade dos programas²⁵.

Além desta nova ênfase na propriedade dos programas, o Fundo refere-se ainda à sobriedade (*parsimony*) na aplicação da condicionalidade²⁶.

Definiu-se que a condicionalidade consistia nas variáveis macroeconómicas e medidas estruturais que fizessem parte da área de responsabilidade do Fundo²⁷. Se as mesmas não se encontrassem nas áreas de responsabilidade do Fundo, poderiam ser também consideradas como condicionalidade, mas deveriam exigir uma explicação em maior detalhe da sua importância crítica.

Também a concessão de “perdão” (*waivers*) por parte do FMI foi objecto de consideração, uma vez que nos últimos anos aumentou o número de perdões, reflectindo a maior incidência de políticas estruturais nos programas do Fundo (IMF, 2002d).

²⁵ Uma das propostas foi a “condicionalidade baseada nos resultados” (*outcomes-based conditionality*), segundo a qual a condicionalidade é baseada mais nos resultados de políticas específicas, do que na implementação das mesmas. Outra das propostas foi o “pagamento flutuante das tranches” (*floating tranches disbursement*) segundo a qual certas tranches só serão disponibilizadas uma vez que determinadas políticas tenham sido seguidas (IMF, 2002d).

²⁶ A “*Parsimony*” significa que “a condicionalidade deverá ser limitada ao mínimo necessário para atingir os objectivos dos programas do Fundo ou monitorizar a sua implementação” (IMF, 2002c: 9).

1.3 Transparência

Como é referido por Anne Krueger: “orgulhamo-nos em ser das organizações mais transparentes do mundo” (IMI, 2003d:6).

Depois de várias críticas ao secretismo do FMI e das suas operações, o conceito da transparência começou a ter maior relevo em 1994, quando o Conselho de Administração do FMI tomou a decisão de aumentar a disponibilidade de informação sobre o Fundo e as políticas seguidas pelos seus membros, mantendo, contudo, o balanço apropriado entre transparência e confidencialidade.

Tendo em vista as crises financeiras que ocorreram na década de 90 e tal como é referido no IMF (2001d :5): “uma maior transparência e o prestar informação pode facilitar o funcionamento dos mercados e facilitar a responsabilidade e abertura”. É assim que, em 1997, se decidiu a publicação dos “*Public Information Notices*” (PINs)²⁸ e, em 2001 e 2002, surgiram os relatórios sobre os países membros (desde que seja dada a aprovação dos mesmos²⁹) e de serem publicadas as “Cartas de Intenção”.

A publicação destes documentos, no entender dos directores do Fundo, é uma forma, tanto de fortalecer a vigilância e a responsabilidade do FMI, como de dar um exemplo de transparência.

Convém, no entanto, realçar que os acordos de empréstimos efectuados entre o FMI e os países membros não são ainda publicados (nomeadamente os SBA). Tal como refere Thomas Dawson³⁰: “há um tipo de relação advogado-cliente que obriga a um certo grau de confidencialidade (...). Publicar antecipadamente os detalhes de uma negociação de empréstimo poderia ser contraproducente para os

²⁷ As áreas de responsabilidade do FMI são: estabilização macroeconómica, políticas monetária, fiscal e cambial e funcionamento dos mercados financeiros doméstico e internacional (IMF, 2002c).

²⁸ Os PINs são publicados a pedido do país membro, no seguimento das conclusões da consulta do artigo IV e no seguimento das conclusões do Conselho Executivo (IMF, 2003d).

²⁹ 75% dos países membros concordaram com a publicação dos relatórios sobre os seus países. As publicações do FMI na Internet começaram em Agosto de 2000 (IMF, Chronology).

³⁰ Ver anexo 14

interesses do país, o conselho do Fundo deve manter-se confidencial” (IMF, 2001d:3).

A criação do “*Independent Evaluation Office*” (IEO)³¹ em 2001, composto por funcionários do Fundo que têm autonomia e liberdade para decidir os assuntos que irão analisar e investigar, é apontado como mais um passo em direcção da maior transparência da organização.

1.4- As Políticas Neo-liberais e Principais Críticas ao FMI

As políticas aconselhadas pelo FMI, de cariz neoclássica, tornaram-se num paradigma usualmente denominado por “*Washington Consensus*”. Nos anos 80, quando os países da América Latina se debatiam com as consequências da crise da dívida, as políticas do “*Washington Consensus*” foram apresentadas como um caminho para a estabilidade e crescimento (Fanelli *et al*, 1996).

O “*Washington Consensus*” é um modelo composto inicialmente por 10 elementos (disciplina fiscal, liberalização financeira e comercial, privatizações, entre outros) surgido da escola de Chicago e de influência neo-liberal. Foi despoletado pela experiência falhada dos países latino americanos nos anos 80 e emergiu como reacção às estratégias de desenvolvimento centralizado. Com uma visão estritamente economicista e reducionista do desenvolvimento (PIB per capita nomeadamente), a ideia era que este modelo poderia ser aplicado, indiferentemente, por todos os países tornando-se assim num paradigma do desenvolvimento (Williamson³², 2002a).

Contudo, a existência de economias que atingiram rápidas taxas de crescimento e de desenvolvimento (as economias do sudeste asiático) sem contudo terem seguido as prescrições do *Washington*

³¹ Ver anexo 12

³² Williamson foi o criador do termo “*Washington Consensus*”.

Consensus, levaram a que este modelo fosse modificado, nos anos 90, (como já foi referido nos pontos 1.1.3 e 1.2) aliando então a dimensão social à económica e olhando para a participação do Governo na economia numa perspectiva de “*market friendly*”³³.

Esta extensão do paradigma, segundo vários economistas independentes parece não ter sido eficaz. Como afirma Oni (2002:18): “os programas do FMI subestimam ou simplesmente ignoram o impacto social e distribucional da sua reestruturação neo-liberal”. Também Levinson³⁴ refere que “o FMI e o Banco Mundial parecem ainda propor um conjunto de políticas que nenhum país industrializado estaria disposto a aceitar”. A mesma opinião é partilhada por Stiglitz³⁵ (2002b:2): “o FMI tem encorajado nos países em vias de desenvolvimento, políticas desenhadas por países desenvolvidos”.

Embora o FMI tenha demonstrado nos últimos anos uma nova atitude de maior transparência e abertura, aceitando e tentando corrigir algumas das críticas que lhe têm sido feitas, persistem ainda inúmeras críticas ao seu funcionamento.

Uma das principais críticas feitas ao Fundo prende-se com o uso prolongado dos seus recursos por um conjunto de países membros. De alguma forma o repetido acesso ao financiamento do FMI parece entrar em contradição com a sua principal função de financiador de curto prazo.

Embora o FMI nunca tenha especificado uma definição oficial de “uso prolongado”, a maioria dos analistas considera que um país que obtenha empréstimos do FMI por um período superior a 7 anos, enquadra-se na situação de “uso prolongado”³⁶.

³³ Convém salientar que a 1ª visão do WC baseava-se em “menos Estado e mais mercado”. O “Post Washington Consensus” (como é denominado) acrescenta aos 10 elementos iniciais, outros elementos, tais como: reforma política e legislativa, combate à corrupção e redução da pobreza.

³⁴ Levinson in (IMF, 2001b:18). Levinson foi conselheiro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

³⁵ Joseph Stiglitz foi economista chefe do Banco Mundial de 1996 a Novembro de 1999. Em 2001 recebeu o Prémio Nobel da Economia.

³⁶ Assim, numa amostra de 128 países que recorreram aos empréstimos do FMI no período de 1971-2000, 51 foram considerados pelo IEO (Independent Evaluation Office) como países de uso prolongado. As

Dentro das principais razões apontadas para esta situação, são referidas as falhas na vigilância, nomeadamente na incapacidade de promover alterações adequadas ao desenho dos programas e identificação das vulnerabilidades a médio/longo prazo. O “uso prolongado” é assim apontado como um reflexo do insucesso do próprio programa e que pode ocorrer por diversas razões, tais como: os programas serem demasiado optimistas nas suas projecções das taxas de crescimento (devido a uma análise deficitária das respostas da economia real às políticas desenhadas); fraca participação/empenho dos Governos no desenho dos programas; e falta de definição das prioridades a seguir no que respeita às condicionalidades das políticas estruturais impostas.

Outra das principais críticas dirigidas ao FMI prende-se com o desenho dos programas, nomeadamente no papel dos ajustamentos fiscais dos programas do Fundo. São apontados como “*one-size-fits-all*” (ou seja, a mesma “receita” é invariavelmente aplicada) e pouco flexíveis, ou seja, os programas deveriam contemplar potenciais riscos e desenvolvimentos futuros³⁷.

Esta crítica prende-se com o facto de não ser indicado nos programas a forma com os economistas do FMI determinam os ajustamentos fiscais a realizar e a forma como os mesmos se adaptam a uma potencial recuperação da economia. As sucessivas revisões às metas inicialmente propostas também não identificam se o insucesso do ajustamento se deveu ao fraco desempenho das políticas implementadas ou a desenvolvimentos exógenos³⁸.

Filipinas aparecem em 1º lugar com 25 anos de acordos com o FMI e a Argentina em 16º lugar com 16 anos de acordos com o FMI (IEO, 2003 a).

³⁷ A grande maioria dos analistas refere-se em especial aos programas relativos a crises da balança de capitais. Nestes programas em particular, os riscos devem ser considerados, uma vez que factores exógenos podem rapidamente alterar uma situação de crise levando à necessidade de uma alteração radical ao desenho dos programas.

³⁸ Estudos “cross-country” mostram que, em média, nos programas do FMI, só em 50% dos casos foram atingidas as metas de ajustamento fiscal. Dois terços dos programas incluíam revisões às metas orçamentais iniciais (IEO, 2003 a).

Além das projecções do FMI se mostrarem normalmente demasiado optimistas, raramente projectam taxas negativas de crescimento. Stiglitz (2002c) adianta que: “o FMI nunca averiguou porque motivo é que os seus modelos subestimam sistematicamente a dimensão das recessões”. Segundo o IEO (2003a:28): “a relutância em predizer recessões tem grandes implicações no desenho dos programas, uma vez que a necessidade de se usarem políticas fiscais contra-cíclicas é raramente discutido”.

Apesar dos esforços que o FMI tem feito por uma maior transparência, convém referir que as maiores críticas centram-se nos aspectos que se referem ao secretismo das suas regras operativas e aos procedimentos que regem as suas actividades.

Tal como refere Bradlow³⁹: “é muito difícil para alguém de fora do FMI compreender como o Fundo orienta as suas actividades, toma as suas decisões, desenha as suas políticas ou mesmo saber a quem se deve apontar responsabilidades por qualquer decisão ou acção em particular (...). Não se sabe, igualmente, qual o grau de autonomia que têm os funcionários do Fundo ao tomarem decisões operacionais”⁴⁰.

Este enquadramento sobre o funcionamento do FMI teve, como objectivo, uma melhor compreensão das relações desta Instituição com os seus países membros. Veremos no capítulo IV que, de alguma forma, as ligações do FMI com a Argentina têm contornos muito particulares. A crise argentina veio, assim, exacerbar parte das críticas apontadas ao Fundo.

³⁹ Bradlow in (IMF, 2001d :16/17). Danny Bradlow é citado pelo FMI como “um perito em instituições financeiras internacionais, conhecedor profundo do funcionamento do FMI, e que tem sido um valioso oponente do Fundo ao longo dos anos”.

⁴⁰ Bradlow refere ainda que o Banco Mundial, contrariamente à posição do FMI, tem o chamado “Manual de Operações” acessível ao público, onde são enumerados os procedimentos seguidos pelo Banco Mundial, nomeadamente nas suas tomadas de decisão (IMF, 2001d).

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA ARGENTINA: DO SÉC.XVI à DÉCADA DE 90 DO SÉC.XX

Neste capítulo iremos sintetizar a evolução da economia argentina e as etapas do seu desenvolvimento, desde as primeiras colonizações no século XVI.

Tentaremos compreender quais os factores mais determinantes na transformação económica/política operada na Argentina nos anos 90 do século XX, assunto que será analisado no próximo capítulo.

A análise basear-se-á, fundamentalmente, nas políticas económicas de desenvolvimento adoptadas pelos vários Governos argentinos desde a sua independência e dos resultados das mesmas, em termos de crescimento económico.

O desenvolvimento económico argentino foi agrupado por Ferrer⁴¹ (2000) em quatro etapas distintas:

- 1- “Economias regionais de subsistência”, referente ao período compreendido entre o século XVI e XVIII
- 2- “Etapa de transição”, referente ao período de finais do século XVIII a 1860
- 3- “Economia primária exportadora”, referente ao período de 1860 a 1930
- 4- “Economia semi-industrial dependente”, referente ao período de 1930 até aos nossos dias

Analisaremos de seguida os aspectos mais importantes de cada uma destas diferentes etapas, de forma a podermos compreender as razões que levaram à implementação das reformas a partir de 1990.

⁴¹ Aldo Ferrer foi Ministro da Economia da Argentina por duas vezes: de 1958 a 1960 e mais tarde de 1971 a 1975.

2.1 Economias Regionais de Subsistência: Séculos XVI a XVIII



Neste período, o actual território argentino foi um dos menos desenvolvidos da América colonial, basicamente, devido à sua situação geográfica e à falta de disponibilidade de recursos naturais⁴², nomeadamente prata (*argentum* em Latim, que levou à designação de Argentina)⁴³. Este facto levou a que esta região se mantivesse afastada do comércio internacional. Os territórios situados ao sul do Trópico de Capricórnio, a este dos Andes e a oeste do rio Uruguai não possuíam, em termos relativos com outras regiões do Novo Mundo, o tipo de recursos naturais de magnitude e localização geográfica adequados por forma a constituírem um centro importante da economia colonial.

Segundo o historiador David Rock⁴⁴, foram os Portugueses a trazer riqueza para a região nos séculos XVI e XVII. Buenos Aires foi durante, certo tempo, uma comunidade de imigrantes lusos e no século XVII converteu-se no enclave final de uma cadeia de estabelecimentos comerciais portugueses ao longo da costa atlântica⁴⁵.

A principal característica destes territórios era a pradaria⁴⁶ da zona temperada, que constituía uma zona de excepção para o cultivo de cereais e produção de gado. A produção de cereais, couros, carne, leite e derivados, entre outros, constituíam actividades, principalmente, destinadas ao autoconsumo dos produtores ou ao limitado mercado local.

O precário desenvolvimento da produção agro-pecuária, caracterizava-se pela baixa produtividade do sector e dificuldade de

⁴² O elemento impulsionador da conquista destes territórios foi, como em todo o império colonial espanhol, a busca de metais preciosos e a exportação dos mesmos. Nos primeiros séculos dos descobrimentos o principal foco de atenção de Espanha era o ouro dos Incas e Aztecas e a prata das minas de Potosi na Bolívia.

⁴³ Conforme foi explicado pelo Sr. Embaixador da Argentina em Portugal, Dr. Jorge Faurie, a designação do nome do país, foi um “equivoco dos Espanhóis”. O incidir do sol às 12h, nas águas do rio da Prata, dava a sensação de existirem partículas de prata suspensas nas águas.

⁴⁴ David Rock in Jornal Expresso (1995)

⁴⁵ Cerca de 250 embarcações vinham do Brasil com carregamentos de açúcar, escravos, cereais e artigos de consumo europeus, intensificando assim o comércio.

meios de transporte. A produção agrícola em pequena escala surgiu assim como a unidade básica da economia.

Do séc.XVI ao séc.XVIII não se verificou nenhuma actividade produtiva fortemente vinculada à exportação⁴⁷, o que determinou o escasso fluxo de mão de obra e capitais às províncias que iam surgindo com base no estabelecimento das populações, dando-lhes assim um carácter eminente de economias regionais fechadas durante todo este período colonial.

A diminuição da população indígena, a escassa imigração europeia, assim como de outras zonas do continente, explicam que a população tivesse “estagnada” ou tivesse mesmo decaído. É de realçar que a incorporação de mão de obra escrava foi insignificante durante todo este período. Assim, em meados do século XVIII, o total da população que ascendia a 300 mil habitantes, correspondia aproximadamente à população indígena do começo da conquista (Ferrer, 2000).

Segundo Lenz (2001) a principal característica de desenvolvimento deste período foi a estagnação.

2.2 Etapa de Transição: finais séc.XVIII até 1860

A abertura do rio da Prata para o comércio colonial, fazendo surgir o porto de Buenos Aires como o intermediário natural para o comércio das regiões meridionais do império sul americano, e a importância crescente da criação de gado como actividade virada para a exportação, são os dois elementos fundamentais de desenvolvimento que vão alterar o carácter de economias regionais de subsistência do período anterior.

⁴⁶ A pradaria era constituída por uma área de 60 milhões de hectares, uma das mais extensas do mundo.

⁴⁷ As únicas actividades que se desenvolveram, foram aquelas que, de alguma forma, se vincularam ao centro dinâmico exportador: a produção de mulas no litoral e a produção de tecidos em Tucuman, ambas para as minas de Potosi no Peru (Lenz, 2001).

Desponta assim a importância de Buenos Aires, pois a sua posição estratégica assegurava a entrada de importações, proporcionando ao país o acesso a manufacturas baratas e, ao mesmo tempo, possibilitava a exportação dos produtos nacionais originados da produção pecuária⁴⁸ (Lenz, 2000).

Para as outras regiões do interior este facto implicou, no entanto, uma lenta agonia. A entrada das manufacturas inglesas eliminou as produções artesanais locais e a produção de gado tinha pouca possibilidade de competir com a existente na província de Buenos Aires.

A importância da criação de gado, como principal actividade de exportação deve-se principalmente aos seguintes factores:

- abundância de terras férteis na zona da pampa
- crescimento da procura mundial e liberalização do regime comercial
- escassa complexidade da actividade e pouca necessidade de mão de obra⁴⁹

O conjunto destes factores foi determinante para o crescimento desta actividade, a qual viu os preços dos couros triplicarem e quadruplicarem após 1770 (Ferrer, 2000).

A partir da segunda metade do século XVIII, a expansão da exportação dos couros levou à necessidade de expandir as fronteiras e à apropriação privada das terras uma vez que, durante o século XVIII, a maior parte da pampa estava ocupada pelos índios e não era aproveitada economicamente pelos colonos. A posse da terra e o seu monopólio passaram a ser extremamente disputados, por se passar a considerar a terra a principal fonte de riqueza do país. Como refere

⁴⁸ Segundo Ferrer (2000), as razões do não aproveitamento do porto de Buenos Aires durante praticamente 250 anos, podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- O carácter fechado das economias regionais do interior que não produziam excedentes de exportação
- O facto do centro de gravidade do império colonial espanhol se encontrar no mar das Caraíbas
- As regulamentações económicas da coroa espanhola que excluíam o rio da Prata das rotas comerciais

⁴⁹ A criação de gado distingue-se das outras actividades exportadoras que se desenvolveram na América colonial, como a agricultura tropical que exigia uma grande quantidade de capital e complexidade técnica e organizativa.

Girbal-Blacha (2002:4): “a possessão da terra outorga poder político e é símbolo de prestígio social”.

A política de distribuição de terras públicas, particularmente na província de Buenos Aires, levou à criação de um reduzido número de proprietários detentores da maior parte das terras, originando o aparecimento das primeiras grandes empresas, a “*estancia*”, considerada como a primeira empresa capitalista, em grande escala, na economia do país.

A independência da Argentina em 1816⁵⁰ veio evidenciar a disparidade regional existente, tendo a província de Buenos Aires defendido, firmemente, a sua autonomia sob a bandeira do federalismo⁵¹.

Manteve, desta forma, a sua posição de privilégio e evitou que uma política de integração nacional criasse uma distribuição mais equitativa das receitas fiscais.

A introdução dos primeiros ovinos da raça merino, em 1826, e a subsequente exportação de lã, aponta para o início de uma nova etapa da produção de gado no país. A primeira consequência dessa produção foi o aumento da procura de terra, uma vez que ela exigia um uso mais intensivo deste factor de produção assim como de mão-de-obra e capital (Lenz, 2001)⁵².

Encontramos neste período, uma economia pouco diversificada, sem base industrial, com grande dependência das importações, cuja oscilação de preços não proporcionava as condições de se estabelecerem empresas de substituição de importações.

Até 1860 os investimentos em infra-estruturas, como transportes e comunicações, foram insignificantes. No sector privado, os investimentos

⁵⁰ Em 1776 a colónia tinha sido formalmente separada do Vice-Reino do Peru, tornando-se o Vice-Reino do Rio da Prata, uma região que hoje inclui a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e partes do Peru e Bolívia (World Bank, 1998). O processo de independência da Argentina iniciou-se em 1810. Em 1816 declarou-se formalmente a sua independência do domínio espanhol.

⁵¹ O período de transição pós independência, levou à formação de um estado federal de “quase-lei” em que a organização política não era sustentada por uma constituição (Salvatore et al,2000)

⁵² Segundo Lenz (2001) o começo da criação de ovelhas e a subsequente exportação de lã foi uma resposta ao aumento da procura por parte da França e dos Estados Unidos.

limitaram-se à melhoria nas “*estancias*”, enquanto que no sector público os gastos tinham como objectivo assegurar a expansão da fronteira e a luta contra o índio, chegando as despesas militares a corresponder a 60% do total da despesa pública.

No entanto, Salvatore *et al* (2003) referem que entre 1810 e 1870 as exportações argentinas tiveram uma taxa de crescimento anual de 5.5%. A economia argentina tornava-se assim numa das mais abertas economias do mundo⁵³.

2.3 Economia Primária Exportadora: 1860 a 1930

A segunda metade do século XIX, inicia uma nova etapa de desenvolvimento da Argentina, tendo como factores preponderantes a expansão e integração crescentes na economia mundial e a grande extensão de terras férteis, escassamente povoadas, na zona da pampa.

Durante este período a Argentina, auxiliada por capitais e mão de obra estrangeira, experimentou uma alta taxa de desenvolvimento económico, sendo também o momento da consolidação do Estado Nacional.

O período de 1870 a 1914 é denominado na literatura de “*Belle Époque*” pois coincide com o início do período áureo da sua economia e a sua filosofia económica era a do “*Laissez-Faire*” (Eshag *et al*, 1965).

Segundo Díaz Alejandro (1970), a economia cresceu neste período a uma taxa média de 5%, valor significativo uma vez que, segundo o autor, a população aumentou a uma taxa anual de 3.4%.

Como refere Girbal-Blacha (2002:4) a nação aparece governada por uma elite de “liberais no económico mas conservadores no político”⁵⁴.

⁵³ Entre 1830 e 1860 as exportações per capita (em pesos de prata) na Argentina eram 3 vezes superiores comparativamente aos países desenvolvidos da época (Salvatore *et al*, 2003)

⁵⁴ O 1º Presidente da Argentina, liberal, é eleito em 1863 (Bartolome Mitre) (ver anexo 2)

A revolução industrial iniciada na Europa nos fins do século XVIII determinou igualmente as possibilidades de desenvolvimento dos territórios aptos para a produção agro-pecuária de clima temperado. A zona da pampa tornou-se assim um centro de atracção do fluxo migratório europeu⁵⁵ e de movimento internacional de capitais, particularmente dos britânicos⁵⁶, que levou a Argentina a um lugar destacado na economia mundial, tanto pelo volume de transacções do comércio externo como pela magnitude dos capitais estrangeiros investidos no país⁵⁷ (Ferrer, 2000).

As mudanças verificadas a nível do comércio internacional, nomeadamente a redução dos custos de transporte é a reorganização da economia primária como forma de resposta à maior procura internacional, são apontadas como sendo as principais explicações para o extraordinário crescimento da economia Argentina entre 1870 e 1914 (taxas de crescimento anuais de 5%).

Paolera *et al* (2002) referem-se igualmente à credibilidade da política monetária, sustentada pela “*Caja de Conversión*”, que operou entre 1890 e 1931⁵⁸.

A Argentina era o segundo exportador mundial de trigo e o primeiro exportador mundial de milho, enquanto que as exportações de carne de vaca representavam 61% das exportações mundiais (O’Connel, 2001).

Neste período, estrutura-se e consolida-se o sistema oligárquico, entendido como a aliança de interesses entre os latifundiários,

⁵⁵ A emigração europeia para a Argentina ascendeu a 3.300.000 pessoas entre 1857 e 1974 (Ferrer,2000). O prefácio da constituição argentina refere-se a “pessoas do mundo que vieram habitar na terra argentina” (O’Connel, 2002). Entre 1870 e 1914, chegaram à Argentina quase 6 milhões de emigrantes, principalmente jovens espanhóis e italianos.

⁵⁶ O Reino Unido, país líder da economia mundial à data, vai ter uma enorme influência na economia argentina, que só termina no pós-guerra (Lenz, 2000). Tal como refere O’Connel (2001), 60% do IDE provinha do Reino Unido.

⁵⁷ Entre 1860 e 1913, o total de investimento estrangeiro na Argentina correspondeu a 8.5% do total do investimento estrangeiro mundial (Ferrer,2000).

⁵⁸ Enquanto que no período de 1862 a 1890, a faculdade de emitir moeda levou frequentemente à expansão monetária para financiar os défices orçamentais, a criação da *Caja de Conversión* (uma espécie de Currency Board, -veja-se nota rodapé 116 -), impossibilitava a emissão de moeda sem que estivesse suportada por reservas de ouro. A *Caja de Conversión* não permitia assim que as autoridades seguissem uma política monetária independente

comerciantes, políticos, militares e representantes do capital estrangeiro, basicamente britânico, o que também representa a constituição do Estado Argentino.

Ferrer (2000) designa esta etapa de economia primária exportadora porque a produção agro-pecuária constitui o sector mais importante da produção nacional e porque a exportação destes produtos constitui o elemento dinâmico do desenvolvimento deste período.

A escassez de mão de obra na zona da pampa à data de 1860, impedia o aumento substancial da produção agro-pecuária e das suas exportações. Este facto foi contudo superado pelas correntes migratórias europeias que permitiram a introdução de melhorias nas técnicas de produção. O modelo educacional seguido pelos Governos liberais possibilitou a integração destes imigrantes e contribuiu para a coesão social. Conforme é referido no OECD (1997), esta política explica o crescimento da produtividade na Argentina: ao aumentar os conhecimentos e mobilidade dos trabalhadores, contribuiu para a difusão da tecnologia estrangeira.

Por outro lado, o desenvolvimento ferroviário⁵⁹, financiado por investimento estrangeiro, veio reduzir, substancialmente, os custos de transporte e as distâncias dos centros de produção, dos portos de embarque e centros de consumo.

O clima de estabilidade institucional, administrativo e político necessário para o desenvolvimento desta nova etapa foi conseguido, entre outros factores, pela criação de um orçamento nacional (anteriormente cada província tinha o seu próprio orçamento), a nacionalização da alfândega de Buenos Aires (1862), e o estabelecimento de um sistema monetário que permitisse a estabilidade da moeda nacional, o peso⁶⁰, que assegurasse os compromissos da dívida externa estatal⁶¹.

⁵⁹ Em 1857 existiam somente 10 Km de vias férreas no país. Em 1887 já alcançavam os 6.700 Km.

⁶⁰ Conforme refere Lewis (2002) a história da moeda na Argentina, até ao estabelecimento do peso em 1862, é confusa. No século XIX aplicavam-se diferentes regulamentos e moedas distintas circulavam em

O elevado grau de concentração da propriedade e do sistema de arrendamento das terras reflectiu-se na estrutura social e produtiva agropecuária.

É de realçar nesta fase a expansão da produção agrícola, fundamentalmente de cereais e linho. Até 1870, as exportações dos produtos agrícolas representavam menos de 1% do total, enquanto as exportações de produtos de ganadaria ascendiam a 95%. Na primeira década do século XX as participações dos produtos agrícolas e de ganadaria, nas exportações totais, eram já praticamente equivalentes com cerca de 48% cada. Igualmente dentro das exportações dos produtos de ganadaria ocorreram mudanças significativas, como o aumento das exportações de lã e, nos finais do século XIX, a grande expansão das carnes ao ser introduzido o sistema de refrigeração das mesmas⁶².

As actividades industriais progrediram durante o período de 1880-1913, embora o sector das manufacturas apresentasse lacunas expressivas.

Conforme Lenz (2001), até 1913 a indústria apresentava um papel secundário no desenvolvimento económico do país, sendo o seu crescimento menor do que as importações. O crescimento industrial, no período 1900-1914, foi liderado pelas indústrias frigorífica, alimentar e têxtil (Lenz, 2001).

Era inegável a quase total dependência das importações para o suprimento das necessidades de máquinas, equipamentos e combustíveis.

várias províncias. O peso de prata boliviano constituía a principal cunhagem. Já nas províncias ocidentais se encontravam moedas do Chile. O peso de prata argentino foi introduzido no período da revolução. A sua circulação era escassa, servindo somente de medida de contagem. As transações externas eram feitas em ouro e as moedas estrangeiras tinham curso legal.

⁶¹ Os principais bancos da Argentina, nessa época eram: o Banco Província de Buenos Aires, criado em 1854 e o Banco Nacional em 1880.

⁶² Em 1882 deu-se a instalação do primeiro frigorífico na cidade de Campanha.

Este período caracterizou-se também por um forte endividamento externo⁶³. Do capital estrangeiro investido em 1913, 75% destinava-se a infra-estruturas básicas (transportes e serviços públicos) e os restantes 25% a investimentos no comércio e instituições financeiras (Ferrer, 2000).

O ouro e as divisas necessárias para pagar os serviços da dívida foram proporcionados pelas divisas geradas pelas exportações e receitas fiscais e/ou novos empréstimos externos sem os quais ter-se-ia verificado uma situação crítica de défices comerciais e orçamentais.

No entanto, e ainda do ponto de vista financeiro, não impediu que a primeira grande crise bancária da economia argentina, conhecida como a "*Crise do Baring*", tivesse surgido em 1890 quando Londres não permitiu o adiamento dos pagamentos da dívida⁶⁴, nem a continuidade da transferência trimestral de fundos para a Argentina⁶⁵. A crise irrompeu porque os fundos estrangeiros diminuíram antes que o valor das exportações se tivesse expandido, de modo a permitir cobrir os serviços da dívida e manter um nível de importações politicamente tolerável (Lenz,2000). Ou seja, os projectos financiados pelos empréstimos estrangeiros, principalmente a construção de caminhos de ferro e o melhoramento das terras, promoveram uma produção crescente de bens exportados mas, devido à sua lenta maturação, não conseguiram que o valor e volume das exportações aumentassem no mesmo ritmo que o montante dos juros da dívida.

Esta crise foi vista por diversos autores como, não apenas como uma crise bancária, mas também como uma crise de desenvolvimento, de esgotamento do modelo vigente, extremamente dependente de recursos externos.

⁶³ Segundo Folcini (2000) a dívida externa da Argentina em 1879-80 representava 300% do PIB e em 1890-91, 360%

⁶⁴ Em 1890 o total da dívida externa com o Reino Unido era de 300 mil libras. O maior credor era o banco Baring. Convém realçar que a maioria dos empréstimos que os Governos e as empresas obtinham no exterior, era a juros fixos, implicando o pagamento imediato de um serviço estipulado a ouro.

⁶⁵ O ano da crise de Baring é considerado por diversos autores como o "apogeu e crise do liberalismo" (Girbal-Blacha, 2002).

Durante toda esta etapa, o desenvolvimento não foi uniforme. Os distintos ritmos de crescimento estiveram directamente vinculados à evolução da economia mundial e ao volume e expansão da procura internacional dos produtos agro-pecuários produzidos no país.

Verificamos assim que, tanto as políticas liberais relativamente à imigração e aos capitais estrangeiros, como as políticas comerciais permitiram a obtenção dos recursos indispensáveis para o desenvolvimento. Se por um lado, a competitividade do comércio internacional levou ao aumento da eficiência das empresas argentinas tanto no mercado interno como externo (sendo as exportações o motor do crescimento) por outro lado, a abertura ao comércio e ao capital estrangeiro trouxe os benefícios das tecnologias estrangeiras. No entanto a economia apresentava-se muito vulnerável às vicissitudes dos mercados internacionais.

Este período caracteriza-se também por uma fraca intervenção do Governo na economia, um sistema político estável e instituições relativamente democráticas para a presente época (OECD, 1997).

2.4 Economia Semi-Industrial Dependente: 1930 até 1989

A partir de 1930 inaugura-se um novo período de desenvolvimento económico do país. A expansão da produção e do rendimento não irá agora depender somente da evolução das exportações agro-pecuárias e do investimento estrangeiro. No plano internacional, a perda de dinamismo na procura de produtos agro-pecuários, e em geral, de produtos primários, alterou radicalmente o papel que a economia internacional tinha desempenhado no desenvolvimento argentino.

Segundo Ferrer (2000), o factor chave do desenvolvimento será a expansão da procura interna suportada pela diversificação da estrutura

produtiva e o aumento de produtividade nos diferentes sectores, através da acumulação de capital e a assimilação do progresso técnico. A poupança, o investimento interno e o crescimento do mercado nacional passam deste modo a ser os pilares do crescimento do país.

A década de 30 interrompe o sustentado crescimento do volume das exportações mundiais que, desde 1870 a 1929, tinham aumentado a um ritmo de 3% ao ano (Ferrer, 2000). A crise da Grande Depressão de 1929 levou a que os países industrializados tomassem uma série de medidas proteccionistas, que tiveram forte repercussão nas exportações da Argentina: a formalização de acordos de comércio bilaterais⁶⁶ e abandono dos trâmites multilaterais do comércio, à desvalorização das moedas e o abandono do padrão ouro⁶⁷, a adopção de controles de câmbio e de tarifas alfandegárias e o estabelecimento de quotas de importação.

Esta situação levou a que o volume físico das exportações mundiais tenha caído em 25% entre 1929 e 1933, tendo os preços registado uma caída em mais de 30% e o movimento internacional de capitais foi também fortemente afectado pela crise (Ferrer, 2000).

A crise mundial levou a uma diminuição das exportações argentinas e à deterioração nos termos de troca⁶⁸. No período de 1928 a 1932 o PIB decresceu cerca de 10% (ver anexo 1).

Nos anos 20, a Argentina possuía um nível de rendimento per capita comparativamente alto à escala mundial, o que lhe permitia satisfazer a procura interna com importações de têxteis, produtos químicos e mecânicos. No período de 1925-1929, as importações representavam 25% do PIB, sendo que 35% das mesmas se referiam a máquinas e equipamentos (O'Connell, 2001). Este facto, como

⁶⁶ Tanto a Argentina como o Brasil estruturaram acordos bilaterais com as duas maiores potências da época, Reino Unido e Estados Unidos (Paolera et al, 1998).

⁶⁷ O padrão ouro tinha sido adoptado em 1853 (Lewis, 2002)

⁶⁸ A queda dos preços dos produtos primários no final dos anos 20 relativamente aos produtos manufacturados, foi o ponto de partida para que Raul Prebisch viesse a desenvolver o seu estudo sobre a deterioração dos termos de troca (O'Connell, 2001).

anteriormente já foi assinalado, determinou que a sua estrutura industrial fosse relativamente pouco diversificada.

Em 1937, segundo Ferrer (2000) a actividade produtiva estava escalonada da seguinte forma:

- 94.8% da população activa no campo, correspondia a trabalhadores sem terras, pequenos proprietários e arrendatários
- 1% da população activa correspondia a grandes proprietários que controlavam 70% da superfície total
- 4.2% correspondia a médios proprietários que controlavam 20% da superfície total

A produção rural viu-se assim limitada no seu crescimento uma vez que a falta de acesso à terra reduziu a capacidade do campo em absorver as correntes migratórias do exterior. Por outro lado, a capacidade de capitalização do sector viu-se também condicionado tanto por parte dos arrendatários em realizar investimentos em terras alheias, como por parte dos grandes proprietários que optavam por realizar investimentos fora do sector (Ferrer, 2000).

Na nova fase de desenvolvimento económico a industrialização vai ser o motor de crescimento e a substituição de importações a estratégia adoptada entre 1930 e 1950. A crise de 1929 põe assim um ponto final ao paradigma do “crescimento para fora” (Girbal-Blacha, 2002).

2.4.1 Políticas Económicas entre 1930 e 1957

Os regimes militares⁶⁹ que se seguiram ao derrube do Governo radical de Hipóliti Yrigoyen em 1930, determinaram um novo rumo político e económico. Segundo Taylor (1994) a nova ordem colocava os interesses nacionais e militares na vanguarda da discussão política.

⁶⁹ De 1930 a 1946 a Argentina foi dirigida por 6 Governos militares. A democracia foi instaurada, em 1946, com a chegada do General Péron ao poder (ver anexo 2)

Eshag *et al* (1965) referem-se a este período como sendo de controle e direcção estatal.

Como já foi referido, o impacto da crise mundial sobre as exportações argentinas levou à impossibilidade crescente da economia primária exportadora se afirmar como motor do crescimento económico a partir de 1930.

A intervenção do Governo, que no início não passou de ser uma reacção à forte descida dos recebimentos em moeda estrangeira e receitas fiscais devido à depressão económica, transformou-se no final do período numa política de substituição de importações e industrialização (Ferrer, 2000). Como resultado desta política e apesar da grande redução do comércio externo, a Argentina viu aumentar o nível de produção, emprego e consumo a uma taxa de cerca de 3% ano, no período de 1930 a 1948 (Eshag *et al*, 1965)⁷⁰.

Quadro 1	
Taxa média anual acumulada do PIB	
Período	(%)
1935-39	3,5
1940-44	4,9
1945-49	4,4
1950-54	2,0

Fonte: Treber (1977)

Teve então início uma era de protecção e forte intervenção estatal. A introdução do controle nas taxas de câmbio e tarifas de importação, compensaram o efeito negativo resultante do decréscimo nas exportações (devido principalmente a condicionalismos externos).

Por outro lado, estas medidas proteccionistas tiveram como objectivo o encarecimento das importações e a sua substituição pela produção nacional.

⁷⁰ Como refere Treber (1977) este crescimento, comparativamente com outras economias semelhantes a nível internacional, foi modesto, levando a um gradual atraso relativo.

Segundo Taylor (1994), os anos 40 e 50 representam o avanço de políticas características do pensamento estruturalista⁷¹, ou seja, políticas que tendiam a criar implícita ou explicitamente incentivos à formação de capital, tanto através dos preços como de distorções da taxa de câmbio.

Estas políticas vieram a ser concretizadas com a chegada de Perón ao poder.

A primeira fase do Governo peronista (1946-1953) é caracterizada, a par da política de redistribuição de rendimentos⁷², por uma política fiscal e monetária fortemente expansionista⁷³.

Simultaneamente, o Governo iniciou uma política de nacionalização de serviços públicos (entre eles os caminhos de ferro), dos bancos e da indústria do aço⁷⁴. Um grande sentimento de nacionalismo esteve na base de uma atitude hostil face ao investimento estrangeiro.

De 1946 a 1948, aproximadamente um terço da formação de capital fixo correspondeu a investimento público, sendo que aproximadamente 50% deste foi no sector de construções e outras categorias de investimento não industrial (Eshag *et al*, 1965).

A política comercial foi caracterizada por uma forte discriminação contra as exportações e uma grande protecção das actividades existentes (favorecendo as importações de matérias primas e bens intermediários e desencorajando a importação de bens de capital).

⁷¹ O pensamento estruturalista defende a intervenção activa do Estado para corrigir as falhas do mercado e influenciar a formação de capital. O debate teórico apoiou-se assim no papel do Estado, o papel da acumulação do capital como motor do crescimento da economia (teoria do “big push”) e o pessimismo em relação ao comércio internacional (tese de Prebisch-Singer). Os anos de 1948-60 representam o período da heterodoxia estruturalista, influenciada pelo Keynesianismo e a escola clássica (Estevão, 1999).

⁷² Eshag *et al* (1965) refere que se estima em 35% o aumento dos salários reais dos empregados públicos, entre 1945 e 1948, e em 50% o aumento dos rendimentos reais dos empregados da indústria. Estes aumentos incluíam significativas melhorias dos benefícios da segurança social.

⁷³ A oferta monetária aumentou em 250% e o gasto público passou de 16% a 29% do PIB (Ferrer, 2000).

⁷⁴ Durante 1946/47 o volume das exportações cresceu rapidamente. A maior parte das reservas e receitas de exportação foram usadas no processo de nacionalização, quando, na opinião de Eshag *et al* (1965), deveriam ter sido aplicadas na renovação e aumento do capital dos sectores de petróleo e energia, assim como para desenvolver as indústrias de petróleo e aço, estendendo desta forma a política de substituição de importações para além do sector de bens de consumo.

O controle de preços (através da expansão de “marketing boards”⁷⁵) e de subsídios dos produtos de consumo primários e dos arrendamentos rurais, a política de salários mínimos e o melhoramento do sistema de segurança social, levou a uma forte expansão do consumo e a uma melhoria na redistribuição dos rendimentos. Segundo Canitrot (1980) o aumento dos salários industriais, em relação aos preços agropecuários, deu aos assalariados uma capacidade adicional de compra, que constituiu a principal razão da expansão. Contudo, estas medidas provocaram elevados défices orçamentais que comprometeram a estabilidade dos preços.

A escassez de reservas em moeda estrangeira, a subida da inflação e problemas cambiais (apreciação da moeda) persuadiram Péron a inverter parte das suas políticas contra as exportações e o investimento estrangeiro⁷⁶.

Ferrer (2000) associa ao final da primeira fase do Governo peronista o esgotamento do modelo “simples” de substituição de importações⁷⁷ (*ISI-Import Substitution Industrialization*).

A segunda fase do Governo peronista (após 1953) viu-se assim confrontada com um processo inflacionista derivado da pressão da procura sobre uma escassa disponibilidade de bens e serviços, o que conduziu à adopção de políticas mais restritivas⁷⁸.

⁷⁵ “Marketing Boards para produtos agrícolas compreendem 2 tipos de situação: boards criados pelo Governo com poder de monopólio na venda de produtos controlados (principalmente em países desenvolvidos) e marketing boards criados com poder de monopólio na compra de produtos (em países mais pobres) controlados (...) acções concertadas para subir os preços dos produtos agrícolas foram levadas a cabo no início dos anos 30 quando os mesmos sofreram quebras bruscas(...) os marketing boards foram instrumentos então introduzidos para manter/ elevar os preços agrícolas e os rendimentos” (Palgrave (1987: 329)

⁷⁶ Em 1952 Peron elabora o “Plano de Emergência Económica” que já evidencia a mudança da política económica. Os principais traços deste plano são: “volta ao campo”, produzir e poupar mais, consumindo menos (Girbal-Blacha, 2002).

⁷⁷ As principais fases do modelo de industrialização são: 1ª fase, a fase fácil de produção de bens de consumo final (protecção das indústrias nascentes), a 2ª fase é a produção de bens de consumo duradouro que pressupõe uma certa capacidade de poupança e domínio tecnológico. A 3ª fase corresponde ao lançamento de bens intermédios. O modelo de substituição de importações corresponde à fase fácil da industrialização. (Estevão, 1999).

⁷⁸ A redução do investimento público, a política de congelamento de salários e preços foi contudo iniciada já em 1952 (Eshag et al, 1965)

A estratégia para enfrentar o estrangulamento externo apoiou-se, por um lado, no estímulo à produção agro-pecuária mediante a melhoria dos preços relativos do sector rural e, por outro, na promoção do investimento estrangeiro.

Como resultado das políticas iniciais adoptadas, poder-se-á dizer que durante a primeira fase de substituição de importações (de 1930 a finais da década de 1940), o crescimento é liderado pelas indústrias tradicionais, fundamentalmente a têxtil e, em menor escala, a indústria de alimentos, bebidas e tabaco. As exportações de produtos industriais representaram nos anos 40, 30% das receitas de exportação (embora o seu peso no PIB fosse mais significativo) o que denota ainda falta de competitividade relativamente aos padrões internacionais.

Buonome *et al* (1987) referem que estas indústrias de mão de obra intensiva beneficiaram da progressiva distribuição de rendimentos levada a cabo por Péron.

A partir de 1950, isto é, na segunda fase de substituição de importações, são as indústrias metalomecânicas e químicas que lideram o crescimento⁷⁹.

Segundo Keifman (1998), dadas as políticas prevalecentes entre 1947 e 1960, verificou-se uma baixa taxa de produtividade, isto é, um crescimento de TPF⁸⁰ de 0.19 por ano. O autor ressalta a baixa qualidade do investimento público durante a administração de Péron, ao negligenciar a provisão de “utilities”⁸¹ como a energia e transportes.

Convém referir que o regime cambial sofreu várias oscilações no período do ISI. Bonilla *et al* (1999) referem que, numa forma geral, o

⁷⁹ A lei 14280 que favorecia o investimento estrangeiro permitiu o estabelecimento de indústrias de maior capital intensivo.

⁸⁰ Através da função de crescimento Cobb-Douglas é possível interpretar a natureza do crescimento económico. Esta função tenta medir as contribuições relativas dos factores de produção capital e trabalho por um lado e o progresso técnico por outro. Esta variável, normalmente designada por TPF (Total Productivity Factor, denominado também por residual de Solow) traduz o aumento em produtividade trazido por avanços tecnológicos e maior eficácia.

⁸¹ O termo “utilities” é utilizado como referente a empresas geradoras de bens e serviços públicos.

regime cambial era fixo (com ajustamentos) por forma a manter baixos níveis de inflação que suportassem o processo de industrialização⁸².

2.4.2 O Período de 1957 a 1962 e a Adesão ao FMI

Em 1957, com o fim do peronismo e a crise da balança de pagamentos, estão criadas condições para o estabelecimento de uma política liberal e a adesão ao FMI⁸³, concretizada logo a seguir com um acordo de "stand-by"⁸⁴ (SBA, Dezembro de 1958). Entre 1959 e 1963 foram aplicados programas de estabilização negociados com o FMI.

Dentro dos compromissos assumidos salientam-se o controle de crédito bancário, a redução do défice orçamental e do seu financiamento pelo Banco Central, a redução do investimento público, a liberalização dos preços, a eliminação de subsídios e a desvalorização da moeda⁸⁵.

Estas recomendações foram aplicadas pelo Governo radical de Frondizi (1958-1962) iniciando um processo de liberalização do comércio⁸⁶.

As maiores mudanças relativamente ao período anterior, verificam-se tanto a nível da abertura da economia ao investimento estrangeiro como à importação de bens de capital. Keifman (1998) refere que Frondizi garantia aos investidores estrangeiros os mesmos direitos dos investidores nacionais, permitindo-lhes igualmente a repatriação dos lucros.

⁸² A partir de 1960 verificaram-se os seguintes regimes cambiais: 1960-61: "dirty-float" (flutuação manipulada), 1961: regime fixo, 1962-1967: regime flutuante, 1967- 6/1970: regime fixo, 1970- 1ºQ 1973: múltiplas taxas de câmbio (Bonilla et al, 1999).

⁸³ Foi o Governo provisório, chefiado pelo general Pedro Aramburu, que tomou tanto a iniciativa de adesão ao FMI, como a de assinar uma série de acordos militares com os EUA (Bandeiras, 2002).

⁸⁴ O primeiro crédito do FMI foi no montante de 75 milhões de dólares.

⁸⁵ Em 1959 deu-se uma importante desvalorização da moeda (Bonilla, 1999).

⁸⁶ As missões do FMI que visitaram a Argentina em 1959 e 60 manifestaram-se satisfeitas com o progresso do programa de estabilização e concederam à Argentina novos créditos stand-by (Eshag et al, 1965)

Segundo Eshag *et al* (1965), a política ortodoxa do FMI, apesar dos efeitos negativos, possibilitou a atracção do investimento directo estrangeiro, nomeadamente nas indústrias de petróleo, automóveis, electricidade e petroquímica. Entre 1959 e 1963, verificou-se um significativo afluxo de IDE, que, em valores actualizados, representou uma média anual de USD 464m (o correspondente a 0.3% do PIB) (Chudnousky *et al*, 2002)⁸⁷.

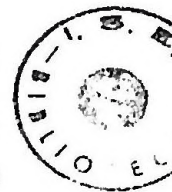
O rápido desenvolvimento das indústrias básicas e de petróleo era um dos objectivos do Governo de Frondizi, como forma de fazer face ao estrangulamento da balança de pagamentos. O aumento do investimento em máquinas e equipamentos (Keifman (1998) refere um pique de 7% de crescimento anual) levou ao aumento das importações. Como as exportações não sofreram nenhum acréscimo⁸⁸ durante o Governo de Frondizi, a balança comercial registou um forte défice, que se traduziu num aumento da dívida pública e no endividamento externo (ver anexo 3).

2.4.3 A Restauração Liberal (1962 a 1963)

O golpe militar de Março de 1962 (presidência de Guido) vai reforçar a política liberal até então seguida. As medidas de choque postas em prática incluíram uma nova desvalorização do peso, a adopção de um regime de câmbios flutuantes (ver nota rodapé 82) e políticas fiscais e monetárias restritivas. No entanto, a diminuição das receitas tributárias (principalmente pela diminuição das importações), agravaram mais o défice orçamental (ver anexo 3).

⁸⁷ Segundo Chudnousky *et al*, (2002), em 1963 as empresas estrangeiras correspondiam a 46% do valor agregado e 36% do emprego.

⁸⁸ Segundo Keifman (1998), mantinha-se um “bias” contra as exportações tradicionais. Uma efectiva redução da estrutura de tarifas teria que esperar até final dos anos 60.



Ainda que, aparentemente, a responsabilidade de estas políticas tivesse por base novos compromissos assumidos com o FMI⁸⁹, respondia, em última estância, à estratégia dos grupos internos que conduziam a política económica no período (Ferrer, 2000). Essa estratégia pretendia desarticular o movimento sindical, reinstalar os mecanismos do poder económico e a distribuição de rendimentos vigentes antes do peronismo, e assentar a economia argentina novamente no sector agro-pecuário exportador e nos grandes grupos comerciais e financeiros a eles vinculados.

Os resultados foram catastróficos: o PIB caiu fortemente entre 1961 e 1963 e o desemprego aumentou para 10%. Estima-se que em 1963, 50% da capacidade produtiva estava sub-utilizada (Ferrer, 2000). A restrição do crédito levou à falência de várias empresas. Também a dívida pública externa cresceu de USD 1.6 mm⁹⁰ em 1958 para USD 2.6mm em 1963 (Eshag *et al*, 1965).

Apesar de um grande custo económico e tensões sociais, estas políticas permitiram um reequilíbrio da balança de pagamentos, ao serem aumentadas as exportações dos produtos agro-pecuários, ao mesmo tempo que a recessão interna se traduzia numa diminuição das importações.

O período após a deposição do presidente Frondizi até à eleição do presidente Illia, foi caracterizado por uma grande instabilidade política e desordens sociais que inevitavelmente se traduziram negativamente na actividade económica.

⁸⁹ Em 1962 deu-se um novo acordo de “stand-by” com o FMI, que passava novamente por uma política fiscal restritiva e uma redução do défice orçamental (Eshag, 1965)

2.4.4 O Governo Radical (1963 a 1966)

Durante o Governo radical do presidente Illia (1963-1966) manteve-se um superavit da balança comercial, o que permitiu fazer face à dívida externa e manter o nível das reservas internacionais (ver anexo 3). Pôs-se também término ao acordo de “*stand-by*” vigente com o FMI⁹¹.

Os cinco anos da era do FMI levantaram sérias dúvidas sobre a validade da filosofia do Fundo e das políticas que a sustentavam. Eshag *et al* (1965:55) argumentam que “(...) um dos postulados da economia ortodoxa do FMI assenta no facto que a inflação e o défice comercial se devem a uma procura interna excessiva (...) mas, factores como aumentos salariais em relação à produtividade do trabalho, a deterioração dos termos de troca, baixas elasticidades de oferta, sobretudo no sector de alimentos, podem provocar sérios problemas de desequilíbrio interno e externo. Nestes casos, uma política de restrição ao crescimento da procura global só irá travar o crescimento sem necessariamente restabelecer o equilíbrio (...) isto foi exactamente o que aconteceu na Argentina”.

A melhoria da balança de pagamentos permitiu que fosse seguida uma política de expansão da procura, através do aumento da oferta monetária, da despesa pública e do aumento dos salários. Também se verificou uma recuperação da actividade industrial a qual, entre 1964 e 1965, cresceu a uma taxa de 15%. O PIB, após um decréscimo de 2.4% em 1963, cresceu a taxas de 10.3% e 9.2% em 1964 e 1965 respectivamente (ver anexo 3).

Contudo, estas medidas que tiveram efeitos positivos no curto prazo, não constituíam a resposta necessária ao desenvolvimento sustentado de longo prazo (Ferrer, 2000). Mantinham-se os problemas

⁹⁰ Ir-se-á, até ao final deste trabalho, usar a nomenclatura USD para nos referirmos a dólares americanos. Igualmente mil milhões serão designados por “mm”.

⁹¹ Segundo Bandejas (2002), toda a campanha presidencial de Illia, tinha uma ênfase nas críticas às imposições do FMI.

básicos da economia, entre os quais os baixos níveis de capitalização e de fraco desenvolvimento tecnológico. Contudo, tal como refere Keifman (1998), as transferências de tecnologia via investimento estrangeiro e importação de bens de capital, permitiram um aumento da produtividade (crescimento de TPF de 1.3 ao ano, no período de 1960-70), o maior verificado no período de 1947-1994.

2.4.5 O Regime Militar (1966 a 1970)

Durante a ditadura do general Onganía (ver anexo 2), a nova política económica beneficiava os grupos económicos que se tinham consolidado durante a formação do sistema semi-industrial dependente (Ferrer, 2000). Entre eles, empresas estrangeiras que dominavam o sector das indústrias dinâmicas, o sector financeiro e as empresas do Estado. Aprofundou-se assim o processo de concentração industrial e ampliou-se a área de influência do capital estrangeiro no sector financeiro e industrial.

O programa de 1967 centrou-se no combate à inflação e no controle dos custos. O principal objectivo era restaurar a competitividade internacional, ao mesmo tempo que se procurava reequilibrar as contas públicas e reduzir a inflação (Edwards, 2002).

Além de nova desvalorização da moeda, em 40%, deu-se uma redução drástica das tarifas de importação (por forma a aumentar a competitividade e produtividade) e foi imposta uma austera política salarial.

Foi possível reduzir a taxa de inflação de cerca de 30% verificada em anos anteriores, para 9.5% em 1968. Também durante 1967 o défice orçamental foi reduzido em 50% (ver anexo 3). O sucesso deste programa levou a que o Governo não achasse necessário renovar o empréstimo de USD 125m do FMI (Edwards, 2002).

A aparente solidez do Governo militar, as elevadas taxas de juro e a perspectiva de estabilidade cambial, estimularam a entrada de capitais de curto prazo em montantes avultados. Este afluxo de capitais permitiu ao Governo seguir uma política de expansão de crédito interno ao sector privado.

Embora o PIB em 1968 e 1969 tivesse crescido 4.4% e 8.5% respectivamente (ver anexo 3) a realidade é que, em 1970 esta política foi confrontada com severos reveses como:

- a diminuição da oferta dos produtos de ganadaria levou a um aumento drástico dos preços da carne, fazendo subir a inflação para os 15% nesse ano
- tensões sociais que culminaram com uma greve geral, nos finais de 1970
- crise na balança de pagamentos, com a contracção das exportações, aumento das importações, impulsionada pela liberalização das mesmas e saída de capitais.

As expectativas inflacionistas, conjuntamente com a desvalorização do peso, acabaram por quebrar definitivamente com a estabilidade aparente.

2.4.6 A abertura Nacionalista (1970-1982)

Segundo Keifman (1998) esta década apresenta as mais dramáticas mudanças no ambiente macroeconómico.

Quadro 2					
Indicadores Macroeconómicos de 1970-1990					
	PIB (1)	Inflação (2)	Saldo Bal. Comerc.(3)	Saldo Bal. Tr. Correntes (2)	Dívida Externa (2)
1970	5,4	21,7	79	-156	3.876
1971	4,8	39,1	-128	-389	4.525
1972	3,1	64,1	36	-223	5.092
1973	6,1	43,7	1.037	711	4.986
1974	5,7	40,0	296	128	5.514
1975	-0,5	335,1	-985	-1.289	885
1976	-0,5	349,0	833	650	8.729
1977	6,3	160,0	1.490	1.290	9.678
1978	-3,3	169,0	2.566	1.834	12.496
1979	6,5	140,1	1.110	-550	19.034
1980	1	87,5	-2.519	-4.768	27.162
1981	-7	131,2	-287	-4.714	35.671
1982	-5,8	209,7	2.288	-2.658	43.634

Fonte: Banco Central

(1) Taxa de crescimento em percentagem (2) Variação anual

(3) Em USD milhões

O Governo militar de Levingston (1970-1971) propunha-se a uma maior abertura nacional, apoiada pela participação popular e um plano de crescimento económico baseado num maior volume de poupança interna e de promoção das exportações. De entre as medidas tomadas, destaca-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento. Os objectivos principais deste banco seriam o financiamento do desenvolvimento das indústrias de base, transportes, energia e comunicações.

A “Argentinização” da economia era outro dos objectivos a alcançar. Através de políticas preferenciais de crédito, as empresas nacionais deveriam progressivamente controlar as indústrias dinâmicas do país (Ferrer, 2000).

Em meados de 1971, uma nova mudança governamental (Lanusse 1971-1973) deu por concluída a política económica atrás apontada e que não tinha tido o apoio dos sectores tradicionalmente dominantes, isto é,

os grandes proprietários rurais e os grupos surgidos com o processo de concentração industrial e internacionalização dos sectores dinâmicos.

Convém referir que desde meados da década de sessenta se verificou um processo de alteração na estrutura das exportações argentinas através do aumento da exportação de manufacturas. Em 1974, representavam cerca de metade das exportações. Tal como refere Canitrot (1980:15): “o modelo económico semicerrado parecia ir-se dissolvendo progressivamente”.

Com o regresso de Péron ao poder (1973-1974) os défices orçamentais explodiram, o que resultou num surto inflacionista derivado da emissão moeda para financiar o défice orçamental (Buonuome *et al*, 1987). A política comercial voltou a sofrer um revés: as tarifas foram aumentadas, aplicaram-se diversas taxas de câmbio e eliminaram-se algumas importações.

Em 1975 verificou-se uma deterioração significativa dos termos de troca e a economia entrou em recessão. Conforme Fanelli *et al* (1993), na presidência de Martinez, em 1975, o défice orçamental tinha atingido 15% do PIB, a inflação situava-se em 335% (40% em 74) e o saldo da balança de transações correntes apresentava um défice de USD 1.289 m (após um saldo positivo em 74 de USD 128m).

Foi este cenário de crise económica e social que criou as condições para que o general Videla⁹² tivesse dado um golpe de estado, estabelecendo um Governo militar entre 1976 e 1981

Entre 1976-78, foram levadas a cabo uma série de medidas que tentaram eliminar as distorções induzidas pelos modelos anteriores. Este conceito de liberalismo económico atribuía as dificuldades da economia argentina a duas causas principais: a distorção dos preços relativos introduzidos pela política de industrialização e o sobre-dimensionamento do estado (Canitrot, 1980). Segundo Bandeiras (2002: 3) o objectivo do

⁹² O golpe de estado do general Videla dá início a uma época de terror, marcada por execuções sumárias e milhares de “desaparecidos”. O papel assumido pelo Ministro das Finanças Martinez de Hoz, é realçado por diversos autores.

programa de liberalização económica era, entre outros, “liquidar a base social dos sindicatos e do peronismo, mediante a desindustrialização da Argentina”.

A política económica baseou-se no enfoque monetário da balança de pagamentos. Estas políticas, que seguiam de perto as recomendações do FMI, passavam pela reforma dos sectores financeiro e comercial (nomeadamente a liberalização das taxas de juro)⁹³, a liberalização do mercado cambial⁹⁴ e o financiamento do défice orçamental mediante emissão de títulos no mercado de capitais.

Os resultados, segundo Fanelli *et al* (1993:395), “traduziram-se nas mais graves rupturas económicas que a Argentina enfrentou no período pós-guerra”: consolidou-se um regime de alta inflação (a taxa de inflação só cairia abaixo dos 100% duas vezes depois da crise de 1975), o sector externo registou uma sucessão de défices e superávites⁹⁵, e o resultado final foi o aumento da dívida externa (ver quadro 2).

De acordo com Fanelli *et al* (1993) as reformas comerciais e a liberalização do mercado cambial, juntamente com um novo programa de estabilização que levou à sobrevalorização da moeda, foram as causas principais destas alterações.

Se, por um lado, a redução das tarifas resultou num aumento das importações (especialmente bens finais, uma vez que o nível de protecção para bens intermediários não sofreu mudanças

⁹³ Nos últimos 30 anos, as taxas juro tinham sido controladas (em maior ou menor grau) pelo Banco Central (Fernandez, 1983). O modelo industrialista seguido (principalmente a partir de 1954) permitia às empresas, além da obtenção de várias regalias, um financiamento com taxas de juro inferiores à do mercado (Canitrot, 1980).

⁹⁴ De Março de 1976 a Dezembro de 1978 o regime cambial passa a ser de “crawling peg”. Em 1979 foi introduzida a “tablita” que pré fixava a taxa de depreciação cambial. Esta política tinha por principal objectivo a redução da inflação através da diminuição dos preços das importações e da obtenção de um clima de estabilidade cambial. O sistema foi abandonado em 1981.

⁹⁵ De 76 a 78 verificaram-se saldos positivos da conta corrente, devido ao crescimento das exportações, nomeadamente o aumento da produção de produtos agrícolas. As exportações industriais, que tinham crescido até 1977, tiveram um rápido decréscimo. Uma das causas foi a eliminação do sistema de subsídios (Canitrot, 1980).

significativas), por outro lado, a sobrevalorização do peso⁹⁶, num contexto da maior mobilidade de capitais, levou a um aumento da saída de capitais.

Durante 79-81 a saída de capitais elevou-se a USD 16.2 mm (cerca de 23% do PIB)⁹⁷. Uma vez que os superávites verificados em 76-78 foram insuficientes para financiar esta saída de capitais, verificou-se uma dramática subida da dívida externa (subiu de USD 9.7mm em 1977 para USD 35.7mm em 1981)⁹⁸ (Fanelli *et al*, 1993).

O grande aumento da dívida externa na Argentina aparece assim mais como contrapartida da saída de capitais do que uma excessiva absorção interna. Ou seja, o aumento das responsabilidades não levaram ao aumento da capacidade produtiva mas sim ao aumento dos activos externos do sector privado (Fanelli *et al*, 1993).

Como a saída de capitais foi largamente financiada pelo sector público, a dívida pública representava mais de 50% do total da dívida externa.

Adamson (1985) refere-se às distorções criadas pela intervenção do estado na economia. De 1973 a 1984 o aumento das despesas públicas levaram a um défice médio orçamental de 5.2% do PIB, financiado em grande parte por empréstimos externos. O aumento das despesas públicas traduziram-se na diminuição do investimento, tendo grande parte dos recursos sido despendidos tanto em “projectos de prestígio e baixo retorno financeiro” (Adamson, 1985:3), como em investimentos especulativos (Torrente,2001). Daniela Torrente refere o ano de 1976 como o início do processo de desindustrialização.

⁹⁶ Conforme Dornbush *et al* (1989) a taxa de câmbio real que no período de 1970-78 era de 73, aumentou para 108 nos três anos seguintes. Entre 1978 e 1979 a taxa de câmbio real aumentou uma vez que a inflação era persistentemente superior à taxa de depreciação da moeda.

⁹⁷ Segundo Fanelli (1993) os principais mecanismos de saída de capitais eram a sobre-facturação das importações e sub-facturação das exportações. Este facto leva a que as estimativas dos montantes de saídas de capital sejam diferentes consoante diversas fontes. Dornbusch *et al* (1989) por exemplo, estimam que as saídas de capital no período de 1978-82 tivessem ascendido a USD 23.4 mm.

⁹⁸ Roper (2000) refere-se ao facto de que parte da dívida externa da Argentina, mais precisamente USD 10mm, era canalizada através de uma companhia estatal de petróleo (dirigida por um dos militares no

Face à deterioração da situação económica e social interna, o Governo tomou a decisão de entrar em guerra com o Reino Unido em 1982, o que ficou conhecido pela Guerra das Malvinas. A tentativa de obter apoio popular e desviar as atenções da situação económica do país era óbvia. No entanto, não resultou. Neste contexto, Roper (2000) atribui à derrota na Guerra das Malvinas em 1982, o fim da ditadura militar.

Segundo Frenkel *et al* (1993) o retorno ao sistema democrático na Argentina não foi resultado de um processo gradual de abertura política, mas sim uma intensa crise do regime militar, debilitado por fortes dissidências internas, agravadas pela situação da economia.

2.4.7 A Década Perdida (1983 a 1989)

Em 1983 Raúl Alfonsín assume a presidência admitindo que a falta de respeito pelas instituições, a violação dos direitos humanos, uma guerra perdida e a situação económica era a pesada herança deixada pelos militares (Verdi, 2003).

Segundo Fanelli *et al* (1993), tanto a elevada dívida externa, que resultou do falhanço da tentativa de liberalizar a economia, como os efeitos finais da exaustão do modelo de substituição de importações, são visíveis no desequilíbrio estrutural dos sectores público e externo.

Ao longo da década de 80 a economia argentina mostraria o seu pior desempenho desde o pós-guerra. Tal como refere Dornbusch *et al* (1989), registou-se uma enorme disparidade entre a expansão económica verificada até 1975 e a estagnação e declínio que se lhe seguiu. Assim, entre 1945 e 1975 o rendimento per capita cresceu a uma taxa anual de 1.7%, enquanto de 1975 a 1985 decresceu a uma taxa anual de 1.7%.

poder) para a compra de armas. O autor adianta ainda que não há registos respeitantes a 80% dos USD 40mm da dívida externa criada pela ditadura militar entre 1976 e 1983.

O quadro 3 mostra-nos a evolução de alguns indicadores macroeconómicos que caracterizaram os anos de 80.

Quadro 3					
Indicadores Macroeconómicos de 1983 a 1989					
	PIB (1)	Inflação (2)	Saldo Bal. Comercial (3)	Saldo Bal.Tr. Correntes (3)	Dívida Externa (2)
1983	2,6	433,6	3.332	-2.438	45.069
1984	2,2	686,8	3.523	-2.391	46.903
1985	-4,6	385,4	4.351	-953	49.326
1986	5,8	81,9	1.555	-2.859	51.422
1987	1,8	174,8	257	-4.236	58.324
1988	-3,0	387,7	3.555	1.572	58.473
1989	-4,6	4923,3	5.374	-1.292	63.314

Fonte: Banco Central

(1) Taxa de crescimento em percentagem (2) Variação anual

(3) Em USD m

A década com maiores problemas de crescimento foi a década de 80, tendo o produto real per capita caído mais de 20%. Entre 1981 e 1989 a inflação foi superior aos 3 dígitos, o rácio do défice orçamental em relação ao PIB subiu acima dos 10% e a dívida externa subiu aos USD 58.5 mm (Bulacio *et al*, 2001).

Após o anúncio do México, em 1982, da impossibilidade de cumprir o serviço da dívida (facto referido usualmente como ponto inicial da chamada "crise da dívida"), a Argentina procurou junto do FMI assistência financeira (ver anexo 17).

A crise do México teve de imediato repercussões a nível dos mercados internacionais, particularmente com as subidas das taxas de juro, o racionamento nos mercados financeiros e a caída dos preços das exportações.

Na Argentina, o pagamento de juros, que correspondiam sensivelmente a dois terços das receitas das exportações, foram refinanciados em Março de 1984 através de um acordo internacional que

envolveu os Governos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (Adamson, 1985)⁹⁹.

Em Dezembro de 1984 (ver anexo 17), a Argentina acordou com o FMI um SBA (*Stand-by Agreement*) de USD 6 mm e uma facilidade de financiamento às exportações¹⁰⁰. Contudo, o programa acordado não foi parcialmente cumprido por “substanciais aumentos salariais” (Wijnbolds, 2003:103).

Posteriormente, em Julho de 1987 (ver anexo 17), foi acordado um novo programa de estabilização com o FMI que acabou por falhar uma vez mais.

Um outro factor deve ainda ser acentuado e que contribuiu para as pressões inflacionistas: o aumento do défice orçamental que passou de 6% do PIB em 1981 para 22,1% em 1982, 10,7% em 1983 e 19,5% em 1984. A falta de crédito externo, que surge no seguimento da crise da dívida de muitos países emergentes, resultou num uso abusivo da emissão de moeda (“imposto inflacionário”) como instrumento do financiamento público e que desembocou na crise hiperinflacionária do final da década (Bulacio *et al*, 2001).

Em 1988 a Argentina suspendeu os pagamentos da dívida externa e em 1989 o peronista Carlos Menem¹⁰¹ assumiu a presidência face a um estado caótico da economia e situação social.

Fanelli *et al* (1993) referem que três situações distintas aumentaram a instabilidade neste período:

a) embora se tenha verificado um superavit na balança comercial entre 1982 e 1989 de USD 23.8 mm, a balança de transações correntes apresentou um défice de USD 14.9 mm. Ou seja, a transferência externa

⁹⁹ Estes 4 países emprestaram à Argentina USD 300 m por três meses, tendo-se posteriormente verificado um empréstimo por parte dos EUA de montante similar (Wijnbolds, 2003).

¹⁰⁰ Boughon (2001: 396) refere que nem todos os funcionários do Fundo estavam de acordo com este empréstimo, o próprio “Managing Director só esteve de acordo, em desespero”.

¹⁰¹ A política neo-liberal imposta a partir de 1989 por Menem (partido justicialista) situava-se no oposto do peronismo tradicional (um era pelas nacionalizações, o outro pelas privatizações, um ferozmente anti-americano, o outro pró-Estados Unidos). Ao tomar posse, Menem abandonou o programa populista com que foi eleito e, com ele, a tradição estatizante legada ao partido Justicialista.

de recursos representou cerca de um terço do PIB. Apesar deste esforço, a dívida externa cresceu neste período USD 19.6 mm.

b) enquanto o défice público cresceu como consequência do pagamento do serviço da dívida, aumentou a grau de dolarização da economia. A queda da procura de activos financeiros nacionais levou ao aumento da fragilidade financeira e a tentativas de redução do défice orçamental prejudiciais ao crescimento económico como, por exemplo, a diminuição do investimento público abaixo do mínimo necessário para preservar o stock de capital¹⁰².

c) as políticas de choque que passaram por uma forte desvalorização da moeda e aumentos dos preços dos bens públicos (Plano Austral)¹⁰³ resultou num regime de alta inflação que se tornou hiperinflacionário.

2.5 Uma Síntese

Desde os finais século XIX até à grande depressão de 1929, a Argentina, auxiliada por capitais e mão de obra estrangeira, experimentou uma alta taxa de desenvolvimento económico e a filosofia económica predominante era o *"laissez-faire"*, uma política liberal "virada para o exterior". Como a estrutura da produção estava orientada para a exportação, o país encontrava-se muito vulnerável às flutuações da procura externa das suas exportações e que consistiam essencialmente de produtos primários.

Para alguns autores as políticas tomadas, a partir de 1930, contribuíram para o fim da dinâmica do crescimento argentino e a sua

¹⁰² O rácio investimento público/PIB decaiu de 12% no final da década de 70, para menos de 7% em 1988. A diminuição do investimento na década de 80 levou à designação de "década perdida para a indústria nacional" (Torrente, 2001).

¹⁰³ A reforma monetária introduzida em 1985 (com o apoio do FMI), conhecida como "Plano Austral" foi uma tentativa de combater a inflação. Entre outros compreendia a criação de uma nova moeda, o austral, o congelamento dos salários, a promessa de não criar moeda para financiar o défice fiscal e a introdução de taxas de exportação e importação. Embora a inflação tivesse decaído após 1985, este plano não conseguiu trazer a estabilidade dos preços.

menor integração nos mercados internacionais. A pesada intervenção estatal na economia, a forte política de substituição de importações (quando a procura mundial de encontrava em franca expansão) e a instabilidade política, contribuíram para o decréscimo do investimento, gerando simultaneamente distorções e ineficiências prejudiciais ao crescimento.

Os custos em termos de crescimento de longo prazo da estratégia do ISI, têm sido alvo de debate entre diversos analistas. Autores como O'Connel (2002) defendem que os anos de modelo de substituição de importações, apresentaram resultados melhores que a imagem distorcida que muitos querem apresentar¹⁰⁴. Mundlack e Cavallo defendem que um modelo de desenvolvimento mais aberto ao exterior poderia não ter travado a trajectória de crescimento verificada até à grande depressão¹⁰⁵.

O período de 1930 a 1948 caracterizou-se assim por uma crescente intervenção económica do Governo e a política de desenvolvimento baseou-se na industrialização por substituição de importações. Esta aparece como alternativa à severa contracção da procura internacional das exportações argentinas derivado da grande depressão de 1929 e da II Guerra Mundial (1939-1945).

O período de 1947 a 1980 apresentou enormes oscilações, tanto a nível político (sucessão de diferentes regimes políticos) como económico: baixa inflação nos anos 40 e 50, seguidos por inflação moderada nos anos 60, alta inflação na década de 70 e hiperinflação nos anos 80. O problema da inflação nas últimas décadas do séc XX levou a que as políticas económicas na Argentina se focassem mais nas políticas monetárias do que propriamente em questões relacionadas com o

¹⁰⁴ O'Connel (2002) refere que o rendimento per capita no período de 1950-1974 teve um crescimento de cerca de dois terços, enquanto que o crescimento nos períodos subsequentes (em que se verificaram as tentativas de liberalizar a economia) foi muito inferior.

¹⁰⁵ Numa simulação efectuada por Mundlack et al (1990), a partir do modelo usado os autores chegam à conclusão que se a Argentina tivesse optado por um modelo mais aberto ao comércio, restringindo as suas políticas macroeconómicas à estabilização de curto prazo, o nível de rendimentos em 1984 teria sido 63% superior, o nível do investimento teria sido duas vezes superior e as exportações teriam triplicado.

desenvolvimento económico, como por exemplo, um desenvolvimento industrial sustentado (Guisán *et al*, 2003).

Enquanto que os modelos seguidos nos anos 40 e 50 foram “de crescimento para dentro”, assiste-se a uma gradual abertura nos anos 60, final dos anos 70 e final dos anos 80.

Também os preços relativos apresentaram grandes flutuações, por vezes como resultado de políticas populistas de distribuição de rendimentos (anos 50 e início dos anos 70) ou de políticas cambiais de combate à inflação (final anos 70). Mallon e Sourrouille¹⁰⁶ referem que a alternância das políticas seguidas teve como principal causa o conflito entre as duas correntes de pensamento: o liberalismo que defendia as virtudes duma sociedade aberta às oportunidades e influências internacionais e o nacional populismo que enfatizava um desenvolvimento endógeno e autónomo.

São vários os argumentos que se têm avançado para explicar o declínio do desenvolvimento argentino, destacando-se as políticas de substituição de importações, a alta inflação, a volatilidade dos preços relativos, a forte intervenção estatal no mecanismo dos preços e o sobredimensionado sector do Estado.

Segundo Taylor (1994), considerando a teoria do crescimento, grande parte do declínio da actuação económica da Argentina é atribuída à deterioração das condições que levam à acumulação de capital a partir de 1913. O autor considera três fases distintas: uma primeira fase (anterior a 1913) em que o sucesso da “*Belle Époque*” é devido a espectaculares taxas de acumulação suportadas pelos fluxos de capitais do Reino Unido; uma segunda fase (1913-1930) com baixas taxas de poupança derivadas da contracção dos empréstimos externos que restringiram o investimento; e, finalmente, uma terceira fase (1930-1950) onde as políticas de substituição de importações levaram ao rápido

¹⁰⁶ Mallon e Sourrouille (1975), “Economic Policy Making in a Conflict Society” in Dornbush *et al* (1989)

aumento dos preços relativos dos bens de capital, nomeadamente bens de equipamento e maquinaria. Desta forma, o crescimento económico foi afectado tanto pelas baixas taxas de acumulação de capital como pela baixa taxa de absorção de tecnologia incorporada nos bens de capital.

No mesmo sentido aponta Keifman (1998), para quem o lento desenvolvimento da Argentina nos últimos 50 anos se deveu às baixas taxas de crescimento tanto da acumulação física de capital como de produtividade. A instabilidade macroeconómica e as políticas comerciais distorcidas terão sido, segundo o autor, os principais factores de impedimento do crescimento económico. Assim, as baixas taxas de acumulação de capital foram mais o resultado dos altos preços relativos dos bens de capital após a 2ª Guerra Mundial, que tiveram por base as políticas comerciais então seguidas (Diaz Alejandro, 1970)¹⁰⁷, do que as taxas de poupança¹⁰⁸. Por outro lado, como refere Keifman (1998), as baixas taxas de progresso técnico não constituem surpresa dada as políticas comerciais e cambiais distorcidas e a instabilidade macroeconómica prevalecente no período 1947-1994.

Tal como sugere Paul Samuelson¹⁰⁹, a Argentina pode ser considerada como um exemplo de desenvolvimento falhado, nomeadamente no período de 1947 até à década de 90: “se alguém em 1945 me perguntasse que parte do mundo teria maior desenvolvimento nas três décadas seguintes, provavelmente eu responderia que a Argentina era a onda do futuro (.....). Em 1945 a Argentina estava num estado intermédio de desenvolvimento, para o qual se esperava um rápido crescimento. Tão errado que eu estava...”.

Na realidade, no final da década de 80, o PIB per capita da Argentina representava apenas um terço do nível alcançado pela França,

¹⁰⁷ Diaz-Alejandro (1970), *Essays on the Economic History of the Argentine Republic*, cap. 6 in Keifman (1998).

¹⁰⁸ As taxas de poupança no período 1947-1994 flutuaram à volta dos 20% do PIB (Keifman, 1998).

¹⁰⁹ Paul Samuelson, *Associação Económica Internacional, México 1980* in Keifman (1998).

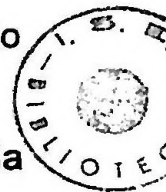
Alemanha e Canadá, economias com as quais se tinha comparado favoravelmente na década de 30.

Também o grau de inserção da economia argentina na economia mundial, poderá ser um indicador deste declínio: em 1930, a participação do país nos fluxos internacionais do comércio rondava os 3%. Vinte anos depois, em 1950, a Argentina ainda respondia por 1.7% do comércio mundial. No entanto, em 1970 a sua participação era de 0,6%, recuando para 0.2% em 1989 (Markwald,2000).

No final da década de 80, a Argentina debatia-se com dois graves problemas estruturais: hiperinflação e uma forte dívida externa. Como refere Dornbush *et al* (1989) embora os défices orçamentais constituíssem a causa próxima, as raízes do problema encontravam-se nas experiências falhadas dos anos 70. Também a desindustrialização verificada na década de 80, leva Di Tella (1986) a referir-se à Argentina como um caso de desenvolvimento económico frustrado.

Além da crise económica, factores como o repúdio à política de violação dos direitos humanos praticada durante o ciclo dos Governos militares (1976-1983) e a derrota na guerra das Malvinas (1982), levaram a Argentina a uma gravíssima crise de isolamento internacional.

Eram necessárias reformas que dessem mais espaço aos mecanismos de mercado e promovessem maior abertura, bem como mais disciplina fiscal e monetária. É neste contexto que iremos, no capítulo seguinte, analisar as grandes transformações por que passou a economia argentina na década de 90.



CAPÍTULO III

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA DA DÉCADA DE 90

Neste capítulo iremos analisar as grandes transformações económicas/políticas que se operaram nesta década. Assim, numa primeira parte (ponto 3.1) são agrupadas as principais reformas efectuadas e numa segunda parte (ponto 3.2) poderemos avaliar o impacto que estas mesmas reformas tiveram no desempenho macroeconómico. A análise recairá, em maior detalhe, nas variáveis que são apontadas pela maioria dos autores como as causas próximas da crise económica que se iniciou no final dos anos 90.

A década de 90 representou um período de mudança estratégica na concepção do desenvolvimento argentino, o que levou a significativas alterações das políticas económicas e características do desempenho económico. A prolongada queda de rendimentos ao largo dos anos 80, a desarticulação das finanças públicas e, em especial, a experiência do elevado custo económico da hiperinflação, reforçaram a percepção de que a deterioração da economia não tinha uma carácter episódico, mas que respondia a falhas do esquema de organização económica e, particularmente, a problemas inerentes à acção do sector público.

Contudo, tal como refere O'Connell (2002), as falhas anteriormente verificadas com as tentativas de liberalizar a economia foram esquecidas, tendo o Presidente Menem e o seu Governo empenhado-se, fortemente, no cumprimento do dogma designado por "*Washington Consensus*".

O Plano de Convertibilidade iniciado em 1991 (reforma que se refere à paridade entre o USD e o peso, a desenvolver no ponto 3.1.1) e um amplo conjunto de reformas que cobriram quase todos os instrumentos e instituições de política económica, alteraram

profundamente o comportamento operacional da economia, permitindo ao sector privado configurar-se como determinante no desenvolvimento económico. É neste contexto económico que aparece o Plano “Cavallo”¹¹⁰ assente em quatro pontos fundamentais: reforma do Estado, reforma laboral, reconversão industrial e reforma financeira.

Contrastando com o período anterior, nos anos 90 a economia retomou um apreciável ritmo médio de crescimento, com as taxas de inflação reduzidas a níveis muito inferiores. Contudo, apesar do crescimento do produto e do investimento, o desemprego aumentou. O nível de actividade económica caracterizou-se por intensas flutuações e grande volatilidade perante crises internacionais (México nos finais de 1994, Ásia em 1997, Rússia 1998 e Brasil 1999), conforme atesta o quadro 4¹¹¹.

Quadro 4											
Indicadores Económicos de 1991-2000											
		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
PIB	1	9,9	8,9	5,9	5,8	-2,8	5,5	8,1	3,9	-3,4	-0,5
IPC	1	171,7	24,9	10,6	4,2	3,4	0,2	0,5	0,7	-1,8	-0,7
Investimento	1	14,3	17,4	19,1	20,5	18,3	18,9	20,6	21,1	19	17,5
Taxa juro		19,8	25,3	8,7	9,6	9,2	7,6	8	8,1	10	12,3
Desemprego	2	6,5	7	9,6	11,5	17,5	17,2	14,9	12,9	14,3	15,1
Saldo Público	3	-1,2	-0,3	0,4	-0,3	-1	-2,2	-1,5	-1,3	-2,5	-2,3
Saldo comercial	3	1,7	-1,2	-1,6	-2,2	0,3	0	-1,4	-1,7	-0,8	0,4
Conta Corrente	3	0,4	-2,5	-3,4	-4,3	-1,9	-2,4	-4,1	-4,9	-4,3	-3,1
Dívida Externa	3	32,7	31,8	34,3	33,3	38,3	40,3	42,6	47,3	51,1	51,7

1- Taxa variação anual 2- Em % 3- Em % do PIB

Fonte: INDEC

Neste quadro pode observar-se o comportamento das principais variáveis macroeconómicas e respectivos indicadores. Entre 1991 e 2000, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 4.2% (uma variação muito significativa, se tivermos em atenção a descida média de 0.7% em

¹¹⁰ Nome dado pelo seu executante Domingo Cavallo, 4º ministro da economia da administração Menem. Anteriormente, em 1982 tinha já desempenhado as funções de presidente do Banco Central (ver anexo 11).

¹¹¹ No quadro 4 os dados apresentados são a partir de 1991, uma vez que é somente a partir desta data que se inicia o Plano de Convertibilidade.

1981-1990). Contudo, a taxa de desemprego neste mesmo período elevou-se para 14.3% em 1999, mais que o dobro da taxa do período 1982-1990 (5.9%).

A actividade real atravessou várias fases diferenciadas. No período 1991-1994, após uma prolongada e intensa contracção, o PIB cresceu a uma taxa média de 7.6% ano. Esta fase foi interrompida pela forte caída (-2.8%) da actividade económica em 1995, que esteve associada à crise mexicana e à grande retracção do crédito externo, a que nos referiremos mais adiante.

A recuperação de 5.8% entre 1996 e 1998 foi cortada por uma nova recessão que se iniciou no 2º trimestre de 1998, dando origem ao início da mais recente crise argentina.

Embora o produto real tenha registado grandes oscilações, os preços mostraram uma certa estabilidade: a taxa de inflação reduziu-se persistentemente até meados da década, de 1996 a 1998 foi inferior a 1% ano, assistindo-se mesmo a uma deflação dos preços em 1999 e 2000. Esta evolução é particularmente significativa numa economia com uma grande tradição inflacionária. Recorde-se que, em 1989 e 1990, atingiram-se picos de hiperinflação (4923% e 1343% respectivamente).

A caída da taxa de inflação levou à diminuição da volatilidade dos preços relativos. É de realçar o embaratecimento dos preços dos bens de capital o que permitiu que a taxa de acumulação física, nos anos 90, fosse claramente mais elevada que a da década anterior.

Do ponto de vista do financiamento externo, enquanto que, nos anos 80, a economia argentina se debateu com graves problemas de financiamento e, num contexto de contracção da despesa interna, gerou superávites comerciais, nos anos 90, a ampliação do acesso ao crédito do exterior levou a significativos défices da conta corrente. Por outro lado, a apreciação do USD no final dos anos 90 e a desvalorização da moeda brasileira, em 1999, trouxeram problemas de competitividade às exportações argentinas e ao desenrolar da crise.

A dívida externa, um dos problemas que mais tinha afligido o país nos anos 80, voltou a atingir níveis preocupantes: 51.7% do PIB em 2000, quando não ia além de 31.8% em 1992, conforme o atesta o quadro 4. Simultaneamente, os indicadores do risco-país tornaram-se muito desfavoráveis desde o final da década de 1990, dificultando ainda mais qualquer recuperação, designadamente por via do acesso ao crédito internacional.

A estabilidade macroeconómica e as reformas empreendidas foram factores decisivos para atrair grandes fluxos de capital estrangeiro.

Estas entradas de capital contribuíram decisivamente para o processo de crescimento económico. Contudo, este crescimento, conseguido mais através da dependência das forças externas do que de um aumento de competitividade da economia doméstica, veio realçar a fragilidade inerente à dinâmica de crescimento que aparece associada às reformas neo-liberais induzidas pelo FMI. Conforme refere Oni (2002:4), "dada a natureza frágil do crescimento económico, não é paradoxal que apesar dos desenvolvimentos favoráveis registados, não fosse possível evitar uma crise séria no início da década de 2000".

A recessão que se iniciou, no final de 98, acabou por levar ao fim do Plano de Convertibilidade em 2001 e ao surgimento de um período de grandes convulsões sociais e instabilidade governamental.

Após esta breve síntese da década de 90, iremos analisar de seguida as principais reformas implantadas.

3.1 Reformas Efectuadas

3.1.1 O Plano de Convertibilidade e a Política Financeira

Em 1989, a primeira reforma financeira efectuada foi a eliminação de restrições sobre as transações em divisas (numa economia onde já estava difundida a utilização do dólar). O Governo tentou aumentar a segurança das colocações em moeda estrangeira instituindo uma norma que exigia às entidades bancárias devolver os depósitos na divisa em que tinham sido constituídos (Heyman, 2000).

No ano seguinte, em 1990, o “Plano Bonex”, cujo objectivo era a reestruturação da dívida pública, referia-se à conversão compulsiva de depósitos a prazo fixo por títulos públicos denominados em dólares. Este plano deveria permitir ao Banco Central libertar-se de dívidas de curto prazo (os mencionados “*encajes*”) que davam lugar a um défice quase-fiscal¹¹² significativo e refinanciá-las como obrigações do Governo.

Finalmente, o mais importante dos planos financeiros governamentais, o Plano de Convertibilidade, foi concebido por Domingo Cavallo e estabeleceu-se através de uma lei votada pelo Congresso em Março de 1991. Este instrumento legal fixou irrevogavelmente a paridade do austral¹¹³ ao USD¹¹⁴, a obrigatoriedade do Banco Central em manter reservas em proporção não inferior a 80% da base monetária (os restantes 20% podiam constituir-se de títulos públicos, nomeadamente obrigações do Governo)¹¹⁵, e a total convertibilidade do austral tanto para operações correntes como de capital.

¹¹² O resultado quase-fiscal do BC é definido como: juros sobre as reservas internacionais mais juros das aplicações financeiras do Governo. Não são assim consideradas as receitas e despesas operacionais (Ministério Economia 2003 a).

¹¹³ A substituição do austral pelo peso argentino, só ocorre em Janeiro de 1992

¹¹⁴ O USD passou a ter um curso legal no país, podendo assim falar-se de bimonetarismo (Silva, 2001).

¹¹⁵ Os títulos do Governo em carteira no Banco Central podiam elevar-se a 30% da base monetária em situações excepcionais – estas obrigações não são consideradas reservas estrangeiras “puras” (Schuler, 2002). Na década de 90 esta clausula só foi utilizada brevemente em 1995.

Para garantir a independência do Banco Central, foi reformada, em 1992, a sua lei orgânica, fixando-se limites ao crédito do Governo (nomeadamente o financiamento do défice orçamental) e aos redescontos do Banco Central.

As normas que definiram o regime monetário deixaram uma estreita margem de flexibilidade para as políticas monetárias, seja para contrair a oferta de moeda primária, seja para expandir a mesma em caso de existirem reservas excedentárias (Heymann, 2000).

Contudo, conforme refere Hanke (2002:2), “a diferenciação do Plano de Convertibilidade da ortodoxia dum *currency board* permitia-lhe agir mais como um Banco Central (...) com a possibilidade de esterilizar fluxos de capital, acabando assim por conduzir a políticas monetárias discricionárias”¹¹⁶. Veremos mais adiante (ponto 3.2.2.1) que perante os choques financeiros internacionais, particularmente após 1994, o Banco Central mostrou uma certa flexibilidade¹¹⁷.

Por outro lado, a fixação da taxa de câmbio foi um elemento central no combate à inflação. A existência de duas unidades de denominação de dívidas (em particular, de activos e passivos do sistema bancário¹¹⁸) funcionou como um elemento para absorver algumas flutuações ocasionais no “risco cambial”¹¹⁹.

¹¹⁶ Embora alguns autores se refiram ao sistema monetário da Argentina como um “Currency Board”, na realidade existem várias diferenças: num *currency board* existe um mínimo (*floor*) e um máximo (*ceiling*) de 100% e 110% respectivamente, para a cobertura da massa monetária por reservas internacionais; os activos líquidos do BC estão congelados, o BC não tem flexibilidade para esterilizar fluxos de capital que entrem ou saiam do país, ou seja, o BC não pode conduzir políticas monetárias discricionárias. No caso do sistema de convertibilidade, havia um mínimo para ser coberto pelas reservas internacionais, mas não um máximo, os activos líquidos do BC não estavam congelados e o sistema permitia a esterilização de fluxos de capital. Por exemplo, em 2001, as reservas estrangeiras caíram USD 12 mm, sendo que 122% destas saídas de reservas foram contrabalançadas por aumentos dos activos líquidos do BC (Hanke, 2002).

¹¹⁷ Hanke (2002:2) refere-se mesmo à condução de “políticas monetárias super-activistas”. O autor refere que nesse período, a posição líquida dos activos do BC era seis vezes mais volátil que a do BC do Chile, que detinha uma política monetária independente e operava num regime de flutuação de moeda.

¹¹⁸ No sistema financeiro argentino, havia um perfil dolarizado do passivo, mas não do activo (Hermann, 2001)

¹¹⁹ Por exemplo: em altura de incertezas quando aumentavam as diferenças de taxas de juro entre os activos das duas moedas, observavam-se substituições de depósitos em pesos por dólares dentro do próprio sistema bancário.

Velasco (2002) refere-se ao facto do Plano de Convertibilidade não ser meramente um sistema monetário, mas também uma estratégia para encetar as diversas reformas ocorridas neste período¹²⁰.

O objectivo do Plano de Convertibilidade acabava por ser uma forma de restaurar a credibilidade internacional. Sem esta ancoragem seria impossível implementar um plano de estabilização que tivesse qualquer credibilidade, dadas as tentativas falhadas em períodos anteriores (Oni, 2002).

3.1.2 Privatizações

Em meados de 1989 o Governo expressou a intenção de levar a cabo a privatização de um amplo conjunto de empresas e actividades do sector público. A “Lei de Reforma do Estado” que estabeleceu as bases legais para a privatização das empresas públicas, implicou alterações significativas na estrutura da propriedade, nas modalidades de gestão e funcionamento do mercado em sectores de grande peso na economia.

Assim, e no período de três anos (1991-94), o Governo privatizou 90% das empresas públicas (IMF, 1998).

Segundo Heymann (2000), as privatizações tiveram objectivos distintos: de ordem fiscal (através da obtenção de recursos com a venda de activos, eliminando ou reduzindo as transferências do Governo às empresas em questão) e de tipo direccionado (em especial, reforçar o fluxo de investimentos para os sectores de serviços públicos). Este autor refere ainda que numa primeira etapa, de grande instabilidade macroeconómica, nomeadamente quando se deram as privatizações das telecomunicações e aero-navegação, pesaram mais as considerações de

¹²⁰ Velasco (2002) adianta que anteriormente ao Plano de Convertibilidade o Governo não se via obrigado a proceder a reformas, uma vez que a política monetária poderia ser a resposta aos problemas. Se os sindicatos forçassem demasiado os salários, uma eventual desvalorização da moeda poderia resolver o problema. Se as Províncias gastassem acima do acordado, uma emissão de moeda poderia também ser a solução.

carácter financeiro, enquanto que nas privatizações posteriores (gás e electricidade) pesou mais o “desenho microeconómico”.

As privatizações permitiram, entre 1990 e 1998, um encaixe de USD 24 mm¹²¹. É de salientar que as privatizações representaram no período de 1990 a 1993, 44% das entradas líquidas de capitais. Contudo, o seu peso no total de financiamento externo, diminuiu sensivelmente nos anos seguintes (Heymann, 2000).

Nestas transações tanto operaram investidores nacionais como estrangeiros.

Os sectores abrangidos pelas privatizações mostraram um grande dinamismo. Tal facto pode ser comprovado pelo crescimento do produto dos serviços de infraestruturas (electricidade, gás e água, transporte e comunicações) que entre 1990 e 1998 superou os 7% anuais (Heymann, 2000).

Como resultado das privatizações, constituiu-se um conjunto de empresas privadas de grande dimensão. Estima-se que, em 1997, cerca de um quarto das vendas e dois terços dos lucros das primeiras 100 empresas que operavam na economia correspondiam a empresas privadas (CEP, 1998).

As privatizações tiveram, no entanto, um impacto negativo no que diz respeito ao desemprego. Para aumentar a produtividade e a competitividade, no período de 1989 a 1994, o emprego nas empresas privatizadas foi reduzido de 302.000 para 138.000 postos de trabalho, tendo as reduções mais significativas sido realizadas nos sectores dos comboios, petróleo e aço (IMF, 1998).

Considerando o facto de que muitas das empresas privatizadas eram “*utilities*”, os preços de serviços básicos como electricidade e telefones sofreram aumentos, contribuindo deste modo para a desigualdade de rendimentos (Oni, 2002).

¹²¹ O valor mais alto deu-se com a privatização da petroléira YPF (cerca de 3.300 milhões de dólares).

Tal como refere Weisbrot *et al* (2002a), algumas destas privatizações, uma vez que deram lugar a monopólios não regulados¹²², fizeram da Argentina um dos locais do mundo mais caros para se fazerem negócios.

3.1.3 Comércio Externo e Mercosul

Tal como já foi referido anteriormente, a política comercial havia sofrido diversos reveses nas últimas décadas. A redução gradual de tarifas de importação em finais dos anos 70 foi interrompida em 1981, aquando do término do sistema do câmbio pré-anunciado (*tablita*) e foi novamente revertido no ano seguinte quando se estabeleceram fortes restrições à entrada de mercadorias importadas. Durante os anos 80, o regime de importações adquiriu uma grande complexidade através de diversos controles administrativos. Na segunda metade da década foram-se levantando gradualmente alguns entraves às importações¹²³.

A partir de 1989, o programa de reformas baseou-se essencialmente na eliminação das restrições quantitativas das importações (com excepção para o sector automóvel), na redução gradual das tarifas¹²⁴ e na eliminação de taxas das exportações. Manteve-se, contudo, uma certa diferenciação na estrutura das tarifas, sendo introduzidas alterações como função da evolução da taxa de câmbio real e do défice da balança comercial.

A liberalização da balança comercial e de capitais foi um elemento central da reforma estrutural no início dos anos 90. A interacção da abertura dos mercados reais e financeiros, juntamente com a desregulação do sistema financeiro, a reforma do Estado e a estabilização, representaram um elemento tão essencial para a

¹²² É apontado por vários autores a existência de um “regime regulatório fraco” para a competição, o que permitia uma extraordinária concentração de poder de mercado (O’Connell, 2002)

¹²³ Antes da década de 1990, a Argentina tinha na América Latina um dos regimes mais proteccionistas e auto-centrados com tarifas elevadas e barreiras não tarifárias igualmente significativas (Silva, 2001)

¹²⁴ As tarifas médias de importação foram reduzidas de 40% em 1989 para 9% em 1991, sendo de 0% para bens de capital e matérias primas (IMF, 1998).

compreensão desta década, como as reformas específicas (Fannelli *et al*, 1996).

De acordo ainda com este autor, a mais importante consequência da simultânea desregulação das contas da balança de pagamentos foi o déficit comercial verificado nesta década. Este déficit foi agravado pelo acentuado aumento das importações (multiplicaram-se seis vezes no período 1990 e 1994). Após uma década de racionamento de crédito externo, a economia recuperou a sua capacidade de recorrer à poupança externa para financiar os acréscimos da absorção interna.

Outro factor importante na estrutura das tarifas foi o Mercosul. O projecto de integração regional no Mercosul começou nos anos oitenta com a realização de vários acordos comerciais entre a Argentina e o Brasil. Mas foi somente em 1991 que se formalizou a constituição de um espaço económico regional, tendo por objectivo a criação de um mercado comum entre a Argentina, Brasil, Paraguai e o Uruguai (Tratado de Assunção). Gradualmente, foram-se reduzindo os impostos para o intercâmbio nesta zona e, em 1994, definiu-se a estrutura da pauta externa comum de forma a estabelecer uma união aduaneira. Os efeitos da integração no Mercosul em breve se fizeram sentir, tanto na diversificação dos produtos importados, como no volume das compras ao exterior.

Contudo, Bouzas (2002) critica as políticas comerciais que atribuíram pouco ênfase ao desenvolvimento de capacidades para melhorar a inserção do país no comércio mundial, uma vez que o grosso das exportações argentinas continua fortemente concentrado em produtos primários de baixo valor acrescentado¹²⁵.

¹²⁵ O autor refere que embora a Argentina tivesse utilizado praticamente todos os instrumentos convencionais de promoção do comércio externo (devolução de impostos, financiamento das exportações, etc), aplicava-os de maneira errática e ineficaz (ex: os impostos indirectos eram devolvidos às exportações de forma irregular e condicionada às necessidades de liquidez do orçamento estado). Refere-se igualmente a uma estrutura burocrática e institucional de promoção do comércio externo que não era dotada dos meios necessários para funcionar.

3.1.4 Política Fiscal

Os recebimentos e gastos do Estado viram-se, na década de 90, influenciados pelas reformas ocorridas. Assim, se por um lado as privatizações reduziram as necessidades de financiamento às empresas públicas (segundo Heymann (2000) baixaram de 3% do PIB em 1990 a um nível praticamente nulo nos últimos anos da década), por outro, a liberalização do comércio traduziu-se na diminuição dos impostos aduaneiros.

Conforme Allen (2003), os principais problemas da política fiscal na Argentina prendem-se com a arrecadação de receitas, a estrutura das despesas e os gastos das províncias.

A configuração do sistema de impostos foi, segundo Heymann (2000), área de debate ao longo do período. Contudo, o sistema de impostos manteve-se complexo e ineficiente, não tendo a capacidade de gerar mais receitas quando necessário. Embora apresentasse um modelo bem desenhado de IVA e de impostos sobre os rendimentos, o sistema de impostos permitia uma elevada taxa de evasão fiscal¹²⁶ reflectindo, igualmente, deficiências de organização¹²⁷.

A limitada flexibilidade dos gastos do sector público (uma grande parte da qual se compõe de reformas de aposentação, transferências para as províncias sob o regime de co-participação tributária, juros e salários) e as limitações orçamentais, levou a que a política fiscal funcionasse como variável de ajustamento.

Um dos aspectos mais importantes no que diz respeito à política fiscal, esteve ligado aos mecanismos de distribuição de recursos entre o Governo e as Províncias.

¹²⁶ Estimativas apontam para o facto de que 40% das transacções eram facturadas sem IVA, o maior gerador de receitas para o Governo (Schuler, 2002).

¹²⁷ Allen (2003) realça o facto das bases de informação de impostos não serem devidamente coordenadas. A própria legislação não levava a uma eficaz declaração de impostos, nomeadamente por parte das instituições financeiras, nem o Governo se empenhou devidamente no cumprimento das obrigações fiscais.

O sistema argentino (apoiado na constituição) permitia às províncias uma grande autonomia nos seus gastos públicos (nomeadamente no que respeita a educação e saúde) e a possibilidade de se financiarem directamente através de empréstimos¹²⁸.

Contudo, a responsabilidade da maioria da arrecadação das receitas e do pagamento da dívida cabiam ao Governo central¹²⁹. Isto significava, no dizer de Mussa (2002:9), um sistema de “irresponsabilidade fiscal”.

Na realidade, um dos problemas que mais agitou a discussão política dos últimos anos foi o da distribuição de recursos entre o Governo e as províncias, tanto no que se refere aos regimes de co-participação federal, como à necessidade de transferências unilaterais de fundos. As províncias reclamavam permanentemente um incremento dos recursos que recebiam, enquanto que o Governo central insistia na necessidade de maiores ajustes orçamentais (Musachio, 2000)¹³⁰.

Ao longo da década de 90 foram negociadas normas em matéria de consignação de recursos e responsabilidades entre o Governo e as províncias.

A nova constituição de 1994 (art.75), por exemplo, estabeleceu que o parlamento nacional poderia impor contribuições directas (além das alfandegárias)¹³¹. Contudo, o recebimento das mesmas seria em co-participação com as províncias: 58% reverteriam para o Governo central e o restante seria repartido entre as províncias de acordo com percentagens de “comparticipações secundárias”.

¹²⁸ Os gastos das províncias na década de 90, rondaram os 11% do PIB, cerca de 45% do total de gastos do sector público (IMF, 2003b).

¹²⁹ As receitas fiscais colectadas pelas províncias, na sua maioria impostos sobre a propriedade, representavam menos de 4% do PIB (IMF, 2003b).

¹³⁰ Segundo o autor, esta problemática já data de 1830 quando em discussão estavam as rendas alfandegárias que, nessa altura eram um símbolo da assimetria entre Buenos Aires e o interior.

¹³¹ A Constituição de 1953 determinava que o Governo Nacional só estava autorizado a legislar sobre direitos alfandegários e em casos excepcionais podia “impor contribuições directas por tempo determinado” (art.67 da Constituição vigente até 1994). Assim, impostos como o IVA estavam inseridos dentro da categoria de impostos de jurisdição provincial.

A reforma do Estado descentralizou diversos gastos relacionados com os aspectos sociais e educativos, sem contudo se ter verificado um aumento correlativo dos recursos para as províncias. A consequência foi um maior empobrecimento de amplas regiões do interior (Musacchio,2000).

3.1.5 Reforma da Segurança Social

O sistema da segurança social argentino nasceu no século XIX de forma descentralizada. Com o crescimento das funções dos Governos provinciais, começaram a estruturar-se sistemas de pensões para os funcionários públicos, estabelecendo-se, progressivamente, 13 caixas nacionais¹³² sob um regime de capitalização colectiva. Dada a instabilidade económica e a insuficiente articulação entre as receitas e as despesas com benefícios, o sistema mergulhava em défices constantes, tendo que recorrer, frequentemente, ao orçamento fiscal para manter a sua estabilização. Em 1954, o sistema deixa de ser de capitalização e passa para um novo sistema de repartição simples que se mantém até ao fim dos anos 80.

As crises económicas dos anos 80 e o processo hiperinflacionário levaram a uma enorme perda de valor dos benefícios, incentivando o Governo a iniciar uma série de reformas a partir dos anos noventa (Medici, 2002).

A primeira reforma ocorre em 1990 com a criação do ANSES (Administração Nacional de Segurança Social) que passa a administrar a totalidade do sistema, procurando reduzir o excessivo grau de fragmentação do sistema.

¹³² Em 1960 promulgou-se uma lei que unificou as 13 caixas existentes em 3 caixas.

Em 1994, com o apoio do Banco Mundial, cria-se o Sistema Integrado de Aposentadorias e Pensões (SIJP)¹³³ que procurou enfrentar o problema da sustentabilidade futura do sistema para os novos contribuintes que ingressavam no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se propunham regras de transição para aqueles que, tendo ingressado no mercado de trabalho sob a tutela do antigo sistema, desejassem passar ao novo sistema (Medici, 2002).

Com as reformas feitas no SIJP procurava-se resolver uma série de objectivos, tais como:

- uniformizar benefícios, unificar e reformar a gestão do sistema público para reduzir os custos de administração
- reduzir as contribuições obrigatórias, por forma a aumentar a competitividade da economia argentina (as contribuições patronais eram antes da reforma de 16%, passando, posteriormente, a 9.5% e 7.5%)
- criar um pilar de capitalização individual compulsório que aumentasse a capacidade de poupança interna do país

Deste modo, a Argentina, que já foi o país com as mais elevadas taxas de protecção social de toda a América Latina no início da segunda metade do século XX, chegou ao início do século XXI com menos de metade da sua população a contribuir para os sistemas oficiais de pensões (Medici, 2002).

A reforma da previdência de 1994, além das dificuldades de implantação, levou ao desfinanciamento do sistema público (Medici, 2002). As razões atribuídas passam pelas mudanças estruturais nos mecanismos de financiamento, o aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho e o grau de evasão do sistema¹³⁴.

Segundo Heymann (2000), em 1995, o número de indivíduos que efectuavam contribuições para o sistema nacional de segurança social

¹³³ Foram incorporadas 11 CPP (Cajas Provinciales de Pensiones), ficando de fora 13 Províncias que ainda mantêm os seus próprios sistemas,

¹³⁴ Birdsall (2002) refere as altas taxas de evasão fiscal, nomeadamente entre os detentores de maior riqueza, citando um estudo do FMI que sugere que a taxa efectiva média para os 10% mais ricos está abaixo dos 10% (nos EUA esta percentagem é de 40%).

não chegava a metade do emprego total. Desta forma a “taxa de sustentação” (relação entre o número de contribuintes e de beneficiários) era de 5 nos anos 50, 2 nos primeiros anos da década de 80 e 1.3 na década de 90.

Tendo que pagar cada vez mais benefícios com uma base decrescente de arrecadação, o sistema público tendia a apresentar défices financeiros crescentes, os quais obrigatoriamente deveriam ser cobertos por fundos fiscais. A título de exemplo, o défice da segurança social em 2002, passou a representar 55% do défice público argentino (Medici, 2002).

Para evitar o crescimento das pressões sobre o défice público, o Governo aprovou, em 1995, um conjunto de medidas, entre as quais se destaca a limitação do valor máximo dos benefícios, sendo que a garantia do pagamento dos mesmos passava a ficar limitada à disponibilidade orçamentária (Medici, 2002).

3.1.6 Reforma Laboral

Embora a legislação sobre o mercado de trabalho tenha sido objecto de vários debates, a reforma laboral não foi tão profunda como as ocorridas nos outros sectores da economia. Desde o início da década de 90, as instituições que regulam as relações de trabalho e os encargos que afectam os custos laborais mantiveram-se no centro da discussão.

O mercado de trabalho deu lugar a uma série de medidas¹³⁵ (ainda que certos aspectos do regime, como a negociação de convénios através de sindicatos não tivessem sido alterados) que acabaram por sofrer diversos reveses¹³⁶, mantendo-se a discussão ainda no final da década.

¹³⁵ Houve algumas reformas parciais, tais como uma legislação especial de trabalho para as pequenas e médias empresas, uma nova lei de acidentes de trabalho e de falências. Contudo, em 1998, uma significativa parcela da legislação pré-Convertibilidade ainda não tinha sido alterada (IMF, 1998).

¹³⁶ O problema de Menem era encontrar uma reforma que os sindicatos (cuja principal organização é a CGT) aceitassem. Os 2 pontos principais de desacordo eram: uma cláusula da actual lei que impõe aos

As reformas ao mercado de trabalho foram introduzidas em 1991 e mais tarde em 1995, mas o esforço de um maior aprofundamento das reformas, em 1996, sofreu resistência política, tendo-se verificado um retrocesso em 1998. Como resultado, manteve-se um mercado de trabalho bastante rígido (Allen, 2003).

A principal crítica, apontada por vários autores, refere que a legislação corrente não permite a necessária flexibilidade dentro das empresas. As leis de trabalho em vigor e as regulamentações existentes não permitem de facto, flexibilidade na atribuição de funções dentro da empresa; os custos dos contratos a prazo¹³⁷ e do despedimento¹³⁸ são excessivos; não permitem a entrada em certas profissões ou impõem custos adicionais em certos sectores através de "status especiais" e impedem igualmente a renegociação de contratos¹³⁹.

Dado que o factor trabalho representa cerca de dois terços do total do valor acrescentado da economia, este sector necessitaria de uma reforma no mercado de trabalho que levasse à redução dos custos de produção (é de referir que, no início da década de 90, os encargos laborais representavam 65% da remuneração bruta) tornando a mesma mais competitiva¹⁴⁰ (IMF, 1998).

Na realidade, as contribuições respeitantes à segurança social foram objecto de tensões entre o objectivo de reduzir os custos laborais e os requerimentos de índole orçamental (Heymann, 2000). Este facto levou a que as medidas tomadas em 1994, fossem alteradas em anos

empregadores negociar os termos do contrato a nível nacional por indústria, em vez de empresa por empresa. A 2ª questão prende-se com uma cláusula que renovava automaticamente os termos de um contrato laboral, se antes não se tivesse acordado um novo contrato dentro de um prazo determinado (La Nación, 1998).

¹³⁷ Os contratos a prazo requeriam os mesmos benefícios que os contratos permanentes (IMF, 1998)

¹³⁸ Em 1991 introduziram-se novas formas de contratação com menores encargos na desvinculação dos trabalhadores e reduções fiscais. Entre elas, um sistema para emprego de trabalhadores anteriormente desocupados e de formação de jovens (sem indemnizações nem encargos sociais) (Heymann, 2000).

¹³⁹ Os contratos mantêm-se legalmente vinculativos após o seu término, se não houver a renegociação dos mesmos entre os sindicatos e a entidade patronal (IMF, 1998).

¹⁴⁰ Outra das críticas apontadas é o facto da maioria dos contratos ser negociado ao nível central em Buenos Aires. Dado que as condições de infra-estrutura são diversas em cada uma das províncias (levando a diferentes níveis de produtividade), os standards criados são demasiado altos para um efectivo crescimento do emprego noutras áreas menos produtivas do país (IMF, 1998).

posteriores consoante as pressões que surgiam para ajustar as contas públicas¹⁴¹.

3.2 Desempenho Macroeconómico

3.2.1 A Estabilização e os Movimentos de Preços Relativos

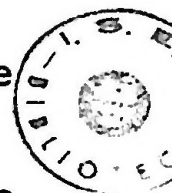
A estabilização dos preços marcou uma ruptura em relação a uma grande tradição inflacionária e constituiu um elemento crucial para a evolução do conjunto das actividades económicas.

Logo após a aplicação do Plano de Convertibilidade de 1991, a taxa de inflação mostrou uma forte tendência de queda: em cada ano do período entre 1992-1994, o ritmo de variação do IPC foi menos de metade do ano prévio, e desde 1996 registou valores anuais inferiores a 1%. Assim, foram-se consolidando, paulatinamente, as condutas de formação de preços de modo muito diferente ao prevalecente nos períodos inflacionistas, em que se aplicavam critérios, não de mercado, mas de ajustamento mecânico.

Contudo, a partir de 1999 verificou-se uma variação negativa da inflação. Se a influência do regime de câmbio fixo foi decisiva nos primeiros anos da década de 90 para estabilizar a inflação, a deflação foi mais uma consequência da recessão que se instalou no final de 1998 (O'Connell 2002).

Segundo Calcagno (2001), um dos principais temas de debate em torno da convertibilidade refere-se aos preços relativos, especialmente entre os bens transaccionáveis e os não transaccionáveis (sector dos serviços e mais especificamente nas utilidades públicas). O autor refere que a partir da fixação do tipo de câmbio, a inércia no preço dos serviços

¹⁴¹ Em 1994 diminuíram-se as contribuições patronais para a segurança social para os sectores produtores de bens e serviços, entre 30% e 80%. Em 1995 já se estabeleceram menores reduções embora elas fossem



afectou negativamente os preços relativos dos bens industriais, tendo-se estabilizado esta situação a partir de 1994¹⁴².

Este facto gerou problemas de competitividade que se manifestaram numa insuficiente expansão das exportações das manufacturas e numa elevada elasticidade-rendimento das importações.

Em finais de 1999, o Governo tentou inverter esta situação através da renegociação de contratos com as empresas privatizadas fornecedoras de serviços básicos (energia, telecomunicações, água, etc) e que incluiria uma diminuição de tarifas. Por outras palavras, o Governo procurou ir absorvendo o desequilíbrio cambial mediante uma deflação nos preços dos serviços não transaccionáveis (O'Connel, 2002).

Ao regime de convertibilidade associa-se igualmente o risco cambial que se traduz no diferencial das taxas de juro em pesos e dólares. Constata-se, ao longo da década de 90, que as taxas de juro em pesos foram sempre superiores às taxas de juro em dólares (entre 0.5% e 2%), embora estes diferenciais tenham aumentado em situações de crise¹⁴³, o que demonstra a grau de vulnerabilidade da economia argentina frente a turbulências financeiras externas (O'Connel, 2002).

3.2.1.1 A Sobreavaliação do Peso

O câmbio real é o preço relativo chave para analisar os problemas de competitividade de uma economia (Gay *et al*, 2002).

Ao longo da década de 90, estima-se que a taxa de câmbio real efectiva (REER) se tenha apreciado significativamente, cerca de 40% de

extensivas a todas as actividades. Em 1996 voltou-se ao esquema de 1994, tendo-se em 1999 começado a aplicar um novo programa de reduções graduais

¹⁴² O index de tarifas das utilidades públicas apresentou, de Abril de 1991 a Dezembro de 2001, um aumento 57% superior ao mercado de bens. (O'Connel, 2002)

¹⁴³ Nomeadamente a crise do México em 1995, a crise asiática de 1997 e a desvalorização do real em 1999.

Abril de 1991 a Março de 2001 (valores calculados pelo Banco Central¹⁴⁴).

Como refere O'Connell (2002), quando se estabeleceu o Plano de Convertibilidade em 1991, a taxa de câmbio real já se encontrava sobreavaliada, tendo em conta a experiência inflacionista vivida na segunda parte da década de 80¹⁴⁵. Verificando-se que a inflação ainda demorou algum tempo a descer, tal facto contribuiu para que a sobreavaliação fosse ainda maior nos dois anos seguintes. Contudo, entre 1993 e 1997, como a inflação na Argentina era inferior ao dos EUA, o peso começou a desvalorizar-se em relação ao dólar, revertendo-se a situação após 1996. A apreciação do USD e a depreciação do real brasileiro (em 1999) contribuíram para a sobreavaliação do peso após 1996.

Segundo Perry *et al* (2002), a apreciação real do USD em 1998, contribuiu para a sobreavaliação do peso em cerca de 20%, enquanto a desvalorização do real, em 1999, contribuiu com 11%. Os autores concluem que o efeito conjunto destas duas forças represente mais de dois terços¹⁴⁶ da sobreavaliação do peso argentino.

O efeito do ajustamento destes desequilíbrios foi a queda dos preços (deflação) num total de 3% entre 1998 e 2000¹⁴⁷. Conforme Perry *et al* (2002:29), "perante a inércia dos salários, a deflação implica uma recessão que torna o processo de ajustamento lento e custoso em termos de produto e emprego". Os autores referem ainda que esta deflação não foi suficiente para corrigir o desequilíbrio do REER. No

¹⁴⁴ In O'Connell (2002)

¹⁴⁵ O autor refere que, em 1991, a taxa de câmbio real era superior a 14% da registada em 1986, ano considerado como referência para uma taxa de câmbio real razoável (valores medidos segundo um índice REER da JP Morgan).

¹⁴⁶ Perry *et al* (2002) referem que juntando estes dois factores (apreciação do USD e depreciação do real) envolve de certa maneira uma dupla contagem, já que estes fenómenos não são independentes: o real já está incluído dentro das moedas com que a trajetória do USD é calculada. Contudo, o peso do real no conjunto dos parceiros comerciais dos EUA é insignificante pelo que a dupla contagem não se torna problemática.

¹⁴⁷ Num sistema de câmbios flutuantes um desalinhamento do REER pode ser eliminada através dum ajustamento nominal da taxa de câmbio. O mesmo não acontece em regimes de câmbio fixo em que os ajustamentos ocorrem através de mudanças entre o nível dos preços internos e os externos.

entanto uma deflação mais pronunciada seria "politicamente muito difícil" uma vez que conduziria a uma recessão ainda mais profunda¹⁴⁸.

Perry *et al* (2002) elaboraram um estudo em que analisaram a sobreavaliação do peso relativamente aos seus componentes, ou seja, mudanças relativas de produtividade e a sustentabilidade da conta corrente (medida no seu estudo pela posição dos fluxos de capital internacional)¹⁴⁹.

Os autores estimam que a apreciação acumulada do peso, no período de 1990 a 2001, foi de 75% tendo a sobreavaliação do peso sido particularmente sentida até 1993 (10% ao ano), depreciando-se depois desta data até 1996 (-4% ao ano), tendo-se novamente apreciado até atingir o pique em 2001¹⁵⁰ (5.2% ao ano).

Foram adiantadas várias razões (por vários autores)¹⁵¹ para explicar a apreciação real do peso, como um fenómeno de equilíbrio no início da década de 90 (até 1994). Entre elas, argumentou-se que as reformas levadas a cabo levaram a uma aumento da produtividade da economia argentina, o que justificava a apreciação do REER¹⁵². Tal como refere O'Connell (2002) muitos destes ganhos em produtividade foram consequência do fim da hiperinflação conseguida em 1991.

¹⁴⁸ Gay *et al* (2002) referem que a correcção cambial poderia ser resolvida com uma deflação prolongada de 5 ou 6 anos

¹⁴⁹ Perry *et al* usando a metodologia que incorpora os dois componentes estimam que o REER de equilíbrio se apreciou no período de 1991-1993 depreciando-se daí para a frente. As razões apontadas são um inicial aumento de produtividade que após 1993 não compensou a deterioração dos fluxos de capital.

¹⁵⁰ Perry *et al* (2002) referem que em 2001 o REER excedia o REER de equilíbrio em 55%.

¹⁵¹ Schuler (2002) não concorda que o peso estivesse persistentemente sobreavaliado. O autor refere-se a um estudo efectuado tendo por base o período de 1993 a 1999 cujo resultado mostrava que o peso não se desviou mais de 6% do REER.

¹⁵² O efeito "Balassa-Samuelson" explica que, mantendo-se constantes outros factores, um aumento da produtividade dos bens transaccionáveis numa dada economia relativamente aos seus parceiros comerciais, levaria a uma apreciação do REER.

3.2.2 Os Mercados Financeiros

A estabilidade financeira foi visível no aumento da procura de activos e na oferta de crédito. Conforme se pode verificar no anexo 4, entre 1990 e 1998, o agregado M_3 ¹⁵³ passou de 5.4% do PIB para 25.7% (tendo a subida sido especialmente intensa nos depósitos em dólares e no agregado M_1 ¹⁵⁴).

Ao longo da década aumentaram também, e de forma acentuada, o volume de títulos públicos. Segundo Heymann (2000), esta situação deveu-se ao financiamento do défice orçamental e à conversão da dívida bancária através do Plano Bonex (ver ponto 3.1.1). Por outro lado, verificou-se um acréscimo da proporção dos empréstimos por parte do sector público. Deste modo, o sistema bancário tomou-se cada vez mais vulnerável às dificuldades fiscais na Argentina.

Relativamente ao sector privado, o crédito bancário também se expandiu ao longo da década (17% do PIB em 1997), representando os empréstimos em moeda estrangeira mais de 60% do total dos empréstimos em 1998.

Verificou-se igualmente uma diminuição do número de instituições bancárias (tanto públicas como privadas) e um aumento do grau de concentração do sector bancário. Nesta década caiu, apreciavelmente, o peso da banca pública, ao mesmo tempo que aumentou a participação de entidades de capital estrangeiro, sobretudo através de aquisições de bancos nacionais.

Conforme refere O'Connel (2002), a entrada de bancos estrangeiros seria uma forma do mercado financeiro se proteger de choques externos, o que posteriormente não se terá confirmado. É assim que, durante a "crise do tango" (nome porque é, por vezes, designada a recessão que se iniciou nos finais de 1998), só uma minoria de bancos

¹⁵³ M_3 corresponde ao agregado M_1 juntamente com depósitos bancários a prazo em pesos e dólares.

¹⁵⁴ M_1 corresponde ao capital circulante e depósitos bancários à vista

estrangeiros conseguiram captar mais capitais exteriores como forma de compensar a falta de liquidez.

Como se pode verificar no quadro 5, a maior concentração dos bancos deu-se a seguir à "tequilla crisis"¹⁵⁵.

Quadro 5		
Concentração dos Depósitos Bancários (em percentagem do total de depósitos)		
	Conjunto dos 10 maiores bancos	Conjunto dos 10 maiores bancos privados
Dez. 1990	54,1	50,0
Dez. 1994	50,6	50,0
Dez. 1998	70,5	50,0
Dez. 2000	73,3	69,9

Fonte:BCRA

As consequências da concentração dos bancos e a transferência para propriedade estrangeira tem sido tema de debate. Um dos elementos deste debate é o impacto do financiamento às pequenas e médias empresas. Segundo Stiglitz (2002a:11), no caso argentino, o impacto foi bastante negativo devido à dificuldade das mesmas terem acesso ao crédito: "depois do *boom* de crescimento que se seguiu ao fim da hiperinflação, o crescimento abrandou, em parte porque as pequenas e médias empresa não se conseguiam financiar adequadamente".

A expansão da actividade financeira esteve claramente associada com o forte crescimento das transações de crédito internacionais como resultado do fim das restrições aos fluxos de capital (Heymann,2000). A entrada de capitais foi superior a USD 90 mm no período 1991-98 (cerca de 3.5% do PIB/ano e mais de metade do valor das exportações)¹⁵⁶.

A composição dos fundos foi mudando contudo, ao longo do período. Entre 1991-93, as privatizações constituíram uma fracção importante das entradas líquidas (principalmente em 1993). A contribuição dos organismos internacionais ao financiamento externo foi

¹⁵⁵ Nome porque é designado internacionalmente a desvalorização do peso Mexicano, a que nos referiremos mais adiante.

¹⁵⁶ As entradas líquidas de capital na Argentina representaram neste período cerca da sexta parte do total para a América Latina

mais significativo em 1993 e, posteriormente, em 1995, em associação com o pacote de crédito por ocasião da crise financeira. Já em 1994-95 o maior peso da entrada de capitais referiu-se a linhas de crédito do sector bancário.

3.2.2.1 As Crises Internacionais

Vários autores (ver Weisbrot (2002), Feldstein (2002), Schuler (2002), entre outros, conforme será tratado no ponto 4.4.6) tendem a referir-se à forma como o Plano de Convertibilidade ultrapassou as crises financeiras internacionais.

A sensibilidade das instituições de crédito nacionais aos choques externos foi primeiramente “testada” em Fevereiro de 1994 quando o endurecimento da política monetária dos EUA levou à subida das taxas de juro (as taxas de juro de curto prazo subiram em 1995 nos EUA de 3% para 6%). Este facto, juntamente com o reaparecimento do défice orçamental (vinculado com a reforma previsional) e a suspensão do acordo com o FMI¹⁵⁷, levaram a que os indicadores financeiros (dados pelo preço dos activos e níveis da taxa de juro) mostrassem uma menor oferta de crédito e uma descida das reservas internacionais¹⁵⁸.

Vejam os então o impacto dos principais choques financeiros sobre a economia argentina e o modo como o sistema financeiro reagiu:

¹⁵⁷ O argumento utilizado pelo FMI para a suspensão do acordo, foi que a Argentina, tendo acesso ao financiamento no mercado, não precisaria do crédito das agências internacionais (as relações do FMI com a Argentina serão debatidas em detalhe no ponto 4.1).

¹⁵⁸ Além dos depósitos bancários terem baixado nos primeiros meses de 1995, o aumento das taxas de juro nos EUA, aumentaram o custo dos empréstimos do Governo e também o “spread” entre as obrigações do Governo argentino e as do Tesouro americano com a mesma maturidade (Weisbrot et al, 2002).

a) "Tequilla Crisis"

A "Tequilla Crisis", ou seja, a desvalorização do peso mexicano em Dezembro de 1994¹⁵⁹, está associado a uma significativa saída de capitais na Argentina no 1º trimestre de 95. A diminuição dos depósitos bancários (18% em 5 meses) criou graves problemas de liquidez¹⁶⁰.

Alguns bancos perderam mais de 50% dos seus depósitos¹⁶¹ e aqueles que se encontravam mais directamente expostos com o México, acabaram por fechar¹⁶² (Carrera,2001).

Esta crise levou à reforma de alguns aspectos da lei orgânica do Banco Central, tal como a possibilidade de renovar dívidas e a recompra de títulos por períodos mais alongados, isto é, algumas das cláusulas da convertibilidade no que respeita ao papel do BC como financiador de último recurso foram flexibilizadas por forma a suavizar os efeitos da descida das reservas e dos depósitos¹⁶³ (Fanneli, 1996).

A saída de reservas deteve-se com o acordo com o FMI em Abril de 1995. Este acordo permitiu uma mudança nas expectativas e uma recuperação na cotação dos mercados internacionais, que vinham baixando desde Dezembro de 1994, com o aumento da taxa de juro nos EUA.

¹⁵⁹ Segundo Weisbrot et al (2002) a causa próxima da crise mexicana foi igualmente a subida das taxas de juros dos EUA que se traduziram na transferência de elevadíssimos montantes em obrigações mexicanas para os EUA. Vários autores se têm referido ao "perigo" de regimes de câmbio fixo num mercado de livre circulação de capitais como uma das lições a tirar da crise mexicana. O regime de câmbios fixos era visto no final da década de 80 e no início da década de 90 como um importante instrumento de controle à inflação (Allen, 2003).

¹⁶⁰ Depois da Tequilla Crisis a queda dos depósitos só voltou a verificar-se em Fevereiro de 2001 com a 1ª "corrida" aos bancos (ponto 4.1)

¹⁶¹ Segundo Hermann (2001) grande parte da perda de depósitos por parte do sistema bancário, deveu-se aos indicadores de incumprimento dos empréstimos que chegavam ao conhecimento do público.

¹⁶² Como foi o caso do banco Extrader (Allen, 2003)

¹⁶³ Depois da crise de 95 as autoridades desenvolveram uma política de liquidez que passava pela imposição de altos requisitos de liquidez nos bancos, a negociação de linhas de crédito com bancos estrangeiros e o alargamento da maturidade da dívida pública. Outras das medidas adoptadas foi a redução da reserva legal e a conversão de depósitos em pesos por USD (Silva, 2001). Foi igualmente constituída a SEDESA- companhia privada de seguros de depósitos (O'Connel, 2002).

O recurso ao financiamento externo por parte do Governo¹⁶⁴ e do BC foi um factor decisivo para conter a crise cambial, podendo deste modo elevar as reservas internacionais e remonetarizar a economia.

A crise de 95 deixou vestígios tanto no comportamento do Governo, como no sector privado. No que respeita às políticas financeiras, ressaltou a importância de manter a estabilidade do sistema financeiro, com regulamentações prudenciais e acesso a recursos líquidos por parte do BC, por forma a actuar em caso de necessidade (Heymann, 2000). A este propósito, Silva (2001) refere que a crise mexicana de 1995 mostrou a vulnerabilidade do novo regime monetário argentino às crises financeiras internacionais¹⁶⁵.

Esta crise reflectiu-se na abrupta subida do desemprego e na descida do PIB em 1995 de 2.8%. O consumo caiu 6.1% e o investimento 16.3%. De acordo com Fanelli *et al* (1996), a crise Mexicana, *ceteris paribus*, poderia ter representado uma queda muito mais acentuada do produto, não fosse o crescimento das exportações em 30% neste ano.

b) A Crise Asiática

Não obstante alguma volatilidade, manteve-se uma intensa expansão da oferta de crédito até 1997, ano em que se verificou a crise financeira das economias do sudeste asiático¹⁶⁶. De início não se verificou nenhum impacto considerável, uma vez que a Argentina não tinha relações comerciais significativas com os países afectados. O “contágio” vem contudo a verificar-se em Outubro de 97, quando

¹⁶⁴ O Governo endividou-se em \$5.360 m, basicamente pela colocação de títulos e desembolsos de organismos internacionais.

¹⁶⁵ Até 1994, a política financeira foi direccionada apenas pelo objectivo de ampliar o leque de oportunidades de negócios para o sistema financeiro, sem muita preocupação com as possíveis consequências da liberalização sobre o grau de fragilidade a que o sistema passaria a estar exposto. Assim, grande parte dos critérios, que hoje regulam o sistema financeiro, foi criada em reacção à crise de 1995 (Hermann, 2001).

¹⁶⁶ A crise asiática começou na Tailândia em 1997. Segundo Stiglitz (2000) as raízes desta crise (que se estenderam a outros países do sudeste asiático) tiveram por base a pressão internacional (nomeadamente o departamento do tesouro dos EUA) para que estes países liberalizassem no início da década de 90 os seus mercados de capital e financeiros. Na Tailândia a entrada de capitais de curto prazo com fins especulativos (e posterior saída) foram as causas próximas.

internacionalmente se especulou sobre a manutenção do *currency board* em Hong Kong (dadas as semelhanças com o *currency board* da Argentina). Os efeitos negativos reflectiram-se na subida das taxas de juro, descida do preço dos activos e na redução das reservas internacionais, tendências que foram revertidas no final desse ano.

c) Crise Russa

Em 1998, a crise russa¹⁶⁷ reflectiu-se numa nova subida das taxas de juro (a 16%) e do indicador risco-país, que se elevou a mais de 11 pontos. Tal como nos outros países da AL, verificou-se uma forte diminuição dos fluxos de capital, o denominado “*Sudden Stop*” (particularmente fluxos de *portfolio*) (Calvo, 2003)¹⁶⁸.

A crise russa não só afectou o investimento privado na Argentina, devido aos mais altos custos de financiamento, mas também o consumo.

Os depósitos denominados em pesos começaram a cair após esta crise, aumentando por outro lado os depósitos em USD. Segundo O’Connel (2002), este facto é crucial no desequilíbrio do sistema financeiro (como exemplo aponta o risco inerente aos portfólios dos bancos perante uma potencial desvalorização real do peso).

Não obstante este facto, em 1998, o sistema CAMELOT¹⁶⁹ usado pelo Banco Mundial para avaliar a solidez dos sistemas bancários, classificou a Argentina, dentro dos países em desenvolvimento, no 2º lugar a seguir a Singapura e à frente do Chile. Apesar do sistema bancário estar razoavelmente capitalizado (de acordo com os standards internacionais), a rentabilidade era relativamente baixa (mesmo antes da

¹⁶⁷ A terapia de choque imposta pelo FMI na transição da Rússia para uma economia de mercado no início da década de 90, foi segundo Stiglitz (2000) efectuada sem tomar em atenção as infraestruturas institucionais. As privatizações realizadas (que se traduziram mais em saídas de capital do país do que aumento da capacidade produtiva) e a liberalização dos mercados de capitais, resultaram numa queda do produto em cerca de 50% e num aumento drástico dos índices de pobreza. Quando em 98 a Rússia entrou em incumprimento da sua dívida, verificou-se um “repentino e persistente colapso nos fluxos de capital para as economias emergentes (Hausmann, 2001:1).

¹⁶⁸ Calvo (2003) refere que dois anos após a crise mexicana, os fluxos de capital já se tinham normalizado, enquanto que após a crise russa não se deram sinais de recuperação.

¹⁶⁹ Entre outros indicadores, são considerados por exemplo: requisitos de capital, liquidez, qualidade de activos, rentabilidade, transparência e corrupção (Banco Mundial, relatório 17864-AR, Setembro 98).

recessão) e a alta dolarização expunha as instituições ao risco de crédito na eventualidade duma desvalorização da moeda (IMF, 2003b).

d) A Desvalorização do Real em 1999

A desvalorização do Real (moeda do Brasil) agregou um elemento de tensão adicional: não se tratava somente da possibilidade do “efeito contágio” mas sim duma evidência que se iria traduzir na mudança de preços relativos e repercussões reais na economia Argentina.

A par da queda do preço das acções deu-se uma subida das taxas de juro. Contudo, esses efeitos foram de menor intensidade que os experimentados ante o choque russo, ou seja, apesar das consequências negativas a nível das transações comerciais, a reacção dos mercados financeiros foi mais moderada (Heymann, 2000). De qualquer modo, observou-se uma contracção apreciável do nível de actividade e no recebimento de impostos.

Apesar da intensidade do choque externo que actuou sobre a economia em 99, não se verificaram pressões sobre o tipo de câmbio, mantendo-se a percepção que uma eventual alteração da paridade implicaria custos muito altos¹⁷⁰ (Heymann, 2000). Não obstante, estiveram em discussão projectos que implicaram modificações significativas no regime monetário: a proposta duma associação monetária com a EUA¹⁷¹ ou a criação de uma moeda única no Mercosul.

Embora o impacto directo no crescimento destes choques externos através da diminuição das exportações, não tenha sido significativo, uma vez que a Argentina era uma economia fechada, a combinação dos mesmos levantou preocupações sobre a flexibilidade da economia. Na realidade, o facto dos choques externos terem contribuído para a subida das taxas de juro reais e um decréscimo da confiança, leva a que tenham desempenhado um papel determinante na contracção da procura interna.

¹⁷⁰ Nomeadamente os custos associados às alterações legais e institucionais.

¹⁷¹ Proposta que passaria pela dolarização.

A combinação destes choques externos exacerbaram as preocupações relativas ao sector público, endividamento externo e competitividade da economia como veremos no ponto seguinte.

3.2.3 A Actividade Real: Crescimento e Flutuações

3.2.3.1 Investimento e Produtividade

Segundo Cavallo (2002:3), o mais importante efeito do Plano de Convertibilidade, além da eliminação da inflação, foi “encorajar o crescimento do investimento (...), (além disso) a desregulação e o processo de privatizações criaram oportunidades de investimento para o sector privado, que até aquele momento, tinham sido monopolizadas pelo Governo”.

A expansão da economia entre 1990 e 1998 traduziu-se por um forte crescimento do investimento, conforme quadro 6.

Quadro 6			
Investimento por décadas			
(USD mm)			
Década	70s	80s	90s
Média Anual Investimento	14,6	18,6	47

Fonte: IMF, 2002 World Development Indicators

Como se pode verificar no anexo 10, a formação de capital foi das componentes da procura agregada de maior crescimento neste período, tendo o maior peso sido registado no sector de máquinas e equipamentos, o que é bastante significativo em termos de impacto sobre o crescimento económico. Verificou-se, igualmente, uma substituição do investimento público pelo privado devido, especialmente, à privatização dos vários sectores da actividade económica.

O crescimento do produto na Argentina durante a década de 90, é explicada não somente devido ao aumento do investimento, mas também

pelo facto de a produtividade ter crescido, substancialmente, relativamente aos períodos anteriores, como pode ser observado no quadro 7.

Quadro 7		
Produtividade e Crescimento		
	1970-1990	1990-1998
Média Anual Crescimento PIB	0,70%	6,30%
Média Anual Crescimento Factor Capital	0,90%	0,60%
Média Anual Crescimento Factor Trabalho	0,90%	1,40%
Média Anual Crescimento Factor Produtividade	-1,10%	4,30%

Fonte: IMF, 2002 World Development Indicators

Contrariamente aos anos 80 em que a restrição de crédito levou a que as empresas pusessem maior ênfase em aspectos de gestão do que em melhorias de produtividade, nos anos 90 os incentivos para elevar a produtividade fizeram-se sentir de maneira forte e difundida, tendo os seus efeitos sido manifestados num amplo espectro de actividades (Heymann, 2000)¹⁷².

Bisang Y Gómez (1999)¹⁷³ referem que a abertura comercial e as pressões competitivas levaram a comportamentos distintos dentro do sector industrial. Um conjunto de grandes empresas (sectores como a siderurgia, indústria do papel e química) adoptou condutas expansivas que contemplaram o aumento das exportações e a realização de investimentos directos destinados a ampliar a capacidade produtiva e a diminuir o *gap* tecnológico. Outro grupo de empresas (especialmente pequenas e médias empresas) enfrentaram uma concorrência externa muito forte, traduzida tanto por mudanças tecnológicas (caso dos produtos electrónicos) como pelo aparecimento de novos produtores (caso dos têxteis) que tendiam a reduzir os custos das importações. Para este grupo de empresas levantaram-se sérios problemas de adaptação, o que, em muitos casos, levaram ao despedimento de mão de obra.

¹⁷² Refira-se os sectores ligados à exploração de recursos naturais e na agricultura onde se verificaram mudanças significativas nas práticas de cultivo e financiamento da produção (Heymann, 2000).

Olivares (2001:7) considera que “a política orçamental recessiva condenou uma boa parte da indústria argentina à reestruturação forçada, depois de décadas de protecção, eliminando os subsídios”. Como exemplo cita a indústria automóvel que praticamente desapareceu, a indústria siderúrgica¹⁷⁴, reduzida a uma mínima expressão, e a indústria têxtil que se viu confrontada com os produtos importados do Oriente.

Considerando o sector no seu conjunto, houve uma diminuição no emprego e um forte incremento da produtividade da mão de obra (com uma marcada heterogeneidade entre sectores) que compensou o efeito sobre os custos unitários da subida dos salários relativamente aos preços dos bens industriais (Heymann, 2000).

Convém contudo referir que o aumento do investimento, nos anos 90, foi financiado na sua maioria por poupanças externas. Ao contrário das expectativas do Governo, as taxas de poupança interna não cresceram significativamente como resultado das reformas efectuadas¹⁷⁵.

Tanto os efeitos esperados da reforma financeira que iria estimular as poupanças privadas (uma vez que a repressão financeira tinha sido eliminada), como a reestruturação do Estado (uma vez que a diminuição do défice orçamental permitiria a elevação das poupanças públicas) não se verificaram.

¹⁷³ Bisang R. Y Gómez G. (1999), *Inversiones en la Industria Argentina en la Década de los Años Noventa*, Buenos Aires, CEPAL, in Heymann (2000)

¹⁷⁴ Olivares (2001) refere que a Argentina produzia 2 milhões de toneladas de aço na década de noventa, produzindo em 2001 não mais de 400 mil toneladas.

¹⁷⁵ Segundo Fanelli et al (1996) vários factores contribuíram para o decréscimo das taxas de poupança: 1º aumento da carga fiscal e o decréscimo dos subsídios no início do programa de reforma financeira, 2º abertura da economia levou a uma maior diversidade na gama de produtos consumíveis e 3º a mudança dos preços relativos levou, *ceteris paribus* ao aumento do valor real das despesas de consumo.

3.2.3.2 Emprego

O aumento da taxa de desemprego na década de 80 (5.3% em 1982, para 7.5% em 1990) não constituiu especial foco de atenção das autoridades. Contudo, esta situação alterou-se nitidamente nos anos 90.

O aumento do desemprego, da informalidade, da sub-ocupação e da precariedade no mercado de trabalho, tornou-se um elemento cada vez mais presente na sociedade argentina (Medici, 2002)¹⁷⁶.

Como se pode observar no quadro 8, as taxas de desemprego subiram, persistentemente, de 1991 (6.5%) a 1995 (17.5%). Nos três anos seguintes houve uma ligeira queda das taxas, atingindo 12.9% em 1998.

Contudo, a partir de 1999 a situação agravou-se de novo.

Quadro 8											
Pobreza e Desemprego na Argentina											
(em %)	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pobreza	41,4	30,4	24,1	21,8	21,6	27,2	30	29,4	29,4	31,51	34,32
Desemprego	7,5	6,5	7	9,6	11,5	17,5	17,2	14,9	12,9	14,3	15,1

Fonte: Banco Mundial

Os indicadores de pobreza apresentam uma trajetória semelhante. A pobreza baixou significativamente até 1994, mas voltou a subir a partir de 1995, agravando-se no período 1999-2000, ano em que todos os benefícios com o decréscimo da pobreza no início da década se perderam.

Conforme refere Medici (2002), entre Maio de 1995 e Maio de 2002, o coeficiente de Gini¹⁷⁷ do rendimento familiar aumentou de 0.434 para 0.534 nas principais áreas urbanas do país. Mais grave que a

¹⁷⁶ Rodrik (2001) refere que em 1996, a percentagem de empregados do sector privado sem contrato escrito, como proporção do total do emprego privado na área da Grande Buenos Aires era de 34%. O autor designa esta situação, comum na América Latina como “emprego desprotegido”.

¹⁷⁷ O Coeficiente de Gini “dá-nos uma classificação de bem estar social de um conjunto de distribuição de rendimentos de um volume constante de rendimento, de uma dada população” (Palgrave 1987: 532)

elevação do desemprego, foi o aumento da proporção de famílias abaixo dos níveis de pobreza.

Também se observou no período um forte crescimento da participação do mercado informal no conjunto da oferta de trabalho, onde as condições de remuneração são mais precárias. A proporção de sub-ocupados passou de 10.4% em 1994 para 16.3% em 2001, e os trabalhadores informais aumentaram de 24.6% para 37% dos ocupados entre 1990 e 2000 (Medici, 2000).

Uma das características do mercado de trabalho a que Beker (2000) se refere como distorção, é o facto do sub-emprego¹⁷⁸ e do sobre-emprego¹⁷⁹ coexistirem ao mesmo tempo. Por exemplo, na área da “Grande Buenos Aires”¹⁸⁰, em 1995, 31% da população activa estava ou desempregada ou sub-empregada enquanto 34% caía na qualificação de sobre-emprego.

Segundo este autor, os elevados valores de sobre-emprego¹⁸¹ são reflexo dos empregadores preferirem pagar horas extras em vez de novas contratações, o que pode ser atribuído aos altos encargos laborais.

A subida das taxas de desemprego no período de 1990 a 1994, que corresponde ao período de maior crescimento da actividade económica (crescimento do PIB de 40%), não deixa de levantar interrogações.

Beker (2000) ressalta o facto deste crescimento económico assentar, em grande parte, no crescimento dos sectores de bens não transaccionáveis. No período 1990-1994, enquanto a agricultura cresceu 36% e a indústria 35%, os serviços cresceram 41% e a construção 88%.

¹⁷⁸ A taxa de sub-emprego refere-se à percentagem da população activa que involuntariamente trabalha menos de 35 horas por semana e preferiria trabalhar mais horas (Beker, 2000).

¹⁷⁹ A taxa de sobre-emprego refere-se à percentagem da população activa que trabalha mais de 45 horas por semana (Beker, 2000).

¹⁸⁰ A população da “Grande Buenos Aires” corresponde a 1/3 da população total do país.

¹⁸¹ O total de horas anuais por trabalhador na Argentina é de 2059, enquanto que na Inglaterra é de 1720, 1654 em França e 1919 nos EUA (Beker, 2000).

Vemos assim que, embora o crescimento tenha sido liderado por dois sectores de mão de obra intensiva, a taxa de emprego diminuiu de 35.7% em 1990 para 34.8% em 1995, o que parece indicar que grande parte do crescimento neste período foi atingido devido ao aumento da produtividade do factor trabalho¹⁸².

Em contraste, entre 1981 e 1991, enquanto o crescimento do produto foi de -0.1%, a taxa de emprego subiu 18%, o que leva o autor a referir que “a Argentina passou de uma década de emprego sem crescimento para uma década de crescimento sem emprego”¹⁸³ (Beker, 2000: 6).

Segundo O’Connell (2002), parte do agravamento do desemprego deveu-se à expansão da taxa de actividade com uma maior fracção da população a entrar na força de trabalho (podendo, segundo o autor, atribuir-se a este facto um agravamento das taxas de 1.8 pontos). Outra explicação prende-se com a reestruturação da capacidade produtiva¹⁸⁴ para actividades de menor participação do trabalho e do aumento das importações (devido à liberalização do comércio e à progressiva sobrevalorização do peso).

3.2.3.3 Contas Públicas

O défice orçamental tem sido apontado, por muitos dos analistas, como uma das principais causas da crise Argentina.

O quadro 9 mostra-nos o total das receitas, despesas e pagamento de juros para o período 1993-2000.

¹⁸² Como refere Beker (2000) a subida do rácio marginal capital-trabalho deveu-se à significativa redução dos preços de bens de capital importados.

¹⁸³ Beker (200) refere ainda que nos últimos 20 anos, parece não haver uma ligação estreita entre crescimento e emprego na economia argentina.

¹⁸⁴ Enquanto que a indústria de manufacturas cresceu 32.6% entre 1990 e 1994, o número de trabalhadores do sector desceu 8.7%. Este sector foi considerado um “destruidor de emprego” neste período. Cerca de 1 entre 5 empregos no sector desapareceram por ano (Beker, 2000).

Quadro 9									
Receitas e Despesas do Governo Argentino (1993-2000)									
Milhões de pesos correntes									
		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total Receitas		50.726,5	51.078,2	50.293,6	47.668,9	55.376,7	56.726,1	58.455,4	56.570,5
Total Despesas		47.998,0	51.364,3	51.866,9	52.933,3	59.653,3	60.799,8	63.223,8	63.362,1
Despesas/PNB	1	20,29%	19,95%	20,07%	19,45%	20,37%	20,34%	22,30%	22,29%
Juros	2	2.914,0	3.150,3	4.083,5	4.607,9	5.745,0	6.660,3	8.223,6	9.656,0
Juros/PIB	1	1,23%	1,22%	1,58%	1,69%	1,96%	2,23%	2,90%	3,40%
Defice/Superavite	4	2.730,5	-285,9	-1.373,3	-5.264,4	-4.276,6	-4.073,5	-4.768,4	-6.791,6
Gastos Primários	3	45.082,0	48.214,0	47.583,4	48.325,4	53.908,3	54.139,3	55.000,2	53.708,1
Saldo Primário		5.644,5	2.864,2	2.710,2	-658,5	1.468,4	2.586,8	3.455,2	2.864,4
Gastos Primários/PIB	1	19,06%	18,73%	18,44%	17,76%	18,41%	18,11%	19,40%	18,90%

1- % 2- (incluídos nos gastos totais) 3-excluindo juros 4- (Receitas - Gastos)

Fonte: Dirección Nacional de Cuentas Nacionales

Se olharmos para o balanço das contas, a Argentina passa de um superavit de 2.8mm de pesos em 1993 (1.2% do PIB), para um défice de 6.8mm de pesos em 2000 (2.4% do PIB), o que poderia significar, à primeira vista, contas fiscais pouco rigorosas.

Contudo, tal como salienta o IMF (2003i) não é óbvio que défices desta magnitude constituíssem um problema, desde que as taxas de crescimento do produto se mantivessem acima dos 5%.

Weisbrot *et al* (2002) realçam o facto de um défice de 2.4%¹⁸⁵ do PIB ser relativamente modesto para uma economia em recessão, com mais de 15% de desemprego no ano 2000. Os autores referem ainda que para termos uma visão mais apropriada da política fiscal, teremos que olhar para o saldo primário, ou seja, as receitas deduzidas das despesas¹⁸⁶, excluindo o pagamento de juros¹⁸⁷. Verificamos assim (quadro 10) um saldo primário positivo (com excepção do ano de 1996),

¹⁸⁵ Weisbrot *et al* (2002) referem, por comparação, que os EUA na sua última recessão, em 1983, tiveram um défice orçamental de 4.7% do PIB. Já Wijnbods (2003) refuta esta afirmação ao afirmar que não nos podemos esquecer que a Argentina tinha que financiar estes défices através do endividamento externo, uma situação muito diferente daquela que se passava nos EUA.

¹⁸⁶ As despesas primárias consistiam, na sua maioria, em salários (40% da despesa em 2001), pensões (25%) e outras transferências relacionadas com salários (20%). Assim, despesas com bens, serviços e investimentos representavam menos de 15% do total (Allen, 2003).

¹⁸⁷ Na formulação dos seus programas o FMI tem vindo a considerar cada vez mais o "défice primário", com base no facto de que este inclui somente variáveis que são directamente controláveis pelas autoridades (Tanzi, 1989 "Fiscal Policy and Economic Restructuring in Latin America" in Williamson (2002).

passando de um saldo de 5.6mm pesos em 1993, para 2.8mm pesos em 2000.

Weisbrot *et al* (2002) concluem assim que a deterioração do saldo primário se deveu mais à diminuição das receitas de impostos (situação justificada pela recessão económica) do que propriamente pelo aumento das despesas correntes (19.1% PIB em 1993 e 18.9% em 2000).

Quadro 10									
Contas Públicas 1993-2001									
(% do PIB)	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Receitas Correntes	21,2	19,5	19	17,2	18,7	18,8	19,6	19,8	18,9
Contrib.Seg.Social	5,6	5,5	5,3	3,8	4,2	4	3,8	3,8	3,6
Outros	15,5	14,1	13,7	13,5	14,5	14,8	15,8	16	15,4
Despesas Primárias	19,1	18,7	18,4	17,8	18,4	18,1	19,4	18,9	18,4
Pagamentos Seg.S.	5,3	5,9	6,1	5,7	5,9	5,8	6,1	6,1	6,2
Outros	13,8	12,8	12,4	12,1	12,5	12,3	13,2	12,8	12,3
Saldo Primário	2,2	0,8	0,6	-0,5	0,4	0,8	0,3	1	0,5
Saldo primário excluindo Seg.Social	1,8	1,3	1,3	1,4	2,1	2,7	2,6	3,3	3,1
Pagam.Juros	1,2	1,2	1,6	1,7	2	2,2	2,9	3,4	3,6
Saldo Seg.Social	0,4	-0,4	-0,7	-1,9	-1,7	-1,8	-2,3	-2,4	-2,6
Saldo Orçamental	0,9	-0,4	-1	-2,2	-1,6	-1,4	-2,6	-2,4	-3

Fonte:Ministerio de Economia

Perry *et al* (2002) tentam corrigir os dados actuais dos efeitos da recessão e da subida das taxas de juro nos últimos 4 anos¹⁸⁸. Quanto ao papel da recessão, chegam à conclusão que, corrigindo este factor, após 1998 o saldo orçamental não se deterioraria, pelo contrário, verificar-se-ia um reequilíbrio. Segundo os autores, o problema foi que as melhorias na estrutura das contas públicas não foi suficiente para compensar a subida do pagamento dos juros.

Como se pode verificar através quadro 11, o pagamento dos juros subiu de 1.6-1.7% do PIB em 1995-6 (antes da crise asiática) para 3.4-3.6% do PIB em 2000-01 respectivamente. Em 2001 representava 20% das receitas correntes do Estado.

¹⁸⁸ Perry *et al* (2002) estimam que a subida das taxas de juro, foram responsáveis por um ponto do pagamento de juros em relação ao PIB, entre 1996 e 2000 (Perry e Servén, secção IV, quadro 4.2)

Pagamento de Juros, Receitas Correntes e PIB a preços correntes									
(em %)	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Pagamento Juros/Receitas Correntes	5,8%	6,3%	8,3%	9,8%	10,5%	11,8%	14,8%	17,2%	19,9%
Pagamento Juros/PIB	1,2%	1,2%	1,6%	1,7%	2,0%	2,2%	2,9%	3,4%	3,8%

Fonte: Ministério Economia, "Indicadores Económicos"

Para além do agravamento do saldo orçamental, Weisbrot *et al* (2002) referem ainda que o aumento do pagamento de juros de \$2.5mm pesos em 1991 para \$9.6mm em 2000, representou uma significativa saída de liquidez na economia, uma vez que a maior parte destes pagamentos foram efectuados em moeda estrangeira e corresponderam a saída de divisas. Assim, o défice orçamental causado pelo aumento do pagamento de juros, levou à incerteza nos mercados financeiros no que toca a viabilidade da taxa de câmbio. Os autores salientam o facto de que "esta incerteza leva a uma maior subida das taxas de juro. As tentativas do Governo para eliminar o défice, cortando em despesas primárias durante uma recessão, piora a situação económica, ao reduzir directamente a procura e ao causar instabilidade política e incerteza que leva a especulações sobre desvalorização e/ou incumprimento" (Weisbrot, 2002:6).

Tal como foi anteriormente referido (ponto 3.1.5), a reforma da segurança social veio agravar a situação das contas públicas. A partir da data da reforma (1994) o saldo da segurança social passou a ser sempre deficitário.

Observando o quadro 10 poderemos constatar que, se considerarmos o saldo primário excluindo o défice da segurança social, ele é sempre positivo, superior a três pontos do PIB a partir de 2000.

Salienta-se também o facto do défice criado pela privatização da segurança social se aproximar de maneira significativa ao défice orçamental.

As privatizações não alteram significativamente o saldo primário. Contudo, o défice de 4.7mm pesos em 1999 teria sido de 7.3mm pesos,

não fossem as receitas das privatizações nesse ano de 2.6mm pesos (mesmo assim verificar-se-ia um saldo primário de 876m pesos nesse ano) (Weisbrot *et al*, 2002).

Autores como Mussa (2002) e Wijnbolds (2003) criticam o facto da análise às contas públicas se centrar somente no orçamento do Governo central e não do orçamento consolidado (que inclui as províncias e municípios)¹⁸⁹. Como já foi referido anteriormente, no sistema argentino, as províncias eram autónomas relativamente aos seus gastos, contudo a responsabilidade de gerar receitas e o pagamento da dívida competia ao Governo central. Este sistema reflecte-se nos resultados do saldo orçamental consolidado. Como se pode verificar no quadro 12, considerando o período de 1993 a 1998, o défice do saldo orçamental consolidado em percentagem do PIB é sempre superior ao do Governo central. Assim, segundo Mussa (2002), o aumento da dívida pública deve-se, em grande parte, ao agravamento do saldo orçamental consolidado¹⁹⁰. Tal como refere o autor: “se a política fiscal argentina levou a este aumento do rácio dívida pública/PIB durante um período de crescimento económico, o que se poderia ter esperado em condições menos favoráveis?” (Mussa, 2001:10).

¹⁸⁹ Wijnbolds (2003) refere que nos seus programas com a Argentina, o FMI só focava o défice orçamental do Governo central.

¹⁹⁰ Mussa (2002) refere-se ao facto de parte dos empréstimos contraídos pelo sector público não se encontrarem incluídos nas contas públicas. Analisando o quadro 12, pode-se verificar que, enquanto a soma do défice orçamental do Governo central, no período de 1983-98, é de 5.7 pontos percentuais, a dívida pública, neste mesmo período cresce 9.5 pontos percentuais.

Quadro 12						
Saldo do Governo Consolidado, 1993-1998						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Taxa variação anual PIB	5,9	5,8	-2,8	5,5	8,1	3,9
Saldo Orçamental Governo Central (%PIB)	0,9	-0,4	-1	-2,2	-1,6	-1,4
Saldo Orçamental Consolidado (%PIB) (1)	-0,2	-1,7	-3,4	-3,3	-2,1	-2,1
Dívida Pública (%PIB)	28	30,2	32,6	35,4	34,6	37,5

Fonte: Elaborado pela autora

(1) Conforme Mussa (2002)

Outra das causas referidas para a deterioração das contas públicas, foram as persistentes despesas não orçamentadas (IMF, 2003b)¹⁹¹. De acordo com o Fundo as despesas orçamentadas e as não orçamentadas, terão contribuído fortemente para o aumento do rácio da dívida pública/PIB¹⁹².

Segundo Oni (2002) o Plano de Convertibilidade permitiu que o Governo financiasse o défice através da emissão de instrumentos de dívida (nomeadamente obrigações denominadas em USD), tanto nos mercados internos como nos mercados internacionais (não se recorreu a empréstimos para financiar as despesas primárias)¹⁹³. Por outras palavras, o aumento das taxas de juro e consequente aumento do pagamento dos juros e da dívida, resultaram numa combinação de choques externos e da própria dinâmica da taxa de câmbio fixa.

Segundo alguns autores, embora se falasse na disciplina do défice orçamental imposta pela convertibilidade, existe contudo um custo que se traduz na interdição de qualquer política contra-cíclica significativa, ver por exemplo Silva (2001)¹⁹⁴. Na realidade, o complexo sistema de transferências entre o Governo e as províncias e a possibilidade destas se poderem financiar autonomamente, impediram o uso de políticas

¹⁹¹ Como exemplo de despesas não orçamentadas, são citadas ordens judiciais de pagamentos de compensação (após a reforma da segurança social) e créditos a fornecedores. Estas despesas foram diminuindo ao longo da década (IMF, 2003b).

¹⁹² No IMF (2003i) estas despesas explicam 9 pontos percentuais do acréscimo de 10 pontos percentuais do rácio da dívida pública/PIB no período de 1992 a 1998.

¹⁹³ Bulacio et al (2001) referem que, desde 1960 a 1990, o Governo financiou o défice orçamental mediante emissão moeda e somente recorreu ao crédito numa proporção pouco significativa.

¹⁹⁴ O autor dá o exemplo da FBCF ter caído fortemente desde 1999.

contra-cíclicas efectivas nos anos de crescimento e uma resposta mais adequada às pressões orçamentais. Tal como refere Birdsall (2002), a Argentina necessitaria de ter tido elevados superávites (nos períodos de crescimento) para lhe ter permitido actuar com políticas contracíclicas nos períodos de recessão.

3.2.3.4 Sector Externo

O défice acumulado da conta corrente entre 1992 e 2000 foi de USD 85 mm, tendo em 1994 e 1998 representado 4.3% e 4.9% do PIB respectivamente.

Quadro 13										
Conta Corrente da Argentina de 1992 a 2000										
		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Conta Corrente	1	-6.654	-8.162	-11.157	-5.211	-6.873	-12.333	-14.624	-12.001	-8.864
Bens	1	-1.396	-2.634	-4.139	2.357	1.759	-2.123	-3.097	-795	2.558
Exportações (FOB)	1	12.399	13.269	16.023	21.162	24.043	26.431	26.434	23.309	26.410
Importações (FOB)	1	13.795	15.633	20.162	18.804	22.283	28.553	29.531	24.103	23.852
Serviços	1	-2.554	-3.323	-3.788	-3.458	-3.582	-4.449	-4.516	-4.156	-4.288
Juros, Proveitos e outros (liq.)	1	-2.472	-2.995	-3.694	-4.662	-5.496	-6.215	-7.409	-7.433	-7.370
Juros Líquidos	1	-1.482	-1.522	-1.789	-2.528	-3.385	-4.211	-5.107	-5.855	-5.864
Transferências correntes	1	759	520	462	552	445	453	398	382	235
Conta Corrente Ajustada	2	-7.119	-8.391	-13.048	-7.646	-9.273	-14.858	-17.381	-15.002	-12.425
PIB a preços correntes	1	215.365	236.505	257.440	258.032	272.150	292.859	296.948	283.523	284.204
Conta Corrente	3	-2,60%	-3,50%	-4,30%	-2%	-2,50%	-4,20%	-4,90%	-4,20%	-3,10%
Conta Corrente Ajustada	3	-3,30%	-4%	-5,10%	-3%	-3,40%	-5,10%	-5,80%	-5,30%	-4,40%
Sector Privado não financeiro	3	3,10%	3,40%	2,50%	-1,40%	1,20%	3,50%	1,80%	0,60%	0,20%
Sector Público não financeiro	3	0,60%	3%	1,50%	2%	3,30%	2,70%	3,10%	3,80%	2,80%
Juros Líquidos	4	26,40%	18,60%	16%	48,50%	49,30%	34,10%	34,90%	48,80%	66,20%
Varição de Reservas	1	3.274	4.250	682	-102	3.882	3.273	3.438	1.201	-439

1- Milhões de USD 2-excluindo fluxos juros do sector privado não financeiro

3- % PIB

4- % Conta Corrente

Fonte: INDEC

Se considerarmos a conta corrente ajustada (não considerando as entradas de juros do sector privado não financeiro), estas percentagens elevam-se para 5% e 5.8% do PIB.

É de realçar que o fluxo líquido de juros representa, a partir de 1995, quase 50% do défice da conta corrente.

Como pode ser observado no quadro 14, o investimento directo estrangeiro (IDE) foi responsável pelo financiamento da maioria do défice da conta corrente e da acumulação de reservas neste período.

Quadro 14	
Financiamento da Conta Corrente e Acumulação de Reservas	
(em USD m e percentagens)	1992-2000
Conta Corrente	-84.878,9
IDE/ Conta Corrente (%)	84,7%
Mudança Propriedade (incluindo privatizações)	62,4%
Privatizações	25,0%
Investimento Portfolio/ Conta Corrente (%)	44,2%
Emissão Obrigações	97,6%
Outro Investimento / Conta Corrente (%)	-28,9%
Empréstimos	8,2%

Fonte: Ministério da Economia da Argentina

Verificou-se, igualmente, uma significativa saída de capitais privados, como se pode verificar no quadro 15. Estas saídas de capital privado representaram 40.3% das necessidades de financiamento externo para as quais o sector público não financeiro providenciou 42.6% dos recursos.

Quadro 15		
Fonte de Fundos Externos na Década 90		
(USDm)	1992-2000	1992-2000
Necessidades Financiamento	174.843,00	100,00%
Défice Conta Corrente	84.878,90	48,50%
Acumulação de reservas internacionais	19.458,90	11,10%
Saída de capitais do sector privado	70.505,20	40,30%
Fontes de Financiamento	174.841,90	100,00%
Entradas capitais sector privado	100.289,20	57,40%
Entrada de capitais sector público	74.552,70	42,60%

Fonte: INDEC

Segundo Calgano (2001), a captação dos capitais externos foi uma condição indispensável para manter a convertibilidade, tanto para financiar o crescente desequilíbrio da conta corrente, como para acumular as reservas com que se suporta a base monetária.

A liberalização do comércio traduziu-se numa rápida subida das exportações relativamente às décadas anteriores. Contudo, verificou-se um crescimento superior das importações (as importações revelaram uma alta elasticidade de rendimento devido à redução das barreiras comerciais, sobreavaliação da taxa de câmbio e à disponibilidade de financiamento externo). Assim, uma taxa de crescimento média anual das exportações de 7.8% no período 1990-2000 foi contrabalançada por um aumento das importações de 19.7%/ano.

Como se pode verificar no anexo 5, enquanto que o saldo comercial apresentava superávites na década de 80 e início da década de 90, a partir de 1992 (com excepção de 1995/6) passou a apresentar défices próximos de 2% em relação ao PIB.

Conforme refere Calcagno (2001), esta situação representava um resultado adverso para a estratégia anunciada no início da convertibilidade, segundo a qual as reformas e as privatizações iriam gerar ganhos de eficiência e produtividade suficientes para acabar com os desequilíbrios da balança de pagamentos, tudo isso graças a um rápido aumento das exportações e a uma maior competitividade, em geral, dos produtos transaccionáveis. E tudo isto sem a necessidade de modificar o tipo de câmbio.

A este propósito O'Connell (2002:35) adianta que "...talvez seja verdade que num futuro distante, abrir os mercados leve realmente à eficiência e resulte num aumento das exportações. O problema é que os mercados financeiros não olham tão longe para o futuro e ficam nervosos quando, ano após ano, o país produz enormes défices comerciais".

É de realçar que o bom comportamento das exportações foi resultado, em parte, dum crescimento das exportações para o Mercosul (principalmente Brasil), enquanto que as exportações para o resto do mundo aumentaram somente a uma taxa média anual de 6% (O'Connell, 2002). Como se pode verificar no anexo 6, as exportações argentinas para o Mercosul aumentaram 39% entre 1995 e 1998.

Durante a década de 90, a estrutura do comércio por tipo de bens manteve-se praticamente inalterada; de facto, os produtos intensivos em recursos naturais aumentaram a sua contribuição para as exportações totais (devido ao crescimento da produção e exportação de combustíveis). A Argentina diversificou as suas exportações apenas no âmbito do Mercosul. Contudo, tal como refere Bouzas (2002) esta diversificação foi feita num contexto de um tipo de integração em que as assimetrias de política e de desempenho macroeconómico não foram encaradas de maneira eficaz.

Como se pode observar no anexo 7, cerca de dois terços das exportações continuaram a ser dominadas pelos produtos agro-industriais, tendo as exportações de cereais e carne enfrentado a competição com os produtos subsidiados dos países mais industrializados (UE, Japão e os EUA).

Geograficamente, o destino das exportações é diversificado, sendo a UE o segundo mercado de destino a seguir ao Brasil (ver anexo 8). É de referir ainda que a composição das exportações para a AL (75% referem-se a produtos de média e alta tecnologia) é radicalmente diferente das exportações para a UE (31% são manufacturas tradicionais e 22% produtos primários).

A estrutura do comércio externo da Argentina levanta diversas questões quanto à sua alta/baixa vulnerabilidade perante choques externos, tais como:

a) o facto da Argentina estar sujeita a algumas formas de protecção (em termos quantitativos e preços) como resultado da especialização na produção de produtos de zona temperada.

Segundo O'Connell (2002) estima-se que as exportações argentinas poderiam crescer cerca de 40% (acima das exportações verificadas em 2001) se não houvessem medidas proteccionistas, nomeadamente na UE e EUA. Dadas as políticas proteccionistas existentes nos países industrializados, Fanelli (2002:37) considera que

“as vantagens comparativas da Argentina encontram-se nos sectores errados”.

b) a ancoragem cambial com o USD, sendo que a maioria das suas transações são efectuadas noutras moedas.

A valorização do dólar, na segunda metade da década de 90, tornou as exportações argentinas cada vez menos competitivas.

Tomando a relação Euro/USD (na medida em que a União Europeia, seguidamente ao Mercosul é o principal bloco com que a Argentina desenvolve comércio) verifica-se que, depois de se ter situado em torno dos 0.8 como média dos anos 1990-95, a relação subiu em todos os anos posteriores (Silva, 2001)¹⁹⁵.

Esta evolução não podia deixar de se reflectir significativamente nos resultados da economia argentina, em particular face ao exterior.

Também a crise das economias asiáticas levou a uma queda na procura e conseqüente baixa dos preços das matérias primas¹⁹⁶, contribuindo para o agravamento dos problemas comerciais. A desvalorização do real brasileiro em Janeiro de 1999, contribuiu igualmente para desencadear o mesmo tipo de mecanismos que fragilizaram ainda mais a posição comercial argentina na perspectiva da sustentabilidade do Plano de Convertibilidade.

c) apesar das reformas para liberalizar o seu comércio, a Argentina mantém-se uma economia fechada ao exterior representando as exportações menos de 10% do PIB¹⁹⁷.

Este facto é apontado por vários autores como sendo a razão pela qual a Argentina foi menos afectada pelos choques externos, relativamente a outras economias mais abertas da região. Também o facto de se ter especializado em produtos agro-pecuários com pouca elasticidade-rendimento, sendo as suas exportações de petróleo e

¹⁹⁵ Relação Euro/USD: +11% 1998, +16.8%1999, +32.3%2000 e +40.8% em 2001 (Silva, 2001)

¹⁹⁶ A cotação do conjunto das “commodities”, à excepção do petróleo, baixou cerca de -19% entre meados de 1997 e 2000 (Silva, 2001)

¹⁹⁷ Fanelli (2002) refere que o facto da economia argentina ser fechada, pode ser parcialmente explicado pela política de substituição de importações se ter estendido por um largo período.

minerais pouco significativas, tornaram o país menos vulnerável (ao contrário do Brasil e Chile) à instabilidade dos preços internacionais.

Uma das questões que justamente se tem levantado, quando é feita a comparação da performance económica da Argentina com os outros países da AL, é a de se saber exactamente se a deterioração da economia após 1999, ter sido ou não um reflexo de choques externos mais profundos que os sentidos pelos seus países vizinhos.

Conforme se pode avaliar no anexo 9, no período de 1991-97, a Argentina superou a maior parte das outras economias da região em termos de crescimento económico. Mas, após a recessão generalizada em 1999, enquanto que os outros países da AL começavam uma lenta recuperação, a Argentina entrou em recessão.

Como se pode verificar no quadro 16, a variação nos termos de troca, decorrente dos factores acima referidos (economia fechada e com baixa elasticidade à actividade internacional) não foi preocupante, com excepção do período 1998-1999, em que se verificou a desvalorização do real em 1999.

Quadro 16												
Evolução dos Termos de Troca												
Index(1993=100)	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Termos Troca	89,8	92,5	97,2	100	101,5	101,8	109,8	108,4	102,5	96,4	106,3	105,7

Fonte: INDEC

Como salienta Perry *et al* (2002), o declínio dos termos de troca para a Argentina em 1998/99 foi menos severo que o sentido pela Venezuela, Equador, Chile e Peru. Também pelo facto da Argentina ser uma economia bastante fechada¹⁹⁸, o impacto económico (em relação ao PIB) destas variações dos termos de troca foi mais baixa na Argentina do que nos outros países (com excepção do Brasil).

¹⁹⁸ O peso percentual das Exportações/PIB é na Argentina de 10.77%, enquanto que no Chile é de 30.74%, Costa Rica 48%, Equador 42.43%. Já no Brasil o valor de abertura de 10.88, é mais semelhante à Argentina (Perry *et al*, 2002).

Na realidade, a queda dos termos de troca, na Argentina em 1998-99 representou menos de 0.5% do PIB (O'Connell, 2002).

Se a comparação for feita em termos de balança de capitais, tal como refere Perry *et al* (2002), a contracção generalizada de fluxos de capital¹⁹⁹ que ocorreu em 1999 para a AL, após a crise russa, não foi mais acentuada na Argentina do que nos restantes países da AL, bem pelo contrário. Contudo, após 1999, o fluxo de capitais para a maioria dos países da AL normalizou-se. A excepção foi a Argentina e a Venezuela onde estes fluxos continuaram a diminuir, especialmente em 2001.

Para Perry *et al* (2002: 16-19) a conclusão é óbvia: “a deterioração da maioria dos fluxos de capital para a Argentina no final da década, reflectem mais os factores específicos da economia argentina do que factores globais (...). O “parar repentino” dos fluxos de capital em 2000/01 actuou mais como um amplificador dos efeitos de factores internos do que as causas exógenas por detrás da crise (...). O facto da Argentina ter uma performance pior que os outros países da AL após 1998, deve reflectir tanto maiores vulnerabilidades como fracas políticas de resposta, ou ambas”, pelo que a deterioração da economia argentina deve-se mais a causas internas do que a alteração de causas externas.

3.2.3.5 Dívida Externa e Dívida Pública

Apesar do investimento directo estrangeiro a acumulação dos défices da conta corrente (USD 84.9 mm) e a saída de fluxos de capital privado (USD 70.5 mm) no período de 1992-2000 levaram ao aumento da dívida externa de USD 62.2 mm em 1990, para USD 146.3 mm no final de 2000 .

¹⁹⁹ Nomeadamente obrigações, crédito bancário e investimento de portfolio.

No quadro 17 apresentamos a decomposição da dívida externa²⁰⁰ para o período de 1996 a 2000²⁰¹. Relativamente à estrutura dos anos anteriores, O'Connell (2002) realça o peso da dívida privada em relação à dívida externa, representando, em 2000, 37% da dívida, enquanto que em 1990 representava 14%²⁰². Igualmente a dívida externa que, nos últimos anos, é na sua maioria constituída por obrigações (68% em Set/01) e empréstimos bancários (30% em Set/01), era no início dos anos 80 constituída principalmente por empréstimos bancários. Segundo o autor, estes dois factores tornaram a dívida externa muito mais "intratável" para renegociar comparativamente aos anos 80.

Quadro 17										
Dívida Externa de 1996-2000										
(USD milhões)	1996		1997		1998		1999		2000	
Total	109.756		125.098		141.957		145.994		146.395	
Sector Público não Financeiro e Banco Central	73.511	67%	74.912	50%	83.111	58%	85.398	58%	85.065	58%
Obrigações e títulos públicos	46.079		48.942		55.585		58.409		58.068	
Organismos Internacionais	15.710		16.581		18.916		20.167		21.839	
Credores Oficiais	10.040		7.881		7.248		5.754		4.432	
Bancos Comerciais	1.346		1.318		1.240		940		805	
Outros	338		210		122		128		123	
Sector Privado não Financeiro	20.589	19%	29.595	24%	36.540	26%	36.970	25%	36.555	25%
Obrigações e títulos privados	8.278		12.975		16.859		17.243		16.226	
Organismos Internacionais	757		816		817		1.187		1.165	
Credores Oficiais	2.105		2.401		2.409		2.324		2.454	
Bancos Participantes	1.165		1.138		984		1.312		1.154	
Dívida Bancária Directa	7.160		10.849		13.430		12.512		13.306	
Outros	1.124		1.417		2.040		2.390		2.250	
Sector Financeiro (sem BC)	15.656	14%	20.589	16%	22.306	16%	23.628	16%	24.775	17%
Obrigações e Títulos	3.975		5.064		6.161		6.349		6.598	
Linhas de crédito	6.948		7.407		8.522		9.781		8.334	
Organismos Internacionais	501		459		431		499		485	
Depósitos	1.603		2.822		2.354		2.630		3.788	
Obrigações Diversas	2.629		4.837		4.838		4.369		5.590	

Nota: % calculadas em relação total dívida

Fonte: INDEC

²⁰⁰ A dívida externa é composta pela dívida externa do sector público e a dívida externa do sector privado.

²⁰¹ Conforme a metodologia oficial das contas públicas argentinas, estão incluídos no Sector Público não Financeiro: Administração Central (Ministérios, Forças Armadas, etc), Instituições Seg. Social e empresas públicas, entre outros.

²⁰² Se a análise for feita em relação ao período 1991-2001, observa-se que no início da década de 90, o sector público detinha 86% da dívida externa, enquanto que, em 2000, a percentagem era de 57.8% (Lischinsky, 2003).

A dívida bancária do sector privado não financeiro é reflexo das facilidades de financiamento externo das empresas argentinas (uma vez que o mercado nacional se apresentava mais caro, com taxas de juro reais acima dos 10%, podendo chegar aos 50%).

O final da convertibilidade em 2001 e a desvalorização do peso veio, contudo, aumentar fortemente o peso destas dívidas na sua maioria denominadas em USD, o que levou à insolvência dum grande número de empresas²⁰³. Como se pode observar no quadro 18, independentemente da sua origem, a dívida pública²⁰⁴ cresceu de USD 59.3 mm em 1992 para USD 144 mm em 2001 (53% do PIB)²⁰⁵.

Quadro 18										
Saldo da Dívida Pública, por Instrumentos e Duração 1992-2001										
(USD milhões)	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total Dívida Pública	59.357	66.259	77.967	84.295	96.447	101.313	112.357	121.877	128.018	144.453
Dívida Pública / PIB	27,5%	28,0%	30,2%	32,6%	35,4%	34,6%	37,5%	43,0%	44,9%	53,0%
Dívida M.L.Prazo	50.125	66.259	77.967	84.117	94.269	98.183	109.062	117.703	122.910	137.707
Títulos Públicos	11.856	43.718	53.155	54.637	64.342	69.292	78.212	85.404	93.079	55.057
Empréstimos	38.269	22.541	24.812	29.480	29.927	28.891	30.851	31.899	29.831	82.850
Multilaterais	7.344	10.939	11.631	14.858	16.262	16.795	19.122	20.311	21.784	32.362
BIRF	2.324	3.564	3.760	4.496	5.318	5.818	7.417	8.596	9.054	9.673
FMI	2.225	3.719	4.395	5.985	6.279	5.908	5.420	4.472	5.053	13.952
Bilaterais	8.433	9.562	10.939	11.729	10.270	8.205	7.455	5.918	4.561	4.477
Bancos Comerciais	21.996	1.542	1.727	1.908	2.337	2.454	3.646	5.029	2.461	2.015
Dívida Curto Prazo	-	-	-	178	2.178	3.130	3.295	4.174	5.108	6.746

Fonte:Ministério Economia

Neste sentido e como se pode verificar no quadro 19, o valor da dívida pública cresceu 40% de 1997 até 2001, sendo que o crescimento da dívida interna foi responsável por 65% deste aumento da dívida total. Isto significa que a dívida pública interna praticamente dobrou o seu valor. É igualmente de referir que a maior parte desta dívida interna

²⁰³ As empresas de capital estrangeiro eram responsáveis por 75% do total da dívida privada externa (O'Connell, 2002).

²⁰⁴ A dívida pública é constituída pela dívida externa do sector público e a dívida interna do sector público

²⁰⁵ Convém ainda realçar (ver anexo 16) que, do total da dívida pública, em Setembro de 2001, 98% era dívida de médio e longo prazo, 68% da dívida era constituída por obrigações e 30% por empréstimos, dos quais 23% correspondiam a organizações internacionais.

estava (paradoxalmente) denominada em dólares²⁰⁶. Os credores eram constituídos por bancos e Fundos de Pensões (Lischinsky, 2003).

Quadro 19						
Evolução da Dívida Pública, 1997-2001						
(USD mm)	1997	1998	1999	2000	Jun-01	Set-01
Dívida Pública	101	112	122	128	132	141
Externa	73	81	82	81	79	87
Interna	28	31	39	47	53	54

Fonte: Lischinsky (2003)

Para Porzecanski (2002:5), a grande questão que se põe é “como pode um Governo que só colectava receitas fiscais em pesos, que já tinha vendido todos os activos que poderiam atrair dólares, que legalmente não podia emitir moeda em peso, sendo que o Banco Central só estava autorizado a emitir pesos em troca de USD, podia ter somente 3% das suas responsabilidades em pesos?”²⁰⁷

Embora vários autores se refiram ao facto do rácio da dívida pública em relação ao PIB, não ser muito elevado comparativamente com outros países industrializados (com rácios de dívida superiores a 50% e mesmo de 100%), Mussa (2002) realça a especificidade do caso argentino. Entre outras razões aponta o facto de que, enquanto em muitos dos países europeus as receitas tributárias representam cerca de 50% do PIB, na Argentina estas não chegam a 20%²⁰⁸.

²⁰⁶ Como já nos referimos, a desvalorização do peso em 2002, veio agravar a situação. Refira-se, por exemplo, que no caso do Brasil como grande parte da dívida estava denominada em reais, a sua posterior desvalorização, não teve o mesmo efeito (Lischinsky, 2003).

²⁰⁷ Depois da desvalorização do peso, no 1º semestre de 2002 a dívida pública já ascendia a USD 114 mm.

²⁰⁸ Em 1998, 1999 e 2000 por exemplo as receitas tributárias foram somente 17.3%, 17% e 17.7% do PIB (Ministério da Economia Argentino). Contudo, tal como refere Birdsall (2002) estas receitas tributárias são as comuns na AL.

3.3 Uma Síntese

A década de 90 representa um período de grandes transformações na economia argentina. O modelo de desenvolvimento assentou em políticas neo-liberais que compreendiam uma completa liberalização financeira e económica e a redução do papel do Estado na economia, atribuindo assim ao sector privado a responsabilidade pelo crescimento económico.

Após uma década de alta inflação e estagnação do produto, o Plano de Convertibilidade introduzido em 1991 teve como principal objectivo a estabilização da economia. A adopção do Currency Board e de outras reformas estruturais como a Lei da Reforma do Estado (90% das empresas públicas foram privatizadas) e a criação do Mercosul, entre outras, permitiram que a economia crescesse a uma taxa média de 6% até 1997. Estas reformas tinham como principal objectivo, além da estabilização macroeconómica, o crescimento do investimento, uma maior eficiência interna e uma maior abertura ao exterior.

Contudo, em áreas como o mercado de trabalho, a segurança social e o sistema tributário, as reformas encetadas não se completaram e/ou não foram eficazes²⁰⁹. A Argentina mantinha assim, no final da década, um mercado laboral rígido (contratos pouco flexíveis e com custos excessivos), um sistema tributário pouco eficaz e que permitia a evasão fiscal.

Segundo Oni (2002:8) o crescimento económico verificado até 1998 foi conseguido através de “fundações fracas”: um acumular de dívida externa, um aumento do consumo associado a um forte aumento das importações e um aumento das receitas do Governo provenientes das privatizações efectuadas. Fanelli et al (1996) levantam igualmente a questão sobre a dificuldade em destriçar até que ponto a estabilidade e

²⁰⁹ Veja-se o caso da reforma da segurança social, cujo défice no final da década de 90, representava mais de 50% do défice público.

crescimento verificado até 1998 foram devidos às reformas estruturais encetadas, ou simplesmente às favoráveis condições de acesso aos mercados internacionais durante a década de 90.

A liberalização da balança de pagamentos permitiu o acesso ao financiamento externo (uma vez que as taxas de poupança eram relativamente baixas) e a entrada de grandes montantes de IDE.

Contudo, grande parte deste investimento directo estrangeiro (na sua maioria ligado às privatizações), foi efectuado maioritariamente na área de bens não transaccionáveis. Embora estes sectores (principalmente de comunicações e serviços) tenham apresentado grande dinamismo, o encarecimento das tarifas das “*utilities*”, agravou a competitividade dos produtos industriais. A estrutura do comércio externo manteve-se praticamente inalterada (cerca de 2/3 das exportações continuavam a ser de produtos agro-pecuários) não se tendo alcançado o objectivo de maior inserção no comércio internacional.

A combinação de uma economia fechada, com um modesto sector de exportação, e a grande abertura aos mercados de capital internacional, constituíram, segundo Wijnbolds (2003), um elemento essencial de vulnerabilidade externa.

O Plano de Convertibilidade é visto por diversos autores como o principal responsável pela crise que se começou a delinear em 1998.

Quando a economia argentina foi atingida por diversos choques externos a partir de 1997, a rigidez imposta pelo Plano não permitiu a utilização dos instrumentos macroeconómicos necessários a evitar a recessão económica. Assim, a apreciação do USD a partir de 1996 e a depreciação do real em 1999, levaram à sobreavaliação do peso, agravando deste modo a competitividade dos produtos argentinos.

Contudo o impacto directo na economia foi limitado pela pouca expressão das exportações no PIB.

Embora não se tratasse de um sistema puro de currency board, a sustentabilidade do plano de Convertibilidade era incompatível com

saldos comerciais negativos (pois necessitava de reservas internacionais para manter a paridade e o regime de câmbios fixos não lhe permitia levar a cabo os ajustamentos cambiais necessários) e com défices orçamentais (pois não os poderia financiar senão com dívida). A emissão de obrigações para financiar os défices orçamentais, tornaram-se, segundo Oni (2002: 9), numa “armadilha da dívida”.

O desacelerar da actividade industrial, o aumento do desemprego, a falência de pequenas e médias empresas e a diminuição das receitas de exportação tornaram mais difícil balancear as contas fiscais no final da década.

Tal como refere Mussa (2002), se a economia da Argentina fosse mais flexível, nomeadamente no seu mercado de trabalho, a economia poderia ter-se adaptado mais facilmente às limitações impostas pelo Plano de Convertibilidade, o desemprego teria sido menor, os défices orçamentais menores e as taxas de juro teriam sido menores uma vez que os credores teriam tido mais confiança na capacidade do Governo argentino para cumprir com as suas obrigações.

A recessão iniciada em 1998 foi despolotada por uma variedade de factores incluindo instabilidade política e o contágio das crises russa e brasileira que se traduziram numa severa contracção do consumo e investimento.

O desenrolar da crise económica, o abandono do Plano de Convertibilidade, a intervenção do FMI na economia argentina e a análise mais aprofundada das causas próximas que conduziram à crise serão analisadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

A CRISE ARGENTINA E O FMI

Tendo a comunidade internacional, nomeadamente o FMI, desempenhado um papel significativo na evolução da economia argentina na década de 90 (Mussa, 2002), iremos neste capítulo sintetizar os acordos que o FMI fez com a Argentina, evidenciando, simultaneamente, os factos que conduziram à crise argentina.

Uma vez que os programas SBA (Stand-By Arrangements) do FMI são confidenciais, a metodologia seguida baseou-se nas “Cartas de Intenção”²¹⁰ do Governo argentino, nas publicações oficiais do FMI e em artigos elaborados por colaboradores/ex-colaboradores do Fundo.

O colapso do Plano de Convertibilidade e o incumprimento da dívida em 2001 levantaram uma série de questões quanto ao envolvimento do FMI, tanto a nível da prevenção da crise como da eficiência e impacto dos seus conselhos sobre as políticas económicas.

Assim, as causas da crise argentina não são partilhadas de igual forma pelo FMI, pelo Governo argentino e por economistas de renome.

Pela posição destes três diferentes grupos tentaremos responder à grande questão deste trabalho: a actuação do FMI/Governo foi de conflito ou de cooperação?

²¹⁰ Como já foi referido anteriormente, as Cartas de Intenção contêm solicitações formais dos créditos ao FMI. Embora contenham certos detalhes de políticas que não foram especificados pelo Fundo, são aprovadas por este (Eshag et al, 1965)

4.1 Os Antecedentes da Crise e os Acordos com o FMI

Mussa²¹¹ (2001) destaca o facto do caso da Argentina se distinguir de outros países, onde o FMI também providenciou significativo apoio financeiro durante a década de 90. Assim, enquanto que no caso do México em 1995, Indonésia, Coreia e Tailândia em 1997 e Brasil em 1998, os programas de apoio do FMI só foram lançados depois das crises se terem instalado, na Argentina o apoio iniciou-se logo no princípio dos anos 90, tendo as políticas e reformas operadas pela Argentina sido monitorizadas de perto pelo FMI²¹².

Como vimos anteriormente, o apoio do FMI à Argentina começou por ser mais intenso na década de 80 (ver anexo 17). De acordo com Wijnbolds²¹³ (2003:102), "este período foi caracterizado pela recorrência a novos planos e implementação de programas, tendo o FMI acabado por providenciar os recursos, apesar de sérios receios de alguns membros do conselho executivo". De facto, e ainda segundo aquele autor, os vários programas que foram negociados com o Fundo, acabaram todos por falhar²¹⁴.

Na década de 90 e princípios do séc. XXI, o apoio do FMI à Argentina traduziu-se em seis acordos de financiamento: dois EFF (Extended Fund Facilities) aprovados em 1992 e 1998 e quatro SBA (Stand-By Arrangements) aprovados em 1989, 1991, 1996 e 2000 (ver anexo 17). Simultaneamente, o FMI concedeu Assistência Técnica (TA) durante o período, enviando à Argentina 50 missões de técnicos entre

²¹¹ Mussa foi Conselheiro Económico e Director do Departamento de Pesquisa do FMI de 1991 a Setembro de 2001.

²¹² Easterly (2002) refere que no período de 1980-99 a Argentina recebeu do FMI/BM 30 empréstimos de ajustamento, sendo assim o país que mais empréstimos obteve (o Gana em 2º lugar obteve 26 empréstimos de ajustamento).

²¹³ Wijnbolds foi Director Executivo do FMI de 1994 a 2002

²¹⁴ Desde finais dos anos 50, a Argentina negociou 19 acordos com o FMI, 15 dos quais não foram cumpridos. Wijnbolds (2003) refere que as iniciativas e os planos produzidos pelo Governo argentino (caso do Plano Austral) que acabaram por falhar por falta de disciplina e não cumprimento dos objectivos, eram vistos pelo Conselho Directivo do Fundo com muita apreensão, acabando contudo, por dar à Argentina o benefício da dúvida. O autor refere em particular o SBA acordado em 1989 que falhou "devido

1991 e 2002 principalmente nas áreas fiscais, monetárias e bancária (IEO, 2003).

Labaqui *et al* (2002) referem que, de 1994 a 2000, a Argentina falhou consecutivamente nos objectivos quantitativos, nomeadamente os défices orçamentais²¹⁵ acordados com o Fundo. Não obstante, “o Fundo mostrou uma invulgar flexibilidade, de acordo com os *standards* do FMI, ao permitir revisões destes objectivos fiscais (...). Na maior parte das vezes perdoou-se o não cumprimento dos critérios de desempenho orçamental, ou então esses critérios cumpriram-se somente depois de terem sido alargados os objectivos (...). Para evitar embaraços às autoridades argentinas, o Fundo dava pouca ênfase às transgressões dos objectivos inicialmente fixados, especialmente em público” (Mussa, 2002:12).

Exemplos disto são os SBA de 1991 e de 1996. Numa década em que os condicionalismos estruturais incluídos nos programas do FMI cresciam notavelmente, o SBA de 1991 só continha dois elementos de condicionalidade: a reforma do sistema de impostos e a reforma da segurança social.

Contudo, o primeiro objectivo nunca foi completado e o segundo foi “adiado” (Allen²¹⁶, 2003:141). O SBA de 1996, já por seu turno, centrava-se na reforma fiscal e privatizações. Relativamente ao lado da oferta da economia, o principal foco centrava-se na reforma do mercado trabalho²¹⁷, contudo não foi usada qualquer condicionalidade para a sua implementação (IMF,1996).

Neste acordo o Governo comprometia-se a reduzir o défice orçamental para USD 2.5mm. Apesar do crescimento económico

a obstáculos políticos que bloquearam o ajustamento necessário e o esforço de reformas” (Wijnbolds, 2003:104).

²¹⁵ Conforme Williamson (2002) um défice orçamental operacional superior a 1-2% do PIB é considerado como um “policy failure” ou seja uma política que não cumpre os seus objectivos (a não ser que este excesso seja usado para financiar investimento de infra-estrutura produtiva).

²¹⁶ Mark Allen foi Director do “Policy Development and Review Department “ do FMI de 1974 a 2002 (ver anexo 12).

verificado até finais de 1994, as receitas fiscais foram insuficientes para cobrir as despesas, tendo o Governo renegociado em Julho desse ano o cumprimento dum défice de USD 6.5mm para 1996 e de USD 3.5mm para 1997. A recuperação económica verificada em 1997 (crescimento do PIB de 8.1%) permitiu ao Governo cumprir os objectivos para 1996²¹⁸.

Ainda na mesma esteira, em 1998 o FMI concedeu à Argentina um EFF de 3 anos e o compromisso do défice orçamental não ultrapassar USD 3.5mm em 1998. A recessão económica verificada, no 4^a trimestre desse ano, não permitiu o cumprimento desse objectivo. No início de 1999, a Argentina viu-se obrigada, mais uma vez, a renegociar os objectivos quantitativos.

Em Outubro de 1999, Menem perde as eleições e é substituído por Fernando de La Rúa²¹⁹. Embora o FMI tivesse acordado um novo tecto de USD 3.85 mm²²⁰ para o défice orçamental, o resultado foi um saldo negativo de USD 4.7 mm no final de 1999.

Em Março de 2000, o FMI voltou a demonstrar o seu apoio à Argentina aprovando um SBA de USD 7.2mm. A recessão económica que se prolongava já por 2 anos consecutivos, não permitiu mais uma vez o cumprimento dos objectivos²²¹.

A par destas tentativas de equilibrar as contas fiscais em todos os acordos realizados entre o Fundo e o Governo, manifestava-se a apreensão do FMI para que a Argentina aprofundasse algumas das suas reformas estruturais, tais como: a desregulação no mercado de trabalho,

²¹⁷ O FMI realçava também a necessidade da implementação de reformas estruturais que levassem ao aumento do emprego (IMF, 1996).

²¹⁸ Como se pode verificar no quadro 9, o défice orçamental em 1996 foi de USD 5.2mm e de USD 4.3 mm em 1997.

²¹⁹ De La Rúa é eleito Presidente, apoiado por uma aliança de centro-esquerda composta pela UCR e pela Frepaso. Desde o início, o Governo de La Rúa estava fragilizado por divisões internas e pelo domínio do partido Peronista no Congresso (Casalinho, 2002)

²²⁰ Labaqui et al (2002) referem o facto de que a tomada de posse do Governo de La Rúa, no final desse ano, pode ter influenciado a decisão do FMI, uma vez que a responsabilidade no incumprimento do défice cabia ao Governo de Menem e não à nova administração.

²²¹ Em Julho de 2000 o Governo alertou o Fundo que as metas orçamentais não iriam ser cumpridas. Miguel Bein, secretário de Programação Económica refere que “O Fundo esteve de acordo com o esforço que estamos a fazer (...) O FMI aceita esse desvio e muito mais” (La Nacion, 2000).

a reforma do sistema de segurança social, a reforma do sistema de saúde e um novo acordo de distribuição de impostos com as províncias.

A inclusão destes pontos nos diversos acordos e nas cartas de intenção do Governo argentino reflectiam a dificuldade de implementação de muitas das reformas estruturais (Labaqui *et al*, 2002).

No final de 2000, embora os objectivos orçamentais não pudessem ser cumpridos, o novo Governo de La Rua tinha novos “trunfos” para persuadir o Fundo: o Congresso tinha acordado em Abril uma nova reforma laboral²²² e tinha-se fortemente comprometido com cortes orçamentais mais agressivos, nomeadamente a redução das reformas e o corte dos salários dos funcionários públicos em 13%²²³.

Apesar de um novo empréstimo das instituições internacionais de USD 40mm em Dezembro 2000 (IMF, 2001)²²⁴, a recessão agravou-se, em 2001, assim como as exigências do FMI na redução do défice orçamental.

As tensões políticas agravaram-se, resultando na resignação de dois ministros da economia²²⁵ e a sua substituição por Domingo Cavallo²²⁶ em Abril 2001.

A sua primeira medida é a criação de um imposto sobre transações financeiras. Em Junho de 2001, Cavallo anunciou uma taxa

²²² Em 1998 o Congresso aprovou uma reforma laboral. Contudo, como referem Labaqui *et al* (2002), essa reforma era o oposto ao espírito do Fundo. O novo regime laboral em discussão acentuava a flexibilização e os regimes de experiência, abrindo margem de manobra para negociar baixas nos salários.

²²³ O plano de austeridade que previa o aumento de impostos, redução nas despesas sociais e dos salários, levou a um protesto de 80.000 pessoas em Buenos Aires. Este protesto organizado pelos 3 maiores grupos sindicais, a Igreja Católica (que normalmente não tomava posição) políticos da oposição e inclusive 12 parlamentares da aliança de apoio a La Rua, mostravam o seu desagrado pelos condicionalismos do FMI, falando de “Ditadura financeira” e mostravam a sua intenção de “desobediência fiscal” (Woodroffe *et al*, 2000).

²²⁴ Este novo empréstimo, referenciado como “The Blindaje” foi co-financiado pelo FMI (USD 14mm), IADB e Banco Mundial (USD 5mm) e o Governo espanhol (USD 1mm). O “Blindaje” era um programa cujo objectivo era baixar “spreads” e estimular o crescimento. O programa funcionou 2 meses, contudo a agitação política levou a que os “spreads” aumentassem novamente (Ramos *et al*, 2002). Wijnbolds (2003) refere que os USD 14 mm emprestados pelo FMI, representavam cerca de 500% da quota da Argentina no FMI, que segundo as regras do Fundo, só pode ultrapassar os 300% em ocasiões especiais.

²²⁵ José Luis Machinea e López Murphy. A intenção de cortar de forma mais severa os gastos públicos no valor de USD 4.5mm em Março 2001 resultaram no afastamento de Murphy após somente 2 semanas de ter sido eleito (também os ministros do Interior e da Educação reagiu, demitindo-se).

²²⁶ Cavallo foi Ministro da Economia de 1991 a 1996 e posteriormente de Abril 2001 a Dezembro 2001

de câmbio preferencial para as exportações²²⁷ e um alargamento do prazo da dívida²²⁸. Contudo, “o pai do milagre” dos anos 90 não foi capaz de restabelecer a confiança no Governo. As suas políticas foram “erráticas, alternando uma posição inicial Keynesiana com o mais vigoroso ortodoxismo” (Lebaq *et al*, 2002:4).

Como os primeiros meses de 2001 não davam qualquer indicação de que a recessão pudesse ser invertida, o Congresso aprovou o “défice zero”²²⁹ em Julho de 2001. Esta lei estabelecia que o sector público não poderia gastar mais do que colectava (“*pay as you go*”), levando a um ajustamento mensal das despesas. Esta norma subordinava, igualmente, o pagamento de salários e pensões ao serviço da dívida, levantando assim uma grande agitação social.

A este propósito, Hausmann (2001:1) refere então que “é quase impossível evitar a catástrofe na Argentina. O Governo viu-se forçado a entrar em incumprimento com os trabalhadores, pensionistas e Governos das províncias, numa última tentativa de pagar a dívida pública. Os mercados reflectem intranquilidade: os fundos em USD são negociados abaixo do par, enquanto o preço das obrigações denominadas em pesos reflectem o esperado colapso do regime cambial. As altíssimas taxas de juro tornam as contas fiscais insolventes, o investimento privado e a recuperação económica impossível”.

Por outro lado, o agravar da crise levantava especulações sobre uma possível desvalorização do peso, o que levou a que o Governo

²²⁷ Cavallo criou uma taxa de câmbio para as exportações com base num cabaz de moedas que incluía o euro, e que na prática oferecia aos exportadores um ganho cambial de 8%. Conforme salienta Schuler (2002) esta medida saía fora do espírito do Plano de Convertibilidade.

²²⁸ O custo para estender os prazos das maturidades foi muito alto, uma vez que o mercado exigiu um prémio substancial para este alargamento dos prazos (Allen, 2003).

²²⁹ Esta lei foi concebida por Cavallo que tinha reassumido o cargo da economia em Abril 2001. O objectivo final era balancear as contas orçamentais num período de dois anos, diminuir o prémio de risco da dívida argentina e das taxas de juro internas, criando assim as condições necessárias para a recuperação da economia.

A aprovação do défice zero levou a que o FMI aprovasse em Setembro de 2001 um aumento do acordo de stand-by aprovado em Março de 2000 (IMF, News Brief 1/37). Para Michael Mussa, que saiu do FMI logo após esta aprovação do novo empréstimo, este passo constituiu a pior decisão que o Fundo tomou na última década (Pearlstein, 2002).

limitasse os levantamentos dos depósitos bancários²³⁰ (*el corralito*) e as transferências de fundos para o estrangeiro, numa tentativa de evitar que os pesos fossem transaccionados por USD.

Conforme Weisbrot et al (2002) acentuam, o FMI precipitou a crise final ao recusar libertar a quarta tranche do SBA acordado em 2000, em 5 Dezembro 2001²³¹ devido “à impossibilidade da Argentina cumprir com os objectivos definidos no défice-zero” (IMF, 2001a).

A situação económica e social torna-se intolerável. A 13 Dezembro 2001 dá-se uma greve geral. A 19 Dezembro 2001, Cavallo demite-se de primeiro-ministro, e a 20 de Dezembro é a vez do presidente La Rúa se demitir. Até ao final do ano sucedem-se três presidentes²³².

As medidas acima apontadas tiveram desde logo um impacto adverso na já débil economia: em Dezembro 2001, a produção industrial caiu 8% face ao nível do ano anterior, a construção baixou 36% e as importações baixaram em 50%. O não cumprimento do défice zero na segunda metade de 2001 elevou o défice do sector público para 7.5% do PIB e o rácio da dívida atingiu 62% do PIB (IMF 2003a).

Como se pode verificar no quadro 20, o investimento em 2001 encontrava-se 31% abaixo do seu máximo atingido em 1998; o desemprego atingiu em 2002, 21.5% e os salários reais declinaram 18%.

A pobreza e taxas de indulgência atingiram os seus máximos níveis, estando 53% dos Argentinos abaixo da linha oficial da pobreza (70% são crianças).

²³⁰ A corrida aos bancos começou em Março/01. Contudo foi em Novembro que os mesmos “ameaçaram” o sector financeiro (os Argentinos levantaram USD 1.3mm das suas contas bancárias) (Blejer, 2000). A 1 Dezembro o novo controle limitava os levantamentos bancários individuais a 250 pesos semanais.

²³¹ Em 5 Dezembro de 2001, o FMI anuncia que não efectuará o pagamento de USD 1.3mm à Argentina. As autoridades argentinas, num esforço para evitar o incumprimento, realizaram um “swap” da dívida pública detida por residentes, em que os títulos são trocados por outros que oferecem piores condições de remuneração (Casalinho, 2002). O FMI refere-se a esta negociação como “Fase 1 da dívida” (IMF, 2003 a). Esta troca de títulos permitiu a reestruturação de USD 55mm da dívida pública (Cavallo et al, 2002).

²³² Ramon Puerta, Rodrigues Saá e Eduardo Camaño (ver anexo 2)

Quadro 20					
Indicadores Económicos Argentina 1998 a 2002					
	1998	1999	2000	2001	2002
PIB pm (milhões de pesos de 1993)	288,123	278,369	276,173	263,997 ¹	235,221
Desemprego	12,90%	14,30%	15,10%	17,40%	21,50%
IPC (1991=100)	154,94	153,13	151,69	150,08	193,5 ²
Varição anual IPC	0,92%	-1,17%	-0,94%	-1,07%	30,6% ²
Salários Reais (1994 pesos)	879	902	916	914	716 ³
Investimento Bruto (milhões de pesos 1993)	60,781	53,116	49,502	41,65	26,614
Taxa de câmbio (Pesos para USD)	1	1	1	1	3,65 ⁴
Reservas (USDm)	17,837	17,665	16,796	19,004	9,060 ⁴
Balança Comercial (USDm)	-3,097	-795	2,558	7,507	16,883
Exportações (USDm)	26,434	23,309	26,410	26,655	25,347
Importações (USDm)	29,531	24,103	23,852	19,148	8,988
Saldo Conta Corrente (USDm)	-14,624	-11,898	-8,864	-4,429	8,954
Contas Públicas (USDm)	-4,074	-4,768	-6792	-8,719	-4,549
Dívida Pública (USDm)	112,357	121,877	126,018	144453	114,375 ⁶
Dívida FMI (USDm)	5,42	4,472	5,053	14,592	14,355 ⁶

1-estimativa 2-1º semestre 2002 3-Abril 2002 4-Julho 2002 5-1º trimestre 6-2º trimestre

Fonte:INDEC

A 23 Dezembro 2001 o presidente Saá declara o incumprimento da dívida pública com credores privados (com excepção para as instituições financeiras multilaterais e a dívida renegociada na "Fase 1")²³³, o que constituiu o maior incumprimento de sempre da dívida soberana (USD 155 mm).

A agitação social manteve-se, o que levou à substituição do presidente Saá pelo presidente Eduardo Duhalde²³⁴, a 3 de Janeiro de 2002.

A 9 Janeiro de 2002 é anunciado, por decreto, o fim do Plano de Convertibilidade, o qual é substituído por um sistema cambial dual²³⁵,

²³³ O montante da dívida afectada por este incumprimento, é difícil de ser avaliada em montantes precisos. Tal como refere Lavagna (2003 b), ela é composta por 152 diferentes obrigações (emitidas anos 90), 14 moedas e refere-se a 8 jurisdições legais distintas. O FMI menciona um incumprimento de USD 70mm (IMF 2003 a) e Lavagna a USD 90mm (Lavagna, 2003 b). O Economist refere-se a um incumprimento de USD 60mm que corresponde a 700.000 credores (The Economist, 2003). Nota: a dívida renegociada na "Fase 1" foi explicada na Nota Rodapé 231.

²³⁴ Eduardo Duhalde (Peronista) foi Governador da província de Buenos Aires e Vice Presidente da Argentina. Ao contrário dos seus antecessores, beneficia de uma base de apoio mais extensa no Congresso e junto dos governadores das províncias, prefigurando estabilidade institucional (Casalinho, 2002).

²³⁵ A "pesificação" da economia e a desvalorização foram considerados ilegais pelos tribunais argentinos em Setembro de 2002 (Hanke, 2002).



sendo estabelecida uma taxa de câmbio oficial de 1.4 pesos para 1 USD (uma desvalorização de 40%) e uma outra taxa de câmbio flutuante²³⁶.

Este sistema dual de câmbios não teve grande duração, nomeadamente devido à pressão continuada nas reservas internacionais. Assim, em Fevereiro de 2002, o Governo unificou o mercado cambial para uma taxa flutuante de 1.8 pesos para 1USD.

Ainda em Fevereiro o Governo anunciou a “pesificação” dos balanços dos bancos comerciais²³⁷. A depreciação da taxa de câmbio real que se seguiu ao fim da Convertibilidade levou a que o rácio da dívida pública, relativamente ao PIB, praticamente duplicasse (de 62% do PIB no final de 2001 para 119% em 2002).

Durante o ano de 2002, 22 missões do FMI deslocaram-se à Argentina com o objectivo de se definirem novas políticas estruturais.

As propostas/exigências do FMI centraram-se nos seguintes pontos (IMF 2003 a:1/5):

a) a nível de política orçamental, o Fundo exigiu uma redução das despesas tanto a nível do Governo como das províncias²³⁸, estabelecendo um objectivo de USD 3mm (o défice em 2001 tinha sido de USD 8.7mm);

b) a nível de política monetária, o BC deveria “limitar o crescimento do seu crédito e estabelecer taxas de juro que permitam aos depositantes beneficiar de um retorno positivo (...) agora que o peso flutua, é a política monetária que servirá de âncora”.

²³⁶ O câmbio de 1.4 pesos para 1 USD seria aplicado para o sector público e a maior parte dos bens transaccionáveis. As outras transações seriam feitas de acordo com a taxa de câmbio prevalecente no mercado internacional de câmbios, nomeadamente para as transações como o turismo.

²³⁷ Esta “pesificação” do balanço dos bancos foi assimétrica: enquanto que as reservas e os depósitos em USD foram convertidas em pesos à taxa de 1.4 peso por USD, os empréstimos em USD foram convertidos em pesos à taxa de 1 peso por USD (Hanke, 2002).

²³⁸ Foi estabelecido pelo FMI uma redução de 60% nos gastos das províncias. Blejer (2002) adianta que as condições do Fundo se tornaram mais “duras” uma vez que a Argentina raramente cumpriu com os objectivos estabelecidos com o FMI.

Foram igualmente sugeridas alterações a leis, tal como a revogação da “Lei da Subversão Económica”²³⁹ e o “Código de Falências” referindo que “a comunidade internacional não poderá apoiar a Argentina sem a adopção de um enquadramento que estabeleça um balanço entre os interesses dos devedores e credores”.

O Governo argentino acabou por concordar com as exigências do FMI, se bem que tenha enfrentado fortes oposições internas.

A recessão económica verificada em 2002 (descida de 11% do PIB²⁴⁰) constituiu uma das maiores quedas da história económica argentina²⁴¹. Contudo, depois da diminuição vertiginosa do PIB no 1º trimestre de 2002, a economia começou a recuperar lentamente²⁴².

Ao contrário da expectativa de muitos analistas, foi possível manter a inflação a níveis moderados (25.9%). Por um lado, a venda de reservas internacionais do BC (que se reduziram a USD 5.500m até Jul/02) permitiram esterilizar os efeitos do aumento da massa monetária, associada às necessidades de financiamento dos agentes internos. Por outro lado, e no mesmo sentido, actuaram o congelamento dos preços dos serviços públicos privatizados.

A recuperação do PIB, no 2º e 3º trimestre de 2002, deveu-se à recuperação das exportações líquidas, tanto pelo crescimento das exportações como pela substituição das importações. No 3º trimestre observou-se uma recuperação tanto do consumo como do investimento que mostraram sinais de que a recuperação poderia adquirir características de maior permanência (Ministério Economia, 2002a). Por outro lado, as contas públicas manifestaram uma melhoria na segunda

²³⁹ Esta lei, estabelecida por Duhalde, permitia ao Governo investigar actos suspeitos de firmas/bancos ou empresários. Esta lei tinha também como objectivo, controlar os fluxos de capital que violavam as restrições bancárias impostas pelo “corralito” (Cibils et al, 2002).

²⁴⁰ O consumo, investimento e importações registaram quebras de 12.9%, 36.1% e 49.7% respectivamente. Somente as exportações registaram um aumento de 3.2% (Ministério Economia, 2002 a). Convém referir que, em 2002, e no 1º trimestre de 2003 a Argentina foi “pagadora líquida” aos organismos internacionais de USD 5.130m (Ministério da Economia, 2003).

²⁴¹ A queda do produto em 11% foi igualmente verificada em 1914 e superior à dos anos 1931 e 1932.

²⁴² A queda do PIB de 16.3% no 1º trimestre de 2002, constituiu-se na maior descida trimestral de sempre. No 2º, 3º e 4º trimestre de 2002 o PIB subiu de 0.8%, 0.6% e 0.8% respectivamente.

metade do ano 2002, devido, quer ao aumento do recebimento de impostos e contenção de despesas, quer (principalmente) à diminuição do pagamento de juros da dívida externa²⁴³.

Se bem que num contexto externo desfavorável, a Argentina pôde, nos últimos trimestres de 2002, iniciar a saída do quadro depressivo que se vinha arrastando desde 1998. Na opinião do Governo argentino, esta recuperação foi conseguida através “de um cuidadoso manejo da política macroeconómica: uma política fiscal prudente e uma política monetária equilibrada que buscou consolidar a incipiente recuperação, sem perder de vista o objectivo social da estabilidade dos preços” (Ministério Economia, 2002 a:6).

Finalmente, em 24 de Janeiro de 2003, o FMI aprovou um SBA como suporte para o programa económico (transitório) delineado pelo Governo (Janeiro a Agosto de 2003). Com este acordo evitou-se também entrar em incumprimento com os organismos internacionais²⁴⁴.

4.2 Posição do FMI Face à Crise

São duas as grandes questões que se colocam então: entre o Governo argentino e o FMI, houve cooperação ou conflito nas reformas económicas implantadas na década de 90? Os conselhos dados pelo FMI terão sido adequados e eficazes?

Na óptica do FMI, os principais problemas com que se debatia a Argentina eram: o regime cambial, a política fiscal, a sustentabilidade da dívida pública e a estagnação do esforço das reformas (Allen, 2003). No entanto, e como se se tratasse de descartar qualquer responsabilidade,

²⁴³ No 1º semestre de 2002 não foram efectuados pagamentos de juros conforme a moratória declarada no início do ano.

²⁴⁴ O acordo estabelece um SBA para cobrir as obrigações com os organismos internacionais, incluindo os juros até Agosto de 2003. O Governo comprometeu-se a cumprir uma série de metas de natureza tanto monetária como orçamental, como sejam os montantes mínimos de reservas internacionais líquidas e montantes máximos de expansão monetária (Ministério Economia, 2003).

Singh²⁴⁵ (IMF, 2002a:1/2), refere que “do nosso ponto de vista, as falhas na política fiscal estão na raiz da corrente crise (...) Cabe ao Governo argentino implementar as necessárias reformas económicas. *O papel do FMI, limita-se à ajuda através dos nossos conselhos, tanto em termos de assistência técnica como suporte financeiro*”.

Tentaremos assim, de acordo com os depoimentos de funcionários do Fundo, procurar parte das respostas às duas grandes questões.

4.2.1 O Regime Cambial na Perspectiva do FMI

Mussa (2002: 5/6) afirma que as políticas seguidas na década de 90 foram “desejadas e implementadas pelo Governo argentino (...) e se o Fundo cometeu erros, eles foram mais de omissão (...) Duma forma geral, o Fundo apoiou estas políticas, tanto através dos seus pareceres como através do suporte financeiro. O Fundo não pressionou o Governo a adoptar políticas que o mesmo não tenha desejado. O Plano de Convertibilidade foi concebido pelo Governo argentino, contra o conselho do FMI”. O autor refere que muitos dos economistas do FMI (ele próprio) se mantiveram bastante cépticos. Só depois do Plano Convertibilidade ter ultrapassado a “*tequilha crisis*”, se alterou a atitude do Fundo, que passou a dar o seu apoio ao Plano²⁴⁶. As subseqüentes decisões para o manter, especialmente quando esteve sujeito a maiores pressões durante 1999-2001, foram claramente uma opção das autoridades argentinas, embora o Fundo as tenha apoiado.

Na realidade, mesmo entre os economistas do FMI, as opiniões não são convergentes.

²⁴⁵ Anoop Singh era Director para Operações Especiais do FMI (foi substituído em Junho 2001 por Claudio Loser). Em 2003 é o Director do Departamento do Hemisfério Ocidental (ver anexo 14)

²⁴⁶ “O sistema de Convertibilidade e as defesas criadas para obter liquidez são importantes pilares da estratégia económica do país e têm sido vitais no evitar turbulências financeiras. O Fundo reafirma o apoio às autoridades na manutenção destas políticas” (IMF, 2001:1)

Segundo Allen (2003) o regime de câmbios fixo que desempenhou um papel importante na primeira metade da década de 90, não foi a resposta eficaz aos choques verificados no final do período. De acordo com Wijnbolds (2003:106), “o *Currency Board* constituiu um entrave na economia, especialmente porque as autoridades o fizeram funcionar mais como supressor de sintomas do que um instrumento de mudança”.

A razão pela qual o Plano de Convertibilidade não foi abandonado anteriormente (após 96/97) foi uma razão política, pois “havia uma falta de vontade (por parte do Governo argentino) de pôr em risco a confiança na moeda que se tinha estabelecido com a Convertibilidade” (Allen 2003: 130).

Wijnbolds (2003:106) refere mesmo que “o facto do *currency board* ter durado tanto tempo, teve muito a ver com a falta de uma estratégia de saída do mesmo, ou a falta de vontade de a contemplar”.

Por parte do Fundo, Allen (2003) indica a “falha de previsão” para o abandono do regime fixo em 96/97. Não obstante, o Fundo, de acordo com o seu artigo IV, deveria ter alertado o Governo sobre as políticas económicas necessárias (principalmente a disciplina orçamental) para suportar esta opção do Governo de regime de câmbios fixo²⁴⁷.

A especial atenção nas contas orçamentais é reforçada por Blejer²⁴⁸ e Castillo, quando afirmam que “uma política que utiliza a política cambial como instrumento anti-inflacionário só pode ter sucesso se as autoridades se comprometerem com uma política orçamental compatível com a taxa de câmbio”²⁴⁹.

Esta posição é reforçada por Mussa ao afirmar que o Fundo não deveria ter apoiado financeiramente o país, sem que, previamente, tivesse havido um compromisso por parte do Governo em seguir estas políticas (Mussa 2002).

²⁴⁷ O Plano de Convertibilidade exigia políticas orçamentais apertadas, uma baixa dívida pública, um mercado de trabalho mais flexível e uma abertura da economia (Allen, 2003).

²⁴⁸ Mario Blejer foi governador do Banco Central da Argentina de Janeiro de 2002 a Junho de 2002 (ver anexo 11).

²⁴⁹ Bledjer e Castillo (1998:460) in Wijnbolds (2003)

Tal como já foi referido, embora o FMI não apoiasse, de início, o Plano de Convertibilidade, uma vez que ele foi adoptado e suportado com reformas estruturais, o Fundo passou a apoiá-lo e a elogiar as políticas seguidas pelo Governo argentino. Logo após a crise mexicana, o Fundo elogiou publicamente a rápida resposta das autoridades às pressões emergentes e a forma como souberam tirar partido da crise para reforçar o sistema bancário, nomeadamente os bancos das províncias: “a Argentina prestou um grande serviço não somente ao país, mas às Américas e ao mundo” (Camdessus²⁵⁰, 1995:4).

Em 1999 era ainda demonstrado o apoio ao Plano de Convertibilidade que “serviu bem a Argentina e continua a ser um instrumento adequado para um crescimento estável” (IMF, 1999a:4).

4.2.2 A Política Orçamental na Perspectiva do FMI

Não terá sido somente o Plano de Convertibilidade a não ter o apoio inicial do Fundo. Outras políticas seguidas pelo Governo argentino teriam sido tomadas mesmo sem a concordância do FMI.

Thomas Dawson²⁵¹, em Maio de 2002, afirma que “quando as autoridades, sem nos terem consultado, instituíram o défice-zero, indicámos que seria excessivo...Nós aconselhámos o Governo que as políticas deveriam ser relaxadas, não apertadas”(Cibils *et al* 2002:19).

Dawson refere o facto que o Fundo só publicamente apoiou o plano²⁵², uma vez que havia discordância²⁵³. Esta posição é reforçada pelo actual “Managing Director” do FMI (ver anexo 13) Horst Köhler, que

²⁵⁰ Michel Camdessus foi “Managing Director” do FMI de 1987 a 2000 (ver anexo 13)

²⁵¹ Thomas Dawson é Director das Relações Externas do FMI (ver anexo 14).

²⁵² Anne Krueger demonstra o apoio do Fundo à lei do défice zero no (IMF 2001).

²⁵³ Foram vários os funcionários do Fundo que não aprovaram o plano, entre eles, Wijnbolds (Wijnbolds, 2003). A falta de concordância dentro das instituições financeiras internacionais é também referida por Stiglitz. Aquando do debate sobre a crise asiática, foi-lhe feito compreender (por parte de membros do Fundo) a “pressão exercida pelos directores executivos- corpo elegido pelos ministros das finanças dos países industrializados- que aprovam os empréstimos do Fundo” (Stiglitz, 2000).

afirmou que o FMI não impôs este programa nem tão pouco foi consultado (Köhler, 2002).

Embora, em Agosto de 2001, o Fundo tivesse acordado prestar auxílio financeiro à Argentina, o mesmo foi negado, mais tarde, em Dezembro. Köhler afirma que “as consequências sociais de este défice zero preocupavam-nos, mas negarmo-nos a ajudar a Argentina em Agosto de 2001, teria activado uma crise (...) Em Dezembro pensámos que o objectivo dos líderes argentinos em conseguir o défice zero não tinha hipóteses” (Köhler, 2002:1)²⁵⁴.

Embora o próprio Fundo reconheça que “uma política fiscal mais cautelosa durante o período 1993-98, poderia ter melhorado, fortemente, a dinâmica da dívida pública e teria, porventura, evitado que a Argentina entrasse em incumprimento” (IMF, 2003i:10), segundo Mussa (2002), os dois maiores erros do Fundo em relação à Argentina foram o facto do FMI não ter pressionado mais as autoridades argentinas na execução de uma política orçamental mais responsável²⁵⁵ (especialmente durante os três anos de crescimento que se seguiram à crise Mexicana²⁵⁶) e terem concedido o suporte financeiro adicional durante o Verão de 2001, uma vez que se tinha tornado claro que os esforços do Governo para evitarem o incumprimento e manterem o *currency board*, não teria qualquer hipótese de êxito.

Esta opinião é partilhada por Perry e Servén²⁵⁷ que admitem que: “há úteis lições a tirar do debate Argentino. Também nós, nas instituições financeiras internacionais, devemos admitir que fomos lentos tanto na

²⁵⁴ Köhler afirma que os estatutos do Fundo proibem os pagamentos se consideram que as políticas levadas a cabo são insuficientes para superar os problemas (Köhler, 2002).

²⁵⁵ Mussa (2002) considera que a maior parte dos problemas fiscais resultaram de uma política fiscal inadequada entre as Províncias e o Governo central.

²⁵⁶ A Argentina deveria ter conseguido um superavit orçamental nos anos de recuperação económica, por forma a fazer face a uma possível recessão. Quando a recessão se instalou em 1998, não “havia espaço para os estabilizadores automáticos funcionarem, tendo-se tornado necessário reduzir o défice precisamente na altura mais difícil, ou seja, quando a consolidação fiscal se iria traduzir numa queda do produto” (Allen, 2003: 133).

²⁵⁷ Guillermo Perry é Economista Chefe do BM para a AL e Caralbas.

compreensão da profundidade de certos problemas como na forma como reagimos a eles” (Perry *et al*, 2002:6).

Mussa (2002) refere ainda que no período de 1991 até à “*Tequila crisis*” a política orçamental não constituía a maior preocupação do Fundo. O défice primário era, em grande parte, financiado pelas receitas das privatizações e o nível da dívida pública não era significativa. As maiores preocupações do FMI centravam-se na taxa de câmbio que, em termos reais, se encontrava sobreavaliada, e na possível diminuição dos fluxos de capital que financiavam o défice da conta corrente, que poderiam levar a uma crise cambial. Contudo, há muito que se tinha reconhecido a importância de uma posição orçamental sustentável. Não obstante esse facto, “o Governo não foi capaz de fortalecer as suas contas públicas, faltando às autoridades a habilidade ou a vontade política de impor disciplina às províncias” (Alen, 2003:133).

De acordo com o Departamento de Revisão de Políticas de Desenvolvimento (IMF, 2003i) as maiores omissões do Fundo situam-se na área fiscal ao perdoarem sistematicamente as derrapagens aos objectivos estabelecidos.

4.2.3 A Dívida na Perspectiva do FMI

Tal como refere Wijnbolds (2003:107), “os programas do FMI concentravam-se demasiadamente nos défices orçamentais (...). O endividamento externo foi reconhecido demasiadamente tarde, não só pelo país, mas também pelas instituições financeiras internacionais (...). O facto do rácio da dívida externa/exportações ter subido aos 500% e que, em 1999, 40% das receitas de exportações fossem usadas para pagar os juros da dívida externa, deveria ter constituído um sinal de alarme”.

A este propósito, Allen (2003:137/8) adianta que “a subida do rácio (dívida/PIB) não era encarada como um problema, uma vez que a economia era vista como estando num processo de crescimento²⁵⁸ (...). O Fundo não previu a inevitabilidade da Argentina ter que reestruturar a sua dívida. Nas suas análises internas, a dívida era apresentada consistente com cenários optimistas²⁵⁹”. Na realidade, o Departamento de Revisão e Desenvolvimento de Políticas (IMF, 2003i) reconhece que um dos erros mais graves do Fundo, foi a visão demasiado optimista do crescimento potencial das Argentina. O aumento da produtividade do factor trabalho e a forma como a economia se comportou após a crise mexicana de 1994, estiveram na base destas previsões²⁶⁰.

No contexto da vigilância ao abrigo do artigo IV, Allen conclui assim que as avaliações do Fundo no que respeita a sustentabilidade da dívida, foram inconsistentes²⁶¹.

Na realidade, as maiores preocupações do FMI, quanto às políticas seguidas pela Argentina, foram expressas em 1998 (IMF, 1998a) relativamente ao sector externo: o aumento dos défices da conta corrente e a vulnerabilidade do país a mudanças nos mercados financeiros internacionais. O Fundo sugeria uma maior diversificação dos mercados de exportação²⁶², tendo em vista o alto rácio do serviço dívida externa/exportações. O conselheiro económico Mussa adiantava que os mercados financeiros viam a conta corrente como uma fonte de vulnerabilidade, nomeadamente o alto volume de transações entre a

²⁵⁸ A dinâmica do rácio dívida/PIB depende da taxa de crescimento do PIB, taxa juro da dívida e taxa de acumulação da nova dívida. A dívida será sustentável se o rácio da dívida é projectado ficar, num futuro previsível, dentro dos parâmetros considerados razoáveis (IMF, 2002b). É de referir que Mussa considerava em 1999, um crescimento de 3% da economia argentina para o ano 2000 (IMF, 1999b).

²⁵⁹ Allen (2003) adianta que estas previsões eram baseadas na assunção que o crescimento seria mantido, os défices orçamentais cumpririam os objectivos fixados, as taxas de juro cairiam para níveis normais e o Plano de Convertibilidade se manteria igualmente.

²⁶⁰ Em 1998 os funcionários do FMI perspectivavam um crescimento da economia de 5% para o médio e longo prazo (IMF, 2003i).

²⁶¹ Somente após o incumprimento da dívida na Argentina, os funcionários do Fundo apresentaram novos instrumentos analíticos num documento chamado “Assessing Sustainability”.

²⁶² Sebastian Edwards (economista chefe para a AL do Banco Mundial) refere-se ao mau desempenho do Mercosul, referindo-se ao acordo regional como um protótipo de uma ineficiente união aduaneira, com uma elevada pauta de tarifas sobre as importações.

Argentina e o Brasil, o qual poderia representar um problema se “um acidente ocorresse no Brasil” (IMF, 1998c:17).

Esta “falha/omissão” do Fundo em não advertir com antecedência o Governo sobre o avolumar da dívida é explicada por Köhler (2002) ao afirmar que “existia tal euforia sobre o êxito do Presidente Menem que as nossas advertências eram ignoradas” (Köhler, 2002:1).

4.2.4 As Reformas Estruturais na Perspectiva do FMI

De acordo com Allen (2003:141), “ao contrário dos programas do Fundo dirigidos aos países asiáticos, a série de programas elaborados para a Argentina eram impressionantes pela pouca condicionalidade que continham²⁶³”.

Relativamente à inflexibilidade do mercado laboral que Allen (2003) considera como um dos pontos mais fracos da economia argentina, o autor refere que, no SBA de 1991, o Fundo não se referia a este ponto. No SBA de 1996, embora o Fundo sublinhasse a importância da legislação sobre o mercado de trabalho, também não havia qualquer tipo de condicionalidade. Mais tarde, no EFF de 1998²⁶⁴, o Fundo limitou-se, mais uma vez, a expressar a sua preocupação sobre a falta de progressos nesta área (Allen, 2003), “as observações sobre o mercado de trabalho eram ausentes e ultrapassadas por outras preocupações” (IMF, 2003i:64).

Numa conferência de imprensa, Camdessus refere que “verificamos no domínio da reforma laboral, que os desenvolvimentos mais recentes não estavam totalmente em linha com o espírito das

²⁶³ Como já foi referido anteriormente, só o SBA de 1991 continha condicionalidades quanto à reforma dos impostos e segurança social.

²⁶⁴ No EFF de 1998, o mercado de trabalho constituía um dos principais pilares do programa (IMF, 2003i).

nossas recomendações e tinham o potencial para introduzir mais rigidez” (IMF, 1998b:8).

Aliás, Camdessus refere que o programa acordado com as autoridades argentinas (programa relativo ao EFF de 1998) “foi parte da conclusão dum diálogo, que não foi conflitual, mas construtivo e para o qual o Governo, o congresso e os sindicatos contribuíram”(IMF,1998b: 8).

Em Janeiro de 2001, Standley Fischer²⁶⁵ apontava, oficialmente, como factores decisivos da recessão “a quebra de confiança (tanto dos investidores como dos consumidores) e o progressivo aumento das dificuldades de financiamento nos mercados internacionais que resultaram em maiores custos de endividamento e reduzido acesso aos investidores argentinos” (IMF, 2001:2).

De uma maneira geral, a posição dos funcionários do Fundo (que é dada a conhecer ao público) é unânime nas causas da crise: a Argentina não apresentava as condições necessárias à sustentabilidade de um *currency board* (uma grande economia, fechada e com inflexibilidade no mercado de trabalho). Este facto, juntamente com uma falta “endémica” de disciplina orçamental e um excessivo endividamento externo, levaram o país ao incumprimento da dívida e à depressão económica. Se, por um lado, o Fundo errou em sobrestimar o crescimento económico da Argentina, por outro errou em subestimar as suas vulnerabilidades.

Em termos de alternativas, a maioria concorda que a moeda deveria ter começado a flutuar, nos anos de recuperação económica (antes de 1998), ou, como alternativa, as autoridades poderiam ter procedido a uma desvalorização, dentro do âmbito do Plano de Convertibilidade²⁶⁶.

²⁶⁵ Standley Fischer era em 2001 “First Deputy Managing Director”.

²⁶⁶ A dolarização também é defendida por alguns economistas das instituições internacionais.

Por fim, admitem como maiores críticas à actuação do Fundo, a falta de pressão/condicionalidade para uma maior disciplina fiscal (nomeadamente no período 1995-1998), o prolongamento do suporte financeiro por tempo excessivo²⁶⁷ e a falta de crítica incisiva às políticas seguidas pelo Governo argentino que eram “claramente inadequadas” (Wijnbolds, 2003:111).

O Fundo alega que a sua decisão de manter o apoio à Argentina, durante o período de pré-crise, deve ser avaliado num contexto de alternativas disponíveis. Assim, entre os accionistas do Fundo, havia o receio que as políticas se pudessem deteriorar na ausência da supervisão do FMI. Quando a economia entrou em recessão, retirar o apoio, significava para o Fundo, precipitar uma crise que tanto o Governo como o Fundo desejam evitar. Em 2001, o FMI optou por continuar o seu financiamento à economia “na esperança que o Governo pudesse cumprir com os seus compromissos e que o crescimento e a confiança pudessem ressurgir, ou seja permitir que as autoridades se pudessem “redimir” (IMF, 2003i:67). Contudo, no momento presente, o Fundo reconhece que o seu envolvimento num país deveria basear-se na qualidade das políticas a implementar e não nos potenciais custos associados à supressão do apoio.

Os economistas do Fundo insistem em afirmar que o estabelecimento e a manutenção do Plano de Convertibilidade, a privatização da segurança social e outras políticas que contribuíram para a crise, se devem em exclusivo ao Governo argentino (Cibils *et al*, 2002).

A “ownership” dos programas seguidos pela Argentina, foi precisamente a forma encontrada por Dawson (IMF 2001b:5), para descartar o Fundo de qualquer responsabilidade na crise, quando respondia numa conferência de imprensa em Dezembro de 2001; “o nosso relacionamento com a Argentina tem-se baseado num trabalho em

²⁶⁷ É principalmente criticado o empréstimo de USD 40mm em Dezembro 2000. Muitas das críticas consideram que a reestruturação da dívida teria sido mais importante.

conjunto, mas a *ownership* dos programas é, fundamentalmente, devido pelas autoridades argentinas”.

Concordando ou não com as políticas tomadas pelo Governo argentino, elas acabaram por ter o apoio do FMI através da concessão de continuados empréstimos.

Allen (2003) considera, assim, que o Fundo não pode ser considerado um “observador” na Argentina, uma vez que, durante toda a década de 90, apoiou financeiramente o país através de sucessivos acordos. Embora não possa ser culpabilizado de tudo o que correu mal, deve ser responsabilizado pelos seus julgamentos e conselhos dados tanto em público como em privado.

Não obstante o Fundo alertasse o Governo para a necessidade de concluir as reformas estruturais (principalmente a reforma laboral), para uma maior disciplina orçamental (principalmente os gastos das províncias), o Governo, além de, sistematicamente, não cumprir os objectivos quantificáveis, adiava os compromissos tomados. Allen (2003:143) considera que “se o Fundo é alvo de críticas, neste contexto, a maior crítica é não ter feito a sua assistência, condicional da implementação das políticas”. Tal como o próprio Fundo admite: “a experiência argentina leva a que o Fundo tenha que repensar as suas funções, tanto em tempos normais como no contexto duma crise” (FMI, 2003i:71).

Finalmente, o actual director do FMI, vai mais longe nas suas críticas ao Governo argentino e à própria actuação do Fundo, repartindo as responsabilidades²⁶⁸. Referindo-se ao ano de 2001, Köhler aponta como uma das causas da crise a “falta de coesão política²⁶⁹, não somente entre os partidos, mas também dentro dos mesmos (...). O caminho para o crescimento não passa pelo populismo” (Köhler, 2002:2).

²⁶⁸ Köhler considera que os europeus, com o seu velho sistema de protecção agrícola, também não estão livres de responsabilidades (Köhler, 2002).

²⁶⁹ Cita o caso do Presidente La Rúa, que não era “suficientemente político para ser obedecido pelos poderes das províncias” (Köhler, 2002:2)

Quanto à responsabilidade do FMI, Köhler afirma que “o Fundo deveria ter estado mais atento à solidez das instituições argentinas e aos seus valores sociais. O desenlace da situação política e económica é a última etapa de um declive que já tinha começado décadas atrás” (Köhler 2002:2).

Para Köhler, o erro do Fundo foi não ter afirmado firmemente, em finais dos anos 90, que a desintegração das instituições teria um alto custo: “não prestámos a atenção suficiente aos lapsos das políticas de Menem. Advertimo-los que a Lei de Convertibilidade devia ser acompanhada por uma política sã, mas obviamente não fomos tão fortes. Havendo dito isto, compartilhamos este fracasso com a comunidade internacional” (Köhler, 2002:2).

4.3 A Posição Governo

Neste ponto iremos sublinhar as posições do Governo argentino (actuais e anteriores governantes) sobre as reformas efectuadas na década de 90, as causas da crise e o envolvimento do FMI neste processo.

A metodologia seguida foi baseada nos “Memorandos de Política Económica” e outras notas da conjuntura, publicadas pelo Ministério da Economia, artigos publicados e entrevistas aos meios de comunicação.

4.3.1 As Reformas Efectuadas e o Plano de Convertibilidade na Perspectiva do Governo

Segundo Duhalde, o modelo neo-liberal ficou esgotado em 1996: “tudo o que se fez de 1991 a 1996 poderia ter sido feito de uma melhor

forma, mas foi um grande avanço (...). A partir daí o modelo esgotou e temos que mudar” (Clarín, 1999).

Para o ex-governador do Banco Central, Pedro Pou²⁷⁰, o problema não é tanto o esgotamento do modelo, mas sim o facto de muitas das reformas efectuadas na década de 90 terem ficado incompletas.

Segundo Pou, a Argentina efectuou reformas fundamentais que incluíram a consolidação das instituições fiscais e monetárias, a abertura da economia, a privatização das empresas públicas que aumentaram a eficiência e reduziram a corrupção estrutural, a eliminação da maioria das regulamentações que impediam o investimento no sector privado, a transformação dos sistema de pensões e a consolidação do sistema bancário. Contudo, refere que não foram efectuadas/completadas todas as reformas necessárias, nomeadamente uma reforma política que levasse a um processo eleitoral com maior transparência, uma reforma do sistema judicial que originasse um maior cumprimento da lei e dos direitos de propriedade e uma maior flexibilidade laboral, em particular no sector público (Pou, 2002).

Domingo Cavallo reforça esta posição de Pou. O antigo ministro da economia refere-se, igualmente, à necessidade de se terem concluído as reformas do trabalho e segurança social, por forma a permitirem um crescimento do produto sem aumentos no desemprego e índices de pobreza: “no que respeita à desregulação laboral, insistimos em contratos de emprego mais flexíveis. Relativamente aos impostos, propusemos e começámos a eliminar encargos salariais. Quanto ao sistema de segurança social, exigimos que os Governos das províncias conduzissem as suas políticas mais para as áreas sociais da educação, saúde e assistência social” (Cavallo *et al*, 2002:8).

Cavallo refere que a não persecução destas reformas foi uma questão política, uma vez que o modelo neoliberal (responsável pelas

²⁷⁰ Pedro Pou foi Presidente do BCRA de 1996 a Abril 2001, quando foi substituído por Roque Maccarone (ver anexo 11).

reformas implementadas ao longo da década de 90) começou a ser questionado por grupos de pressão, que acusavam o mesmo de ter conduzido ao desemprego e pobreza²⁷¹ (Cavallo *et al*, 2002).

Para o ex-governador do BC, Mario Blejer, a questão não é somente política, mas também o resultado duma fraqueza institucional que “impedia o desenho e implementação de reformas estruturais que poderiam trazer ao sistema a flexibilidade necessária” (Blejer *et al*, 2002: 2).

Embora a sustentação do Plano de Convertibilidade (nomeadamente após a crise mexicana) e o impacto negativo dos choques externos (1998-99) no seu contexto, constituam um dos maiores alvos de crítica por parte de vários autores, Pou considera que o regime fixo foi capaz de resistir aos choques externos e defende, igualmente, a ancoragem ao USD. O comportamento do PIB, que recuperou no 4º trimestre de 1999 (embora tenha voltado a cair no 1º e 2º trimestre de 2000), o risco-país (que era de 1500 durante a crise e baixou para 500 em Janeiro 2000) e o investimento, que depois de ter atingido o seu mais baixo nível em Julho de 1999, recuperou em Janeiro de 2000 cerca de 13%, “são evidências que nos permitem concluir que a economia estava apta a absorver os choques Russo/Brasileiro, sem que qualquer mudança radical tivesse que ser feita ao programa económico”²⁷² (Pou, 2002:3).

Quanto à ancoragem ao USD, Pou considera que, numa economia fechada e fortemente dolarizada, como era o caso da Argentina, a estabilidade dos preços representava o seu maior benefício²⁷³.

Esta opinião não é partilhada pelo anterior ministro da economia, Domingo Cavallo, para quem o peso deveria ter começado a flutuar, em

²⁷¹ Segundo Cavallo, os grandes apoiantes da “mudança do modelo neo-liberal” eram Eduardo Duhalde e Raúl Alfonsín.

²⁷² Pou (2002) adianta que vários observadores, bancos de investimento, o Presidente De La Rúa e o próprio FMI (relatório de 24.02.2000) partilhavam, nessa altura, da mesma opinião, prevendo para 2000 uma taxa de crescimento de 3.5-4%

²⁷³ Pedro Pou foi forçado a demitir-se de Governador do BC em Abril de 2001, quando publicamente discordou com a mudança da política monetária seguida pelo Governo (Latin Business Chronicle, 2003).

1997, quando a economia se encontrava em ascensão: "(...) o Plano de Convertibilidade estabelecia um tecto para o câmbio do peso/dólar, mas não um limite mínimo. Assim, o peso poderia ter flutuado e sofrido uma apreciação nas alturas de grandes fluxos de capital para a Argentina. Esta característica criaria um mecanismo de saída ao regime fixo sem contudo se abandonar a convertibilidade" (Cavallo *et al* 2002:2).

Cavallo adianta que a razão para se manter o regime de paridade fixa foi política²⁷⁴.

Em qualquer dos casos, Cavallo refere que a recuperação económica verificada, na década de 90, foi devida, basicamente, ao aumento dos investimentos e da produtividade, dois elementos que não teriam sido possíveis sem o Plano de Convertibilidade (Cavallo *et al*, 2002).

As fraquezas e as principais razões pelo desaparecimento do Plano de Convertibilidade, são apontadas por Mario Blejer em três pontos complementares: a perda de competitividade da economia argentina (tendo por base o desenvolvimento da taxa de câmbio real), a inconsistência das políticas macroeconómicas e a diminuição dos fluxos de capital para as economias emergentes (Blejer *et al*, 2002).

4.3.2 Causas da Crise na Perspectiva do Governo

Pou defende o modelo seguido como "uma história de sucesso". O desenrolar da crise é vista pelo autor como "choques políticos no contexto de equilíbrios múltiplos" (Pou, 2002:3), ou seja, os choques políticos afectam uma economia vulnerável através do seu impacto nos

²⁷⁴ Em 1997, a rivalidade entre Menem e Duhalde (à altura Governador da Província de Buenos Aires) para as eleições presidenciais era grande. Ambos decidiram usar as despesas das províncias como instrumento de campanha. A apreciação do peso teria acabado com os fluxos de capital de curto prazo para a Argentina, o que tornaria mais difícil o financiamento das crescentes despesas das províncias (Cavallo *et al*, 2002)

investidores²⁷⁵. Dado o comportamento dos mercados de capital, dúvidas sobre a capacidade/vontade de pagar a dívida externa podem mover a economia de um equilíbrio estável para um desequilíbrio.

Assim, no final de 1999, a vulnerabilidade da economia argentina provinha não da dimensão da dívida em si ou da sua estrutura, mas sim das expectativas do mercado sobre alterações no crescimento, défice orçamental e/ou défice da conta corrente²⁷⁶.

Pou acusa particularmente Cavallo pelas suas políticas seguidas em 2001 e que levaram à quebra de confiança dos investidores e resultaram no congelamento dos depósitos: "a Convertibilidade ainda tinha hipóteses de se manter, mas o congelamento dos depósitos matou-a" (Pou, 2002:8).

Segundo Domingo Cavallo²⁷⁷ a recessão iniciada, em 1998, teve como origem o défice orçamental originado pela significativa expansão de gastos feitos pelas províncias e financiados pelos bancos locais. Este financiamento acabou por limitar o crédito ao sector privado. A recessão agravou-se com a desvalorização do real em 1999 e a depreciação sustentada do Euro entre 1999 e meados de 2001. O processo deflacionário decorrente (necessário para restabelecer o equilíbrio de longo prazo dos preços relativos entre os bens exportáveis e os não-transacionáveis) agravou mais a situação. Uma alternativa para suavizar o impacto destes choques seria ter adoptado, em Janeiro de 1999, uma ancoragem Dolar-Euro. Contudo, o Governo ignorou esta possibilidade, da mesma maneira que ignorou a possibilidade de flutuar a taxa de câmbio, em 1997 (Cavallo *et al*, 2002).

²⁷⁵ Pou considera como choques políticos: a falta de definição política de La Rúa que criou expectativas negativas nos investidores, a resignação do ministro Machinea (Março 2001) alguns meses após a obtenção do "Blindage" (este facto era um indicador que os objectivos do programa não iam ser cumpridos, nem Machinea conseguia obter suporte político para proceder aos ajustamentos necessários) e finalmente as políticas seguidas por Cavallo em 2001 (Pou, 2002).

²⁷⁶ Pou considera que o défice orçamental de 2.6% em 1999, não pode ser considerado grande pelos standards internacionais e que o défice da conta corrente, embora sendo de 4.2% do PIB, não era diferente do registado noutros países da AL (sendo que ¾ era financiado por IDE) (Pou, 2002).

Cavallo adianta, ainda, que a eliminação do défice orçamental implicaria a redução dos salários do sector público juntamente com a reestruturação da dívida pública. Assim, seria possível uma forte redução no pagamento dos juros, especialmente ao nível das províncias²⁷⁸.

Outra perspectiva é apresentada por Blejer. Para este, “o problema com a Argentina não era nem o *currency board*, nem a sobreavaliação da moeda, nem o défice orçamental, mas sim a inconsistência nas políticas” (Blejer,2002:27). O ex-governador do BC refere-se a três inconsistências: um rígido *currency board*, um défice orçamental que tinha de ser financiado de alguma forma e um desequilíbrio na função poupança/investimento (uma vez que o nível da taxa de poupança é inferior ao montante de investimento necessário para a economia crescer). Assim, Blejer considera que, uma vez que estas inconsistências não foram eliminadas, o Plano de Convertibilidade deveria ter sido abandonado mais cedo.

4.3.3 Papel do FMI na Perspectiva do Governo

O ministro da economia Roberto Lavagna²⁷⁹ foi claro na apreciação que fez ao papel do FMI na última década: “o FMI continuou, nos anos 90, a manter fortemente um modelo que levou à fome e à pobreza e que conduziu ao afundamento do sistema financeiro (...) As responsabilidades são, portanto, partilhadas” (Lavagna, 2002:2).

²⁷⁷ Domingo Cavallo foi ministro da economia de Janeiro de 1991 a Julho de 1996 (substituído então por Roque Fernández). Em Abril de 2001 voltou a ocupar as funções de ministro da economia até Dezembro desse ano.

²⁷⁸ Cavallo adianta que o Congresso aprovou uma lei que permitia a redução dos salários nominais do sector público. Se a Convertibilidade não tivesse sido abandonada, o Supremo Tribunal teria aprovado esta lei. Embora em Novembro 2001 tivessem sido anunciadas as 2 fases de reestruturação da dívida só a 1ª fase no montante de USD 55mm foi concretizada (Cavallo et al, 2002).

²⁷⁹ Lavagna tomou posse como Ministro da Economia em Abril de 2002 (ver anexo 11). Anteriormente tinha desempenhado funções como embaixador da Argentina na EU e Ministro de Comércio.

Kirchner²⁸⁰ também divide as responsabilidades da crise argentina entre o Governo e o Fundo: “o FMI tem responsabilidades no que se passou na Argentina. Levou-se por diante um modelo de concentração económica e exclusão social que conduziu à quebra institucional do país” (Clarín, 2003).

Quanto ao papel das Instituições Internacionais no desenho das políticas económicas, Lavagna refere que, embora o Governo tenha uma enorme responsabilidade no desenho e implementação dessas políticas, os organismos internacionais deverão acompanhar esse processo, ajudando a criar as bases de sustentação e propor alternativas: “as organizações multilaterais não podem desempenhar um papel pró-cíclico, como aconteceu, recentemente, na Argentina” (Lavagna, 2003 a:3).

Contudo, o acompanhamento do processo (nomeadamente por parte do FMI) careceu duma avaliação correcta e é alvo de crítica por vários membros do Governo: “o FMI baseou-se em percepções erradas e “fantasias” sobre a realidade da Argentina (...). Não entenderam a realidade da economia durante os anos 90 e voltaram a enganar-se em 2002 quando fizeram pouco caso da recuperação económica do país na segunda metade do ano 2002” (Lavagna, 2003:1).

Esta crítica é, oficialmente, expressa pelo Ministério da Economia, referindo-se às previsões do Fundo para uma queda de 16% do PIB em 2002, o que contrastava fortemente com os 11% do Ministério (Ministério de Economia, 2002).

Como vimos anteriormente, nem sempre as políticas seguidas pelo Governo argentino estavam de acordo com os “conselhos” do Fundo (entre outras, veja-se o caso do próprio Plano de Convertibilidade assim como do défice zero). Esta situação voltou a verificar-se, em 2002,

²⁸⁰ Kirchner foi eleito Presidente da Argentina em Maio de 2003.

quando se levantou um desentendimento entre o BC e o Fundo sobre a política monetária a seguir (Blejer, 2002)²⁸¹.

Embora se denotem posições diferentes quanto à manutenção do regime de câmbios fixos, a maioria dos governantes reflectem a sua preocupação na não persecução das reformas empreendidas no início da década de 90 (sendo as pressões políticas, as razões mais apontadas).

Não é defendido que o desenho das políticas económicas seguidas pelo Governo²⁸² tenha sido uma imposição do Fundo, se bem que os governantes se refiram a um “partilhar de responsabilidades” pela crise que se desencadeou no final de 1998, nomeadamente na leitura e projecções das variáveis macroeconómicas.

As pressões políticas²⁸³, a institucionalidade do regime e diferentes tomadas de posição dentro do próprio Governo são, usualmente, apontadas pelos ex-governantes como factor de desestabilização e não persecução de certas políticas²⁸⁴.

4.4 Os Economistas e o Debate sobre a Crise Argentina

É grande o debate teórico que se prende às principais causas da crise argentina. Para alguns analistas, o problema não teve tanto a haver com a actuação do FMI, mas sim com dificuldades estruturais da própria economia, nomeadamente o Plano de Convertibilidade (Calgano, Oni,

²⁸¹ Para evitar o excesso de liquidez na economia (provocado pela corrida aos bancos) que conduziria a situações de hiperinflação, o BC decidiu utilizar as taxas de juro como instrumento de esterilização, juntamente com a intervenção do BC no mercado de câmbios internacional. Foram criados novos instrumentos financeiros “bills” (que são uma espécie de obrigações com mais altas taxas de juro e menor prazo de maturidade). O FMI não concordou com a intervenção do BC e a utilização de reservas (Blejer, 2002).

²⁸² Esta afirmação é feita no âmbito da bibliografia consultada.

²⁸³ Cavallo afirma mesmo que “ a demissão de La Rúa e Rodriguez Saá foi parte dum golpe institucional que tinha a intenção de subverter a organização económica da Argentina (Cavallo, 2002 a).

²⁸⁴ Blejer (2002) refere que a razão do seu afastamento do Governo se deveu a diferentes pontos de vista com Lavagna, nomeadamente em questões tão fundamentais como a independência do BC (Blejer, 2002).

Feldstein, Weisbrot e Stiglitz) ou a falta de crescimento causado por um fraco nível de investimento e de exportações (Velasco).

Outros autores, acusam o FMI pela crise argentina pelo facto de terem imposto, como contrapartida para novos empréstimos, fortes reduções nos gastos públicos e aumento de impostos numa altura errada, ou seja, no meio duma recessão económica (Stiglitz). Ao mesmo tempo, há quem culpe o Fundo por ter sido demasiado permissivo (Dornbush).

Correntes mais conservadoras acusam o FMI de ter mantido os empréstimos à Argentina quando era já claro que a desvalorização e a moratória eram inevitáveis. Em oposição, economistas da AL, banqueiros ocidentais e muitos Argentinos culpam o FMI de ter voltado as costas à Argentina numa altura em que o Governo se propunha a reestruturar a dívida, o que poderia ter restaurado a confiança nos mercados financeiros. Finalmente alguns autores referem-se à compassividade do Fundo como sendo uma estratégia política (Ignacio Labaqui).

Apresentamos de seguida a relação dos factores que, de acordo com diversos autores, mais contribuíram para a crise, agrupando a análise dos diferentes pontos de vista segundo os grandes temas de debate.

4.4.1 Política Orçamental

Vários economistas argumentam que a política orçamental foi excessivamente relaxada. Nos anos em que se registou um rápido crescimento económico haveria margem de manobra para se proceder a políticas contra-cíclicas que poderiam ter reduzido a dívida.

As maiores fraquezas da política orçamental são normalmente associadas às limitações do Governo central para controlar os gastos das províncias (Meltzer (2002) refere-se mesmo à necessidade de se ter

criado uma lei de responsabilidade fiscal que controlasse as despesas das províncias), à utilização das receitas das privatizações para despesas correntes quando poderiam ter sido canalizadas para a redução da dívida e à evasão fiscal.

O sistema tributário argentino, segundo a opinião de vários autores era complexo e ineficiente, uma vez que além de não conseguir responder a novas mobilizações de receitas quando necessário, dava também lugar a várias isenções de pagamentos e amnistias. A administração do sistema, considerado um problema crónico na Argentina, além de acarretar altos encargos administrativos, levava igualmente a um alto nível de evasão fiscal.

Relativamente à conduta do FMI, Dornbusch considera que o Fundo deveria ter sido mais austero nas exigências de política orçamental e adianta que “os créditos concedidos à Argentina só significavam adiar a incómoda decisão de os obrigar a começar a poupar (...) embora a poupança não faça parte da “cultura” da AL” (Dornbusch, 2002:1).

Referindo-se às várias críticas feitas ao FMI pela imposição de uma política orçamental restritiva, Hausmann e Velasco adiantam que na perspectiva do FMI “uma contracção orçamental poderia tornar-se expansionista, uma vez que eliminaria medos de insolvência e tornaria os mercados de capitais mais atractivos” (Hausmann *et al*, 2002:1).

Contudo, os autores adiantam que o FMI colocou um ênfase excessivo no défice orçamental, “as expectativas em relação à política orçamental eram excessivas” (Hausmann *et al*, 2002:33).

Ocampo (2003), por seu turno, refere que a falta de austeridade na política orçamental só explica parte do problema, uma vez que a crise orçamental do final da década foi, em larga medida, endógena: “a contracção da actividade produtiva, traduzida na diminuição de receitas fiscais, criou um ciclo vicioso no qual os cortes nas despesas primárias eram, invariavelmente, insuficientes para contrabalançar a tendência de

crescimento do défice orçamental” (Ocampo, 2003:25). Assim, o défice orçamental não foi uma causa directa da crise, mas sim uma consequência da situação económica (Lischinsky, 2003).

Não somente a contracção da actividade económica terá sido responsável pela diminuição das receitas orçamentais, mas também os aumentos dos impostos na presidência de La Rúa terão contribuído para esta situação. Schuler (2002) argumenta que, embora o problema da dívida tivesse sido “herdado”, o Governo de La Rúa ao proceder a três aumentos de impostos²⁸⁵ levou à contracção da actividade económica²⁸⁶ e ao encorajamento da evasão fiscal, o que se traduziu em menores receitas fiscais e maior dificuldade em consolidar a dívida pública²⁸⁷.

4.4.2 O Plano de Convertibilidade

Muitas das críticas recaem sobre a adopção do próprio sistema monetário (que obrigava a Argentina a alinhar a sua política monetária com a dos EUA) dada a falta de flexibilidade para ajustamento de preços, a estrutura do comércio e a vulnerabilidade perante choques externos.

Assim, o regime de convertibilidade não permitia, quando necessário, a desvalorização da taxa de câmbio real, o que tornaria as exportações mais competitivas.

De acordo com esta análise, vários economistas concluem que a política orçamental poderia ser sustentável se não existisse o Plano de Convertibilidade. Como refere Stiglitz, a Argentina deveria ter sido encorajada a fixar-se a uma taxa de câmbio mais flexível ou, pelo menos,

²⁸⁵ O 1º aumento de impostos, em Janeiro de 2000, traduziu-se no aumento do imposto sobre o rendimento pessoal, pensões de reforma acima dos 24.000 pesos, taxas de saúde e alguns impostos indirectos. O 2º aumento, em Abril de 2001 impôs uma taxa às transações financeiras de 0.4% que viria em Agosto de 2001 a aumentar para 0.6%.

²⁸⁶ Embora, em 1999, o PIB tivesse sofrido um decréscimo de quase 4%, no 4º trimestre de 1999 verificou-se uma recuperação da economia de 5.4%.

²⁸⁷ Schuler (2002) considera que o aumento dos impostos reduz as receitas orçamentais por duas vias: reduzindo a quantidade de bens produzidos e aumentando o incentivo à evasão fiscal.

a uma taxa de câmbio mais representativa dos seus parceiros comerciais (Stiglitz, 2002 a).

As limitações impostas pelo Plano de Convertibilidade são analisadas linearmente por Krugman (1999:1) da seguinte forma: “o problema é que as mesmas regras que impediam a Argentina de imprimir moeda pelas más razões, também a impediam de o fazer pelas boas razões tais como: lutar contra as recessões e tentar salvar o sistema financeiro”.

Para Calcagno (2001:15) há a existência de um problema intrínseco do regime de convertibilidade, “dado o nível do tipo de câmbio real e a abertura da economia, a Argentina não pode crescer sem gerar rapidamente um défice comercial”. Por outro lado, o autor adverte para o facto de que, o não crescimento corresponderia a um desequilíbrio. O sistema de convertibilidade não resultava compatível com um desequilíbrio prolongado em nenhuma das duas frentes, uma vez que nem podia perder demasiadas reservas, nem podia financiar o défice orçamental, senão com dívida. Segundo o autor, durante os anos 90, foi possível colmatar estas exigências contraditórias graças ao abundante financiamento externo. O problema que se colocou, a partir do ano 2000, é o facto de já não se poder esperar um aumento do investimento estrangeiro através das privatizações, nem ser possível incrementar a dívida pública externa ao ritmo dos últimos anos, devido precisamente aos níveis de endividamento já alcançados.

Para Oni (2002:6) as vantagens imediatas do Plano de Convertibilidade foram contrabalançadas pelas suas desvantagens de longo prazo: “a eliminação da inflação no início dos anos 90, foi conseguida tendo como contrapartida a perda de flexibilidade no uso da política monetária. Assim, as autoridades não puderam responder à emergência de uma recessão, no final dos anos 90, através de uma expansão da moeda. A paridade levou a economia a uma via deflacionária e tornou-a vulnerável aos choques externos”.

No mesmo sentido aponta Felstein (2000), para quem o regime de câmbio fixo só poderia ter tido sucesso se o peso se tivesse tornado, suficientemente, competitivo por forma a gerar um superavit comercial que libertasse moeda estrangeira necessária para o pagamento dos juros da dívida externa. Por outro lado, mesmo a falta de competitividade gerada pelos câmbios fixos poderia ter sido ultrapassada se a produtividade tivesse aumentado mais do que os salários, permitindo que os preços argentinos pudessem baixar, relativamente, aos preços internacionais. Segundo o autor, o problema que Cavallo não previu foi que “fortes pressões dos sindicatos não permitiram a necessária redução nos custos de produção que a Argentina necessitava para se tornar internacionalmente competitiva” (Feldstein, 2002:3).

4.4.3 O Declínio dos Fluxos de Capital

Alguns autores referem o facto da Argentina depender excessivamente dos fluxos externos de capital, face à capacidade de gerar poupança interna, o que reflectia o lento desenvolvimento dos mercados financeiros internos.

Quando se verificou uma redução nos fluxos globais de capital para as economias emergentes (o chamado “*sudden stop*”) em 1998, a Argentina viu-se impossibilitada de servir a sua dívida externa, dada a falta de competitividade e o facto de o seu sector de exportações ser relativamente pequeno. O impacto da diminuição dos fluxos de capital não foi imediatamente sentida, dada a gestão cuidadosa da estrutura de maturidade da sua dívida (IEO, 2003).

A explicação desta dependência nos fluxos externos é dada por Rodrik (2002). Segundo o autor, a estratégia de desenvolvimento da Argentina era baseada numa ideia muito simples: a redução do

“*sovereign risk*”²⁸⁸, dado que a diminuição deste risco leva ao aumento dos capitais estrangeiros necessários ao crescimento económico. O Plano de Convertibilidade representava a base de partida desta estratégia.

No período de 1991-98, a Argentina foi considerada como uma das economias emergentes com mais sucesso e as perspectivas dos investidores permitiram que o país colocasse um significativo montante de obrigações nos mercados de capital internacionais (Fanelli, 2002)²⁸⁹.

Na realidade, a associação da convertibilidade com os livres movimentos de capital, levou a que a estratégia resultasse até 1998.

Contudo, no final de 1998, esta associação resultou “numa dinâmica macroeconómica perversa que, em última instância levou à moratória” (Fanelli, 2002:34).

Segundo a opinião de diversos economistas, uma das lições que se pode tirar da crise argentina é o facto do endividamento externo ser uma estratégia muito arriscada, quer provenha do sector estatal ou do sector privado.

4.4.4 Reforma Estrutural

A rigidez estrutural da economia argentina e a falta de reformas para solucionar este problema, é outro factor citado como tendo contribuído para a crise. O regime de convertibilidade levava a que os ajustamentos da taxa de câmbio real tivessem de ser feitos através de alterações nos preços. Isto significava que, a partir de 1995, os preços internos e os salários necessitariam de descer para compensar a apreciação do USD em relação às outras moedas. Contudo, não se

²⁸⁸ “Sovereign risk” (risco soberano) refere-se à probabilidade de um Governo não estar disposto a servir as suas obrigações externas, mesmo quando tem a possibilidade de o fazer (Rodrik, 2002)

²⁸⁹ Segundo Fanelli (2002) as obrigações argentinas representavam ¼ do J.P.Morgan’s Index relativo às obrigações das economias emergentes.

chegaram a realizar as reformas laborais necessárias e o progresso na liberalização noutras áreas, como as “*utilities*” e as infraestructuras foi lenta.

Um dos importantes aspectos da reforma estrutural argentina prendia-se com os efeitos derivados das privatizações. Este processo é criticado por Lischinsky (2003).

O autor refere que um dos objectivos das privatizações era a diminuição da dívida externa, o que não se verificou. Outro objectivo era a redução do défice público, ao serem eliminados os subsídios pagos pelo Governo para manter “*utilities*” públicas ineficientes. Cita como exemplo, o sistema ferroviário que era subsidiado pelo Governo (USD 2m/dia). Contudo, após as privatizações e após o sistema ferroviário ter sido reduzido para metade do seu tamanho²⁹⁰, o Governo continuou a garantir o mesmo subsídio. Stiglitz, por seu lado, adianta ainda que a maneira como foram feitas as privatizações não conduziram a preços mais baixos para os serviços básicos, tendo também efeitos adversos relativamente à situação orçamental (Stiglitz, 2000).

Também a privatização do sistema de segurança social é criticado por Lischinsky (2003). A privatização antecipava o desenvolvimento dum mercado de capital que deveria permitir financiar o crescimento.

Contudo, após a privatização, uma grande parte destes fundos de pensões foram usados em forma de empréstimos ao Governo, a altas taxas de juro, levando à deterioração do saldo orçamental.

Este autor refere-se ainda à redução dos encargos patronais ao sistema de pensões. Esta redução, que pretendia contribuir para a recuperação da economia e do nível de emprego, representava 10% das receitas fiscais. Uma vez que o emprego não cresceu, o decréscimo das contribuições foi outro dos factores que levaram ao agravamento do défice orçamental (Lischinsky, 2003).

²⁹⁰ Lischinsky (2003) refere que esta redução do sistema ferroviário deixou inúmeras cidades sem qualquer tipo de comunicações.

É opinião de diversos autores que a liberalização e as privatizações efectuadas, em vez de conduzirem ao crescimento que abrangeria toda a sociedade, acabaram por contribuir para a desigualdade na distribuição de rendimentos e o crescimento do desemprego.

4.4.5 Factores Institucionais e Políticos

Como refere Bouzas (2002), a existência de instituições públicas eficientes é condição necessária para que as políticas que devem ser adoptadas tenham bons resultados. Com frequência, o principal obstáculo que limita a eficácia das políticas públicas, está na fraqueza da sua implementação. Para o autor, muitas iniciativas anunciadas jamais se concretizaram e, no caso de se terem implantado, faltou-lhes um processo de acompanhamento e avaliação dos resultados produzidos.

Alguns críticos referem os aspectos institucionais e políticos da Argentina como factores que limitaram a capacidade do Governo federal na tomada de decisões quando confrontado com a crise. Tomam como exemplo o facto das campanhas eleitorais terem levado a compromissos pouco transparentes com as Províncias.

Fanelli partilha este ponto de vista. O autor refere-se à “fraca qualidade das políticas económicas num contexto de instabilidade política”. Sublinha mesmo que os factores políticos foram determinantes na “pouca eficiência do uso dos instrumentos contra-cíclicos disponíveis”.

Cita como exemplo o período pré-eleitoral de 1998-99 quando as autoridades seguiram políticas orçamentais inconsistentes que resultaram no sobre-endividamento do sector público (Fanelli, 2002:40).

É assim viável argumentar que as eleições contribuíram para aumentar as pressões por maiores recursos dos governantes tanto a

nível federal como provincial, com o objectivo de melhorar as suas chances nas eleições (Labaqui, 2003).

A coesão política é outro dos pontos em discussão. A crítica feita por vários analistas de que a falta de coesão política representou um importante motivo do agravamento da situação é refutada por Hausmann e Velasco. Os autores consideram que o Governo, desde sempre obteve do Congresso um “nível de delegação de poder sem precedentes”. Tanto os aumentos dos impostos, como o défice zero e outras tantas leis, foram aprovadas pelo Congresso” (Hausmann *et al* 2002:4).

A corrupção é também apontada como um factor que ensombrou a credibilidade das autoridades. Os escândalos financeiros que envolveram políticos do partido do presidente La Rúa, fizeram-no, na opinião de vários jornais argentinos, “perder a aura de incorruptível, que era o seu único capital” (*Expresso*, 2001).

Verdi (2003:2) refere-se mesmo à “reconstrução do poder institucional ante o perigo certo de dissolução nacional”²⁹¹.

Schuler²⁹² (2002:9), numa crítica ao poder político, adianta que “Menem gastou a maior parte do seu segundo mandato a tentar arranjar apoios para um inconstitucional terceiro mandato”. Embora se tivessem realizado reformas significativas, Menem acabou por não solucionar o problema da inflexibilidade das leis laborais, das carências dos serviços sociais e da burocracia.

4.4.6 Choques Externos

Grande parte dos autores referem-se ao Plano de Convertibilidade e à rigidez estrutural da economia como dois factores que não permitiram que a Argentina adoptasse políticas flexíveis como resposta aos choques

²⁹¹ Luis Verdi era o porta-voz do Presidente Duhalde. A frase acima citada consta do seu programa de medidas de emergência a realizar.

²⁹² Kurt Schuler é congressista do Governo dos EUA.

externos que sofreu no final da década de 90. Citam a crise russa de 1998, a qual levou à diminuição dos fluxos de capital para as economias emergentes, a desvalorização do real em 1999 com o seu impacto negativo na competitividade das exportações argentinas, a apreciação do USD a partir de 1995 que levou à sobreavaliação da taxa de câmbio real e, finalmente, o abrandamento global da economia que se iniciou em 2001 e que se repercutiu igualmente nas principais exportações argentinas.

Segundo Weisbrot (2002:5), "o maior erro da Argentina foi a taxa de câmbio fixa, mas, a causa imediata da crise argentina foi uma série de choques externos fora do seu controle, começando com a decisão da reserva federal americana de elevar as taxas de juro em Fevereiro de 1994".

Segundo Feldstein (2002), o impacto adverso dum taxa de câmbio sobreavaliada e uma excessiva dívida externa são as responsáveis pelo despontar da crise. Aliás, estas duas situações, tanto em separado como em conjunto, foram para o autor a causa de todas as crises de moeda dos últimos 25 anos. Sendo isto do conhecimento dos economistas da Argentina, Feldstein questiona-se como foi possível permitir que a crise se desenvolvesse. Uma possível resposta prende-se com o facto da convertibilidade ter trazido uma década de estabilidade de preços que levou ao crescimento económico. Quebrar este vínculo poderia significar voltar às altas taxas de inflação e a todos os problemas económicos que caracterizaram a década de 70 e 80.

Contudo, nem todos os autores partilham da mesma opinião. Para Schuler (2002), os factores internos tiveram um papel mais preponderante na crise argentina do que os factores externos. O autor refere-se em particular à desvalorização do real. Além do carácter fechado da economia argentina, o comércio com o Brasil (até à desvalorização do peso) não representava mais que 2.5% do PIB.

Mesmo tendo em conta as limitações do Plano de Convertibilidade, o autor afirma que “é pouco provável que, mesmo com um regime flutuante, a Argentina pudesse ter tido um melhor desempenho” (Schuler, 2002:9).

Esta posição é reforçada por Dornbush (2002:1) quando afirma que “o crescimento das exportações argentinas, na década de 90, estão, em média, acima das do Brasil, um facto que contradiz a preposição que a perda de competitividade das exportações argentinas *vis-à-vis* a desvalorização do real é a fonte de todos os problemas”.

4.4.7 A Dinâmica da Dívida

Conforme refere IEO (2003), a dinâmica da dívida passou a ter vida própria, limitando severamente as opções do Governo.

Vários autores enfatizam o facto de, após 1998, a combinação da dívida externa, o aumento do risco país e o lento crescimento do produto, terem causado um crescimento incontrolável do rácio dívida/PIB. Criou-se assim um círculo vicioso que só poderia ser parado por um “irrealista” superavit primário.

Embora vários analistas considerem que o rácio da dívida/PIB não era muito elevado, tendo em conta os rácios de outras economias da AL que não entraram em incumprimento, Fanelli (2002) considera que este facto oculta uma das assimetrias verificadas na economia argentina, nomeadamente o elevado rácio da dívida em relação às exportações²⁹³.

Hausmann *et al* (2002:30) consideram que, face ao que se passou na Argentina, os standards tradicionais de medição da sustentabilidade da dívida são claramente inadequados para países com

²⁹³ Fanelli (2002) considera ainda importantes duas outras assimetrias: 1º enquanto o grau de abertura da economia é baixo, a sua abertura para fluxos de capital é muito maior 2º embora o comércio com os EUA seja muito baixo, a maioria da dívida externa é denominada em USD.

“responsabilidades dolarizadas e potenciais alterações da taxa de câmbio real”.

4.4.8 O Sistema Bancário

O sistema bancário argentino foi considerado como um modelo das economias emergentes até 2001, em termos de políticas prudenciais, capitalização e liquidez. Como parte do programa para solidificar a arquitectura dos sistemas financeiros internacionais²⁹⁴, o FMI realizou a vigilância deste sector na Argentina no início de 2001. As conclusões apontavam então que os principais riscos para o sistema financeiro interno, eram devidos mais à situação macroeconómica, do que qualquer fraqueza institucional ou de regulamentação.

Os quatro anos de recessão económica após 1998 mostraram a vulnerabilidade deste sistema. Vários autores referem que a forma como o Governo acabou com a convertibilidade, nomeadamente o congelamento dos depósitos e a conversão forçada dos activos e passivos denominados em USD para Pesos a taxas assimétricas, contribuíram de forma decisiva para a fragilidade do sistema. Como resultado, em 2002, a Argentina não tinha somente uma crise de moeda mas também uma crise bancária.

4.4.9 Actuação do FMI

Como refere Jeffrey Sachs²⁹⁵, “o secretismo do FMI torna a apreciação das suas políticas extremamente difíceis para os

²⁹⁴ Este programa, de iniciativa conjunta do FMI e Banco Mundial é denominado “Financial Sector Assessment Programme” lançado em 1999.

²⁹⁵ J.Sachs (Director do Harvard Institute for International Development) in “Problems with conditionality” (IMF, 1994).

observadores independentes”, uma vez que os detalhes dos acordos “*stand-by*” não são publicados²⁹⁶.

Mas não é só de secretismo que Stiglitz, por seu turno, acusa o Fundo, mas também de autoritarismo e ineficiência. Embora oficialmente as condições dos empréstimos sejam negociadas com os Governos, “o poder só se encontra dum lado e normalmente o Fundo não costuma ceder demasiado tempo para chegar a maiores *consensus*, tanto com parlamentares ou com a sociedade civil” (Stiglitz, 2000:2). Stiglitz enfatiza igualmente que as soluções económicas adiantadas pelo FMI, normalmente, pioram as circunstâncias, conduzindo abrandamentos económicos a recessões e recessões a depressões (Stiglitz, 2000)²⁹⁷.

No caso específico da Argentina, Stiglitz afirma que “se a Argentina tivesse seguido as instruções do FMI, agora estaria pior” (Stiglitz, 2002b).

O prémio Nobel sublinha que, em 2000-2001 (altura em que se verificou uma desaceleração da economia global), o FMI, ao encorajar uma política orçamental restritiva que deveria restaurar a confiança, cometeu um erro fatal. O corte dos gastos primários (10% entre 1999 e 2001) exacerbaram a crise (Stiglitz, 2002 a).

Na realidade, mesmo com a falta de transparência existente dentro do próprio Fundo (Cibils *et al*, 2002), seria fundamental apercebermo-nos com maior profundidade da sua actuação, uma vez que, tal como refere Weisbrot (2002), o crédito internacional está dependente da aprovação do FMI²⁹⁸. Contudo, tal como refere Feldstein (2002), os avultados empréstimos do FMI à Argentina levaram a que se adiasse a resolução de problemas fundamentais, inclusive o abandono do Plano de Convertibilidade.

²⁹⁶ As informações relativamente às posições do FMI e do Governo Argentino, foram retiradas dos boletins oficiais do FMI e do Governo, assim como de entrevistas à imprensa.

²⁹⁷ Stiglitz adianta ainda, que muitas vezes, os funcionários que o Fundo envia em missões aos países, carecem de conhecimentos sobre esse país (normalmente o staff é composto de alunos de 3ª categoria, de universidades de 1ª categoria), escrevem os seus relatórios mesmo antes de o visitarem e casos existem em que o mesmo relatório respeita a dois países diferentes (Stiglitz, 2000).

A maioria das críticas em torno da actuação do FMI apontam para três situações: os funcionários do Fundo não avisaram, adequadamente, o Governo argentino dos erros de certas políticas; encorajaram a persecução destas políticas providenciando mais empréstimos; e forçaram a Argentina a adoptarem políticas restritivas responsáveis pelos três anos de recessão que precederam a crise (Felstein, 2002).

Outro conjunto de críticas feito ao FMI, prende-se com os sucessivos incumprimentos argentinos que reflectem uma falha grave tanto na condicionalidade como na monitorização do Fundo. A esse respeito, Labaqui (2003) refere que há factores externos ao FMI que afectaram a capacidade da condicionalidade em induzir mudanças na política económica do país assistido pelo Fundo. O impressionante crescimento registado pelos fluxos privados de capital no último quarto de século, facilitados pelo levantamento de restrições, não só aumentaram a volatilidade financeira, como diminuíram a margem de manobra do Fundo para prevenir e controlar crises financeiras. Ou seja, a sobre abundância de capital privado a que acederam os mercados emergentes durante os anos 90 (pelo menos até à crise russa), “diminuiu o poder disciplinante da condicionalidade” (Labaqui, 2003:5).

A mudança de atitude do FMI em relação à Argentina ou seja, o forte apoio e extrema tolerância nos anos 90, contrastando com as posições tomadas em Dezembro de 2001 ao retirar-lhe o seu apoio financeiro, é igualmente tema de debate entre os economistas. Para Labaqui (2003), a pressão feita pelos países G7²⁹⁹, na medida em que tinham investido, fortemente, na Argentina, pode ser uma explicação para que o Fundo não fosse, demasiadamente, exigente com o país.

Para Mussa (2002) era conveniente ao Fundo, mostrar um país com êxito sobretudo após a crise asiática. Uma última explicação prende-

²⁹⁸ O autor refere que tanto o crédito do Banco Mundial, dos Governos europeus e mesmo o crédito necessário para as transações diárias no mercado internacional, está sujeito à aprovação prévia do FMI (Weisbrot, 2002).

²⁹⁹ G7 é uma forma abreviada que normalmente os autores utilizam para se referirem ao conjunto dos 7 países mais industrializados do mundo.

se com uma nova atitude da administração Bush relativamente à gestão das crises internacionais³⁰⁰, coincidente com a substituição de Stanley Fischer por Anne Kruger³⁰¹ em meados de 2001.

Durante toda a década de 90, a Argentina foi apontada pelo Fundo como modelo de desenvolvimento, ao ter-se empenhado de forma tão intensa num processo de privatização e liberalização da sua economia. O FMI ao manter o seu apoio financeiro ao país, mesmo quando o avolumar da dívida externa podia dar sinais de possível incumprimento, levanta uma questão: “como é que a Argentina, a aluna predilecta dos anos 90, se tornou a “leprosa” da comunidade internacional?” (Labaqui *et al*, 2002:1).

O próprio Departamento de Avaliação Independente do FMI (IEO-Independent Evaluation Office³⁰²) reconheceu que a crise argentina teve um impacto negativo sobre a reputação do Fundo; “desde a crise, que um número de observadores tem levantado questões sobre a eficiência e qualidade de financiamento efectuado pelo FMI (...). O eventual colapso da Convertibilidade e as adversas consequências económicas e sociais para o país, tiveram acertadamente ou não um custo para a reputação do Fundo” (IEO 2003:1/2).

4.5 Uma Síntese

Apesar das reformas efectuadas pelo Governo argentino e do contínuo apoio financeiro prestado pelo FMI (acompanhado de recomendações acerca das políticas a implementar), as vulnerabilidades da economia argentina e as suas deficiências estruturais foram

³⁰⁰ O Secretário do Tesouro americano O'Neil afirmou que toda a ajuda financeira para a Argentina seria inútil se a Argentina não pudesse sustentar altas taxas de crescimento por um determinado período. Conforme refere Labaqui *et al* (2002) na perspectiva de O'Neil, tratava-se de uma forma de castigar os especuladores que tinham emprestado fundos à Argentina a altas taxas de juro, na perspectiva de que, mesmo perante uma potencial moratória, o FMI iria manter o seu apoio financeiro ao país.

³⁰¹ Segundo Labaqui *et al* (2002) as posições assumidas por Kruger, eram mais próximas da nova administração Bush.

exacerbadas pelos choques externos que atingiram a economia no final da década de 90.

A recessão económica, iniciada no final de 1998, culminou em Dezembro de 2001 com a declaração por parte do presidente Saá do incumprimento da dívida externa e em Janeiro de 2002 com o abandono do Plano de Convertibilidade.

Se por um lado a crise russa de 98 e a interrupção dos fluxos de capital para as economias emergentes, tiveram efeitos imediatos na economia argentina através de custos de financiamento mais altos, a desvalorização do real em 99 e consequente apreciação do peso não permitiu que o sector das exportações funcionasse como escape para a crise. Em 2002 o PIB registou uma queda de 11% relativamente ao ano anterior e o desemprego atingiu os 21.5%.

O FMI reconheceu (pelo menos em 2003) que a sua acção ao longo da década de 90 falhou em dois pontos fundamentais: se por um lado sobrestimou o potencial de crescimento da economia argentina, por outro lado subestimou as suas vulnerabilidades. Embora os economistas do Fundo considerassem que a Argentina não apresentava as condições necessárias à sustentabilidade de um *currency board* (economia fechada e com inflexibilidade no mercado de trabalho), os seus programas pecavam por falta de condicionalidade estrutural.

O FMI aponta como maior falha e principal causa da crise a falta endémica de disciplina orçamental. Contudo, a acção do FMI limitou-se a perdoar os contínuos desvios verificados, pressionando para que fossem feitos os ajustamentos necessários no ano seguinte.

A maioria dos actuais e ex-governantes argentinos reconhecem que o facto de muitas das reformas iniciadas, no início da década de 90, não terem sido completadas, constituiu uma das principais vulnerabilidades da economia argentina. As pressões políticas, a

³⁰² O IEO foi criado em Julho de 2001 por iniciativa da direcção do FMI. O seu objectivo é analisar o trabalho do Fundo com total independência dos seus quadros técnicos (ver anexo 12). O primeiro trabalho que será apresentado pelo IEO em meados de 2004 será sobre a actuação do FMI na Argentina.

fraqueza institucional e a instabilidade governamental são as principais razões apontadas para o facto.

Embora a sustentação do Plano de Convertibilidade (nomeadamente após a crise mexicana) tenha sido posto em questão, mais uma vez o factor político sobrepôs-se à racionalidade económica.

Relativamente à actuação do FMI, a principal crítica refere-se à avaliação incorrecta da realidade argentina por parte do Fundo, nomeadamente na leitura das variáveis macroeconómicas no final de 1998.

Finalmente, na perspectiva dos economistas independentes, as opiniões quanto às causas da crise e à actuação do Governo/FMI dividem-se. Se para alguns as raízes do problema se encontravam nas deficiências estruturais da própria economia, para outros as pressões políticas e a permissividade do FMI não devem ser excluídos.

Contudo, como causas mais próximas da crise, os economistas são unânimes em apontar o Plano de Convertibilidade e a rigidez estrutural da economia como os dois factores principais que não permitiram que a Argentina adoptasse políticas flexíveis como resposta aos choques externos que sofreu no final da década.

O debate estende-se ainda para uma política orçamental relaxada, uma excessiva dependência do financiamento externo, a falta de reformas para contornar a rigidez estrutural da economia e a própria incapacidade do Governo argentino para gerir os seus problemas económicos.

Quanto à actuação do FMI, são-lhe apontadas falhas graves tanto na ausência de condicionalidade nos seus programas, como na monitorização do Fundo ao abrigo do artigo 4º.

Conclusão

Depois de ter sido considerada nos finais da século XIX como um dos países mais ricos do mundo, a Argentina foi ao longo do século XX perdendo a sua importância relativa a nível internacional. As altas taxas de crescimento verificadas até 1929 assentavam, fundamentalmente, na exportação de produtos agro-pecuários, para os quais o país apresentava uma forte vantagem comparativa. Este crescimento, muito vulnerável à oscilação dos preços dos mercados internacionais e da procura externa, foi largamente sustentado por capitais externos.

Após a grande recessão a Argentina adoptou várias estratégias de desenvolvimento que passaram pela substituição de importações a várias tentativas de liberalização da sua economia. O período de 1947 a 1980 foi caracterizado por grande instabilidade política, com a alternância de sucessivos regimes políticos, e períodos de crescimento económico logo seguidos de quebras e de recuperações normalmente lentas. Os anos 80 foram considerados, tal como para a maioria das economias emergentes, uma década perdida em que se verificou o avolumar da dívida externa, um crescimento negativo do produto e uma situação de hiperinflação.

Os anos 90 representaram uma mudança estratégica na concepção do desenvolvimento. O Governo argentino, apoiado financeiramente pelo FMI procedeu a um conjunto de reformas neoliberais que até 1998 se traduziram em elevadas taxas de crescimento económico. O Plano de Convertibilidade iniciado em 1991 que estabeleceu a paridade entre o peso argentino e o dólar americano, permitiu no início da década resolver os problemas de hiperinflação e dar ao país credibilidade internacional, tendo contudo como contrapartida, a perda de flexibilidade no uso da política monetária.

No final de 1998 iniciou-se uma crise económica que se prolongou pelos quatro anos seguintes acarretando graves consequências políticas, económicas e sociais. O modelo neo-liberal começou assim a ser questionado e acusado de ter conduzido ao desemprego e à pobreza.

A este propósito, diversos trabalhos têm colocado diferentes ênfases sobre as origens da crise argentina, sendo difícil apontar uma causa única. Não obstante, a maioria dos autores concorda em afirmar que a Argentina não apresentava as condições necessárias à sustentabilidade de um *currency board* e que havia uma excessiva dependência dos fluxos externos de capital face à capacidade de se gerar poupança interna. Assim, quando em 1998 se verificou o chamado *sudden stop* (crise russa de 1998), a Argentina viu-se impossibilitada de servir a sua dívida externa, dada a falta de competitividade gerada pelo regime de câmbios fixos e a pequena dimensão do seu sector de exportação.

O que parece certo é que tanto motivos internos como externos se potenciaram para formar um círculo vicioso que se caracterizou por necessidades de endividamento crescentes, défices orçamentais e sobrevalorização real da moeda. O crescimento verificado até 1998, acabou por demonstrar a fragilidade do mesmo e a vulnerabilidade do país aos choques externos.

A grave crise económica experimentada pela Argentina no período de 2001-2002, parece ter dado um sólido fundamento aos críticos do neo-liberalismo e das políticas económicas que o FMI promove, na medida em que a Argentina era apresentada pelo Fundo como a "aluna modelo". Na realidade, tal como refere Rodrick (2002:15) "o país empenhou-se virtualmente, mais que qualquer outro na América Latina, na liberalização do seu comércio, reforma fiscal, reforma financeira, e privatizações".

O debate sobre a crise argentina fez redobrar as críticas ao FMI que já anteriormente se tinham feito sentir com a actuação do Fundo na

crise do Sudeste Asiático. Neste contexto, em que o Fundo era objecto de duras críticas, a Argentina que, em 1996 e 1997, tinha mostrado uma sólida recuperação económica após a “*tequilla crisis*” (crise mexicana de 1994), aparecia como um caso de sucesso sobre o qual valia a pena chamar a atenção.

Pensamos que são óbvios os limites dos que argumentam que a Argentina não terá sido aluna modelo. Além de não ter cumprido com a implementação das políticas prescritas pelo Fundo, nomeadamente a reforma laboral e o aperfeiçoamento do sistema de impostos, a Argentina falhou sistematicamente com os objectivos quantificáveis acordados com o FMI, nomeadamente com as metas da política orçamental. A resposta do FMI traduziu-se, na maior parte das vezes, em perdoar ou simplesmente ignorar estes incumprimentos.

Depois de termos analisado as posições do FMI, do Governo e de economistas independentes, consideramos que as responsabilidades pela presente crise devem ser partilhadas pelo Fundo e o próprio Governo argentino, o que vai de encontro à nossa hipótese de trabalho.

Se por parte do Governo as pressões políticas, a corrupção, a não conclusão de certas reformas e o adiar de decisões fundamentais como o abandono do Plano de Convertibilidade, tenham influenciado o desenrolar da crise, a falta de aconselhamento e a inadequada vigilância dos programas, são certamente falhas a apontar ao FMI.

Contudo, pensamos que houve mais cooperação do que conflito entre o FMI e o Governo argentino nas reformas económicas efectuadas ao longo da década. Verificou-se que a apropriação das políticas seguidas coube exclusivamente ao Governo e, se bem que nem todas as reformas tivessem obtido o suporte unânime dos funcionários do FMI, como foi o caso, nomeadamente, do próprio Plano de Convertibilidade, publicamente o Fundo apoiou-as energicamente.

Em suma, a cooperação revelou-se inversamente proporcional à mediatização da chamada crise argentina.

Se bem que a crise argentina tivesse tido efeitos nefastos sob o ponto de vista económico e social, permitiu, ao menos, que se tirassem algumas importantes ilações. O debate aceso que se gerou à volta da mesma, levou o FMI a proceder a uma introspecção mais profunda da sua actuação, tanto ao nível do desenho dos seus programas, como da prevenção de crises do mesmo cariz.

BIBLIOGRAFIA

Adamson, M. (1985), "The International Debt Problem: the Case of Argentina", Foundation for Economic Education, Inc., vol.35, nº12, Dezembro

Allen, M. (2003), "Some Lessons from the Argentine Crisis: A Fund Staff View", pp:120-149 in *The Crisis that Was Not Prevented*, Fondad, Janeiro

<http://www.fondad.org/publications/argentina>

Alston, L. e Gallo, A. (2002), "The Erosion of Legitimate Government: Argentina, 1930-1947", National Bureau of Economic Research, Fevereiro

Baker, D. e Weisbrot, M. (2002), "The Role of Social Security Privatization in Argentina's Economic Crisis", CEPR, Abril

Bandeira, L. (2002), "O FMI e o Colapso da Argentina", revista *Espaço Académico*, nº 17

www.espacoacademico.com.br/017/17mbandeira.htm

BCRA (Banco Central Republica Argentina) (2001), *Boletim Monetario y Financiero*, 4º Trimestre 2001

Beker, V. (2000), "Globalization and Unemployment: The Case of Argentina", Universidad de Belgrano, Buenos Aires

Bird, G. (2001), "IMF Programs: Do They Work? Can They Be Made to Work Better?", *World Development*, vol. 29, pp:1849-1865

Birdsall, N. (2002), "What Went Wrong in Argentina?", Center for Global Development, Janeiro

www.cgdev.org

Blejer, M. (2002) Interview to the *Central Banking Magazine*, pp:24-30, Junho
www.centralbanking.co.uk/publications/journals/pdf/Blejer

Blejer, M., Henke, A., Levy-Yeyati, E. (2002), "The Argentine Crisis: Issues for Discussion", Workshop "The Argentine Crisis", Cambridge, National Bureau of Economic Research, Novembro
www.nber.org/~confer/2002/argentina02/argentina_bg

Bonilla, E. e Schamis, H. (1999), "The Political Economy of Exchange Rate Policies in Argentina, 1950-1998", Banco Interamericano de Desenvolvimento, Centro de Investigação, Working Paper nº 379

Boughton, J. (2001), "Silent Revolution: The International Monetary Fund 1979-1989", IMF
www.imf.org/external/pubs/ft/history/2001

Bouzas, R. (2002), "A Argentina Depois das Reformas", *Revista Brasileira do Comércio Exterior*, nº 71
www.funcex.com.br/bases/71

Bulacio, J. e Ferullo, H. (2001), "El Déficit Fiscal en Argentina y sus Consecuencias Macroeconómicas", Universidad Nacional de Tucumán
www.faceherREERa.untedu.ar

Buonuome, R. e López, E. (1987), *Relevamiento Estadístico de la Economía Argentina 1981-1986*, Banco de Análisis y Computación

Calcagno, A. e Manuelito, S. (2001), "La Convertibilidad Argentina: Un Antecedente Relevante para la Dolarización de Ecuador?", *Revista de la CEPAL*, serie 15, Santiago Chile, pp: 5-42, Junho

Calvo, G. (2003), "Sudden Stops, the Real Exchange Rate and Fiscal Sustainability: Argentina's Lessons", National Bureau of Economic Research, Working Paper nº 9828

www.nber.org/papers/w9828

Camdessus, M. (1995), "Drawing Lessons from the Mexican Crisis: Preventing and Resolving Financial Crisis, the Role of the IMF", Washington Conference of the Council of the Americas, Maio

<http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm>

Camdessus, M. (1996), *Facing the Globalized World Economy: The IMF Experience*, Washington

Canitrot, A. (1980), "La Disciplina Como Objetivo de la Política Económica, un Ensayo Sobre el Programa Económico Del Gobierno Argentino Desde 1976", *Desarrollo Económico*, vol XIX, nº 76

Carrera, J. (2001), "Hard Peg and Monetary Unions. Main Lessons from the Argentine Experience"

<http://150.108.69.10/public/m.union/abstracts/Carrerapaper.pdf>

Casalinho, C. (2002), "Os Dilemas da Argentina", *Economia Pura*, Março, pp:62-66.

Cavallo, D. e Cavallo, E. (2002), "Argentina 2002: When the Attempt to Set "The Right Prices" Destroyed "Property Rights"

<http://www.stern.nyu.edu>

Cavallo, D. (2002a), "An Institutional Coup", Workshop "The Argentine Crisis", Cambridge, National Bureau of Economic Research, Julho

Chudnovsky, D. e López, A. (2002), "Estrategias de las Empresas Transnacionales en la Argentina de los Años 1990", *Revista de la CEPAL*, 76, pp:161-171

Cibils, A., Weisbrot, W. e Kar, D. (2002), "Argentina Since Default: the IMF and the Depression", CEPR, Briefing Paper, Setembro

http://www.cepr.net/argentina_sincedefault.htm

Díaz, A. (1970), *Essays on the Economic History of the Argentine Republic*, New Haven, Yale University Press

Di Tella, G. (1986), "La Estrategia del Desarrollo Indirecto Veinte Años Después", *Desarrollo Económico*, vol XXVI, nº101

<http://www.educ.ar>

Dornbusch, R. (2002), "Argentina: Over the Cliff and On The Rocks", Editorials, Janeiro

<http://econ.www.mit.edu/faculty/dornbusch/editorials.htm>

Dornbusch, R. e Pablo, J. (1989), "Argentina: Debt and Macroeconomic Instability", National Bureau of Economic Research, Working Paper nº 2378

Easterly, W. (2002), "What Did Structural Adjust?", Center for Global Development, Working Paper nº11, Outubro

Edwards, S. (2002), "This Argentine Scheme", *Financial Times*, 21 Janeiro

Eshag, E. e Thorp, R. (1965), "Las Consecuencias Económicas y Sociales de las Políticas Económicas Ortodoxas Aplicadas en la Republica Argentina Durante los Años de Postguerra", *Desarrollo Económico* Vol IV, nº16, pp: 1-61

Estevão, J. (1999), "O Estado e o Desenvolvimento Económico", CESA, ISEG/UTL

Fanelli, J. (2002), "Crecimiento, Inestabilidad y Crisis de la Convertibilidad en Argentina", *Revista de la Cepal* 77, pp:25-45

Fanelli, J. e Frenkel, R. (1993), *The Rocky Road to Reform*, London: MIT Press

Fanelli, J. e Frenkel, R. (1996), "The Argentine Experience With Stabilization and Structural Reform"

www.webwork/Intranet/htm/Facultades/cempresariales

Feldstein, M. (2002), "Lessons from Argentina", Workshop "The Argentine Crisis", Cambridge, National Bureau of Economic Research, Julho

www.nber.org/~confer/2002/argentina02/argentina_bg

Ferrer, A. (2000), *La Economía Argentina: Las Etapas de su Desarrollo y Problemas Actuales*, Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 22ª edição, Buenos Aires.

Fernández, R. (1983), "La Crisis Financeira Argentina: 1980-1982", *Desarrollo Economico*, vol. XXIII, nº89

www.educ.ar

Folcini, E. (2000), "Deuda Externa Argentina, Estrategia para su Solución", Facultad Nacional de la Plata

www.uca.edu.ar/facultades/economicas/valores

Frenkel, R., Damil, M., Bouzas, R., Keifman, S., Fontana, A., Lenderozas, E. (1992), *Argentina- Evolucion macroeconomica, Financiacion Externa y Cambio Politico en la Decada de Los 80*, CEDEAL, Madrid

Frenkel, R. e Ros, J. (2003), "Unemployment, Macroeconomic Policy and Labor Market Flexibility, Argentina and Mexico in the 1990s", CEPAL

www.edu/cepal/papers/workshop/ros030305.pdf

Gay, A. e Pellegrini, S. (2002), "Tipo de Cambio Real y Crisis Cambiaria en Argentina (1967-2001)"

www.educ.ar

Hanke, S. (2002a), "Los Disparates de Argentina", entrevista publicada pelo CATO Institute, Janeiro

www.cato.org

Hanke, S. e Schuler, K. (2002), "What Went Wrong in Argentina?", *Central Banking Journal*, vol.12, nº 3, Fevereiro

www.cato.org/current/argentina/pubs/hanke_schuler_0202.pdf

Hausmann, R. (2001), "A Way Out for Argentina: The Currency Board Cannot Survive Much Longer", *Financial Times*, Outubro

www.nber.org~confer2002argentina02

Hausmann, R. e Velasco, A. (2002), "The Argentine Collapse: Hard Money's Soft Underbelly", Kennedy School of Government e Harvard University, Abril

Hermann, J. (2001), "A Experiência Argentina de Liberalização Financeira nos anos 1990: Uma Análise Crítica", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Março de 2001

Heymann, D. (2000), "Políticas de Reforma y Comportamiento Macroeconómico: La Argentina en los Noventa", *Serie Reformas Económicas*, CEPAL nº61

<http://www.unibo.edu.ar/publicaciones/working.html>

IEO (2003), "The Role of the IMF in Argentina, 1991-2002", *Draft Issues Paper for an Evaluation by IEO*

IEO (2003a), "Independent Evaluation Office Annual Report", Setembro

IEO (2003b), "Draft Issues Paper for an Evaluation of Technical Assistance Provided by the IMF", Novembro

IMF Chronology

IMF (1994), "Problems with Conditionality", *Public Policy Inquiry*

IMF (1995) *News Brief 95/9*, Março

IMF (1995a) *Press Release 95/18*, Abril

IMF (1996) *Press Release 96/15*, Abril

IMF (1997), "The Role of the Fund in Governance Issues-Guidance Note"

IMF (1998) *Staff Country Report 98/38*, Abril

IMF (1998a) *Press Information Notice 98/9*, Fevereiro

IMF (1998b) *Press Conference*, Abril

IMF (1998c), *The World Economic Outlook*, Press Conference of Michael Mussa,

IMF (1999a) *Public Information Notice 99/21*

IMF (1999b) *Press Conference*, 20 Abril

IMF (2001), *Press Release 1/3*, Janeiro

IMF (2001a) *News Brief 1/37*, Setembro

IMF (2001b), *Press Briefing*, 20 Dezembro

IMF (2001c), "Conditionality in Fund-Supported Programs – Overview", Policy Development and Review Department

IMF (2001d), "Transparency at the IMF: The Road Ahead", transcript of an Economic Forum

IMF (2002a), *Press Briefing*, 10 Abril

IMF (2002b), "Assessing Sustainability", *Policy Development and Review Department*, 28 Maio

IMF (2002c), "Guidelines on Conditionality"

IMF (2002d), "The Modalities of Conditionality – Further Considerations", *Policy Development and Review Department*

IMF (2003), *Glossary of Selected Financial Terms*

IMF (2003a), "Managing Financial Crisis", *Occasional Paper* nº 31, 10 Abril

IMF (2003b), "How Does the IMF Lend?, a Factsheet", Abril

IMF (2003c), "Technical Assistance, a Factsheet"

IMF (2003d), "IMF Surveillance, a Factsheet"

IMF (2003e), "Constant Purpose, Changing World. The IMF in the Twenty-First Century", apresentado por Anne Krueger

IMF (2003f), "IMF Reviews the Fund's Transparency Policy – Issues and Next Steps"

IMF (2003g), "Market Discipline and Public Policy: the Role of the IMF", por Anne Krueger

IMF (2003h), "The IMF and the World Bank – a Factsheet", Setembro

IMF (2003i), "Lessons from the Crisis in Argentina", *Policy Development and Review Department*, Outubro

Keifman, S. (1998), "Accounting for Growth: Argentina 1947-1994", Cedes
www.org.ar/espa/anales/pdf_98/Keifman

Köhler, H. (2002), in *Le Monde* de Janeiro de 2002

Krueger, A. (2002), "Crisis Prevention and Resolution: Lessons from Argentina",
Wokshop "The Argentina Crisis", Cambridge, National Bureau of Economic
Research, Novembro

www.nber.org/~confer/2002/argentina02/argentina_bg

Krugman, P. (1999), "Don't Laugh At Me Argentina", Slate, Julho
<http://slate.msn.com/default.aspx?id=32173>

Labaqui, I. (2003), "Argentina e a Monitorização do FMI nos Anos da
Convertibilidade", apresentação do Programa de Instituições Económicas
Internacionais à IEO do FMI

Labaqui, I. e López, G. (2002), "Argentina and the IMF: It Takes Two to Tango",
FLACSO-Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
<http://168.83.61.132/areasyprojectos/areas/ri/esiei/pdf/imf.pdf>

Lavagna, R. (2002), «Le FMI est Coresponsable du Désastre en Argentine», *Le
Monde*, 2 Novembro

Lavagna, R. (2003), *Discurso na Câmara Comercio dos EUA*, Fevereiro

Lavagna, R. (2003 a), *Adress to the Board of Governors of the Inter-American
Development Bank*, Março.

Lavagna, R., (2003 b), *Declaraciones de Funcionarios*, Ministerio de Economia,
11 Agosto.

www.mecon.gov.ar

Lenz, M. (2000), "Auge e Declínio da Economia Argentina", *Análise Económica*, nº33, pp: 121-141

Lenz, M. (2001), "Similaridades e Divergências nas Histórias Económicas da Argentina e do Brasil de 1870 a 1930: Elementos para uma Discussão", extractos da tese de doutoramento de Maio de 2001

Lewis, C. (1999), "The Political Economy of Macroeconomic Stability: History, Democracy and the Rules of the Economic Game in Argentina", London School of Economics & Political Science

[Http://www.lse.ac.uk/collections/economicHistory/pdf](http://www.lse.ac.uk/collections/economicHistory/pdf)

Lewis, C. (2002), "The Political Economy of State-Making: The Argentine, 1852-1955", Institute of Latin American Studies

Lischnsky, B. (2003), "The Puzzle of Argentina's Debt Problem: Virtual Dollar Creation?" in "The Crisis that Was Not Prevented", Fondad, Janeiro, pp: 81-100
<http://www.fondad.org/publications/argentina>

Markwald, R. (2000), "A Política Exterior Argentina: de Alfonsín a Menem", *Revista Brasileira do Comércio Exterior*, nº 63
www.funcex.com.br/bases/63

Medici, A. (2002), *Avaliando a Reforma da Previdência na Argentina nos Anos 90*, seminário organizado pelo IPEA e IBGE, Rio de Janeiro
<http://www.ipea.gov.br/Temas>

Meltzer, A. (2002), "Argentina and the IMF", testimony before the Committee on Financial Structure, Subcommittee on International Monetary Policy and Trade US House of Representatives, Março

Ministerio da Economia (2002), *Memorandum de Políticas Economicas del Gobierno Argentino para um Programa de Transición en el 2003*
<http://www.mecon.gov.ar>

Ministerio de Economía (2002), *Notas de la Coyuntura*, Outubro

Ministerio de Economía (2002a), *La Economía Argentina Durante 2002 y Evolución Reciente*

www.mecon.gov.ar/peconomia/informe/informe44/introduccion.pdf

Ministerio de Economía (2003), *La Economía Argentina Durante el Primer Trimestre de 2003 y Evolución Reciente*

Ministerio de Economía (2003a), *Argentina, Summary of the Official Methodology*

Mundlak, Y., Cavallo, D. e Domenech, R. (1990), "Economic Policies and Sectoral Growth: Argentina 1913-1984", OECD Development Centre, Technical Papers nº 18

Musacchio, A. (2000), "La Raíz de Distribución de Fondos entre la Nación y las Procincias", *La Gaceta*, nº2

www.econ.uba.ar

Mussa, M. (2002), *Argentina and the Fund: From Triumph to Tragedy*, WP Publications, Planeta

Ocampo, J. (2003), "The Mistaken Assumptions of the IMF", in "The Crisis that Was Not Prevented", Fondad, Janeiro, pp: 22-31

<http://www.fondad.org/publications/argentina>

OECD (1997), "Argentina in the 20th Century: an Account of Long-Awaited Growth", OECD, Development Centre Studies, Abril

www.oecd.org/document/33/0,2340

O'Connel, A. (2001), "El Regreso de la Vulnerabilidad y las Ideas Tempranas de Prebish Sobre el Ciclo Argentino", *Revista de la Cepal*, 75, pp: 53-67

O'Connel, A. (2002), "The Recent Crisis of the Argentine Economy: Some Elements and Background", Ankara, METU Conference, September 2002

Olivares, M. (2001), "O Comércio Externo Argentino e as suas Perspectivas no Processo de Globalização", CEDIN, Documento Trabalho 4/01

Oni, Z. (2002), "Argentine Crisis, IMF and the Limits of Neo-Liberal Globalization: A Comparative View From Turkey", revised Draft
<http://home.Ku.edu.tr>

Oscar, A., Beccaria, L., Rozada, M. (2002), "La Distribución del Ingreso en Argentina, 1974-2000", *revista de la CEPAL* n°78

Palgrave (1987), *a Dictionary of Economics*, McMillan Press, London

Paolera, G. e Taylor, A. (2002), *Straining at the Anchor: The Argentine Currency Board and the Search for Macroeconomic Stability, 1880-1935*, University of Chicago Press, 2002

Paolera, G. e Taylor, A. (1998), "Economic Recovery from the Argentine Great Depression: Institutions, Expectations and the Change of Macroeconomic Regime", National Bureau of Economic Research, Working Paper 6767
<http://www.nber.org/papers/w6767>

Pearlstein, S. (2002), "For IMF, Argentina Was an Unsolvable Puzzle", *Washington Post*, Janeiro, pp: Eo1
http://www.cid.harvard.edu/cidinthnews/articles/washpost_010302.html

Pou, P. (2000), "Argentina's Structural Reforms of the 1990s" *Finance & Development*, Vol. 37, n° 1

Pou, P. (2002), "The Argentine Crisis", Workshop "The Argentine Crisis", Cambridge, National Bureau of Economic Research, Novembro
www.nber.org/~confer/2002/argentina02/argentina_bg.html

Perry, G. e Servén, L. (2002), "The Anatomy of a Multiple Crisis: Why was Argentina Special and What Can We Learn from It?", Latin America and Caribbean Regional Office, *World Bank*, Maio

Porzecanski, A. (2002), "Argentina: The Root Cause of the Disaster", National Bureau of Economic Research conference in Cambridge, Julho

www.nber.org/crisis/argentinaprg.html

Ramos, G. e Hernández (2002), "The Argentine Crisis and The Role of The IMF", New York, 29 Maio

www.rbw.org/june2002/Argentinecrisis.ppt

Rodrik, D. (1996), "Understanding Economic Policy Reform", *Journal of Economic Literature*, vol.34, pp: 9 - 41

Rodrik, D. (2001), "Por Qué Hay Tanta Inseguridad Económica en América Latina?", *Revista de la Cepal*, 73, pp:7- 30

Rodrik, D. (2002), "Reform in Argentina, Take Two. Trade Rout", *The New Republic*, 2 Janeiro

<http://www.trn.com/011402/rodrik011402.html>

Roper, D. (2000), "Economic and Political Change in Argentina", Agosto

<http://csf.colorado.edu/debt/argentina>

Salvatore, R. e Newland, C. (2003), "Between Independence and the Golden Age: The Early Argentine Economy", capítulo 2 do livro *A New Economic History of Argentina*, editado por Paolera e Taylor, Cambridge University Press, Agosto

Schuler, K. (2002), "Fixing Argentina", A Cato Institute Working Paper, Abril 2002

Silva, J.R. (2001), "A Argentina Bloqueada, 1998-2001, Que Vias Para a Superação do Impasse?", *Informação Internacional*, Vol 1, pp: 45 - 67

www.dpp.pt/pdf/infini01-1/11.pdf

Stiglitz, J. (2000), "The Insider: What I Learned at the World Economic Crisis", *The New Republic* 17 Abril

Stiglitz, J. (2002), "Conferencia de Stiglitz en Argentina", Acara

www.geocities.com/athens/bridge/8651/stiglitz.html

Stiglitz, J. (2002 a), "Lessons From Argentina's Debacle", *Times*, 10 Janeiro

Stiglitz, J. (2002 b), *Entrevista ao Jornal El País* em 20 Maio

Stiglitz, J. (2002 c), *Globalização a Grande Desilusão*, Terramar, Lisboa, 1ª edição

Taylor, A.M. (1992), "External Dependence, Demographic Burdens, and Argentine Economic Decline After the Belle Époque", *The Journal of Economic History* vol.52, nº4

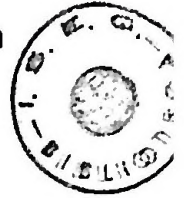
Taylor, A.M. (1994), "Three Phases of Argentine Economic Growth", National Bureau of Economic Research, *Historical Paper* nº 60

The Economist (2003), "Poised for Growth?", edição de 5 Abril, pp:50

Torrente, D. (2001), "Globalización e Industria. El Caso de Argentina", *Indicadores Económicos*, nº 45, Outubro de 2001

www.eco.unne.edu.ar/economy/revista/45/04pdf

Treber, S. (1977), *La Economía Argentina: Análisis, Diagnóstico y Alternativas*, Ediciones Macchi, Buenos Aires



Velasco, A. (2001), "Argentina's Bankruptcy Foretold", *Time*, Latin American edition, 23 Julho.

Velasco, A. (2002), "The Grand Illusions", Center for International Development, Harvard University, Agosto 2002

Verdi, L. (2003), "El Gobierno, por la Puerta Grande", *Clarín* nº 2604, Maio

Weisbrot, M. (2002), "What Are They Doing To Argentina?", ZNET, 25 Junho

Weisbrot, M. e Baker, D. (2002), "What Happened to Argentina?", Center for Economic and Policy Research, 31 Janeiro

<http://www.cepr.net/IMF/>

Weisbrot, M. e Baker, D. (2002a), "When "Good Parents" Go Bad: The IMF in Argentina", Center for Economic and Policy Research, Abril

Wijnbolds, J., (2003), "The Argentine Drama: A View from the IMF Board", p.101-119 in *The Crisis that Was Not Prevented*, Fondad, Janeiro, pp: 101-119
<http://www.fondad.org/publications/argentina>

Williamson, J. (2002), "What Washington Means by Policy Reforms", capítulo 2 do livro *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*

Williamson, J. (2002 a), "Did the Washington Consensus Fail?", Institute for International Economics, November

World Bank (1998), *World Trade Press*

Woodroffe, J. e Jones, M. (2000), "States of Unrest: Resistance to IMF Policies in Poor Countries", *Global Exchange*, Setembro
www.globalexchange.org/campaigns/wbimf/statesOfunrest.html

Imprensa:

Clarín (1999), "Duhalde Toma Distancia de Menem y Crítica al FMI por el Ajuste Social", 11 Maio

Clarín (2003), "Kirchner: No Voy a Firmar Algo que el País no Pueda Cumplir", 24 Junho

Expresso (2001), "Argentina a Caminho da desvalorização da Moeda", 28 Dezembro

La Nacion (1998), "Menem, la Reforma Laboral y el FMI", 24 Abril

La Nacion (2000), "Acepta el FMI que No Se Cumplan las Metas Fiscales", 21 Agosto

Latin Business Chronicle (2003), "Argentina: Economic and Political Overview"

ANEXOS

Lista de Anexos

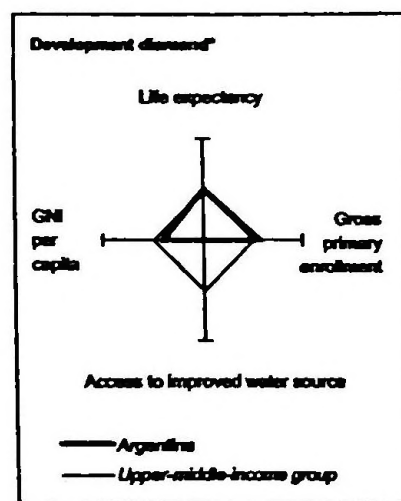
	Pág.
Anexo 0: Argentina at a Glance.....	176
Anexo 1: Indicadores Macroeconómicos de 1913 a 1940.....	178
Anexo 2: Presidentes da Argentina.....	179
Anexo 3: Evolução de Alguns Indicadores Macroeconómicos de 1960 a 1990.....	180
Anexo 4: Coeficientes de Liquidez.....	181
Anexo 5: Balança Comercial de 1980 - 2001.....	181
Anexo 6: Balança Comercial Argentina com os países do Mercosul 1995 -1999.....	182
Anexo 7: Exportação por Produtos: 1995 - 2001.....	182
Anexo 8: Comércio Externo por Região Destino de 1995 a 1999.....	183
Anexo 9: Taxas de Crescimento do PIB na América Latina.....	183
Anexo 10: Argentina: Key Macroeconomic Indicators 1992-98...	184
Anexo 11: Cronologia dos Ministros de Economia e Presidentes do Banco Central na década 90.....	185
Anexo 12: IMF Organization Chart.....	186
Anexo 13: IMF Managing Directors.....	187
Anexo 14: Senior Officials of the IMF.....	189
Anexo 15: Alguns Rácios da Dívida Pública em Dezembro 2001.....	191
Anexo 16: Dívida Pública Argentina em Setembro 2001.....	191
Anexo 17: Acordos e Empréstimos do FMI à Argentina desde 1983.....	192

Argentina at a glance

94/03

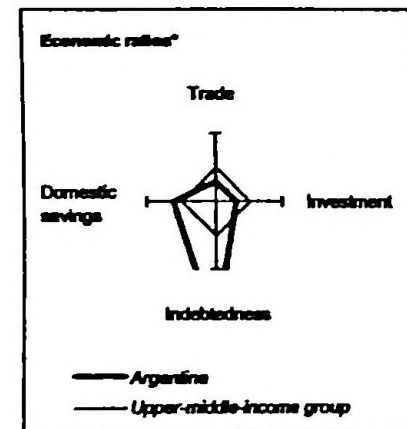
POVERTY and SOCIAL

	Argentina	Latin America & Carib.	Upper-middle-income
2002			
Population, mid-year (millions)	37.9	527	331
GNI per capita (Atlas method, US\$)	4,080	3,280	5,040
GNI (Atlas method, US\$ billions)	154.7	1,727	1,668
Average annual growth, 1996-02			
Population (%)	1.2	1.5	1.2
Labor force (%)	2.2	2.2	1.8
Most recent estimate (latest year available, 1996-02)			
Poverty (% of population below national poverty line)	55	-	-
Urban population (% of total population)	88	76	75
Life expectancy at birth (years)	74	71	73
Infant mortality (per 1,000 live births)	17	27	19
Child malnutrition (% of children under 5)	5	9	-
Access to an improved water source (% of population)	-	86	90
Literacy (% of population age 15+)	3	11	7
Gross primary enrollment (% of school-age population)	120	130	105
Male	120	131	106
Female	120	128	105



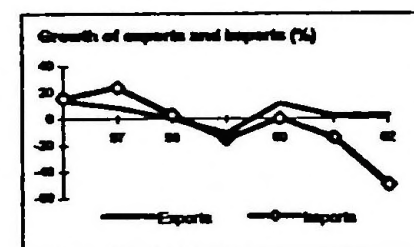
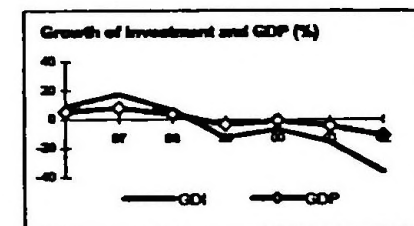
KEY ECONOMIC RATIOS and LONG-TERM TRENDS

	1982	1992	2001	2002	
GDP (US\$ billions)	84.3	228.8	268.7	102.2	
Gross domestic investment/GDP	21.8	16.7	14.2	12.0	
Exports of goods and services/GDP	9.1	6.6	11.5	27.7	
Gross domestic savings/GDP	24.3	15.2	15.5	27.2	
Gross national savings/GDP	-	13.6	12.5	21.3	
Current account balance/GDP	-2.8	-2.5	-1.7	9.4	
Interest payments/GDP	6.7	2.1	4.5	9.8	
Total debt/GDP	51.8	29.9	52.2	131.4	
Total debt service/exports	50.0	27.6	109.6	102.5	
Present value of debt/GDP	-	-	54.7	-	
Present value of debt/exports	-	-	401.3	-	
(average annual growth)					
GDP	1.5	1.7	-4.4	-10.9	0.5
GDP per capita	0.2	0.4	-5.6	-12.1	-0.7
Exports of goods and services	4.1	8.1	2.7	3.2	3.7



STRUCTURE of the ECONOMY

	1982	1992	2001	2002
(% of GDP)				
Agriculture	9.6	6.0	4.8	10.6
Industry	41.1	30.7	26.6	31.9
Manufacturing	31.4	21.9	17.0	21.3
Services	49.3	63.3	68.6	57.4
Private consumption	-	81.9	73.9	64.8
General government consumption	-	3.6	10.6	7.9
Imports of goods and services	6.5	8.1	10.2	12.5
(average annual growth)				
Agriculture	0.7	3.2	1.1	-2.3
Industry	0.0	2.1	-6.5	-13.5
Manufacturing	0.1	1.1	-7.4	-10.5
Services	1.1	3.3	-4.0	-9.2
Private consumption	-	1.9	-4.8	-15.1
General government consumption	-	1.9	-2.1	-5.1
Gross domestic investment	0.6	0.8	-15.7	-36.1
Imports of goods and services	8.1	6.3	-13.9	-49.7

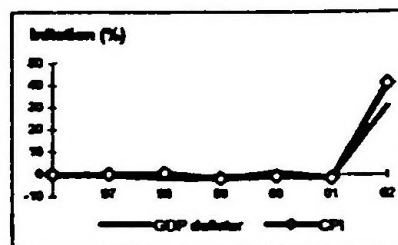


Note: 2002 data are preliminary estimates.

* The diamonds show four key indicators in the country (in bold) compared with its income-group average. If data are missing, the diamond will be incomplete.

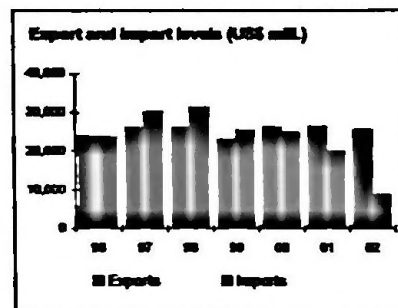
PRICES and GOVERNMENT FINANCE

	1982	1982	2001	2002
Domestic prices				
<i>(% change)</i>				
Consumer prices	164.8	24.9	-1.5	41.0
Implicit GDP deflator	207.6	11.9	-1.1	30.8
Government finance				
<i>(% of GDP, includes current grants)</i>				
Current revenue	18.7	17.1	19.0	17.8
Current budget balance	-2.4	2.1	-2.3	-0.8
Overall surplus/deficit	-0.6	1.3	-3.3	-3.0



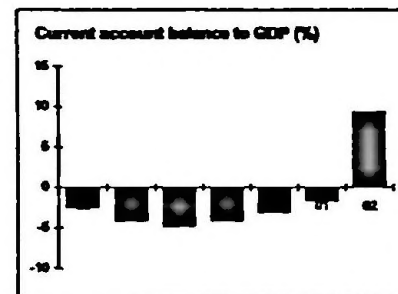
TRADE

	1982	1982	2001	2002
<i>(US\$ millions)</i>				
Total exports (fob)	--	12,389	26,610	25,709
Food	--	1,548	2,355	2,275
Meat	--	767	946	914
Manufactures	--	2,823	15,770	15,733
Total imports (cif)	--	14,982	20,321	8,689
Food	--	--	--	--
Fuel and energy	--	510	841	480
Capital goods	--	6,479	4,182	1,319
Export price index (1995=100)	--	--	87	83
Import price index (1995=100)	--	--	84	82
Terms of trade (1995=100)	--	--	104	1



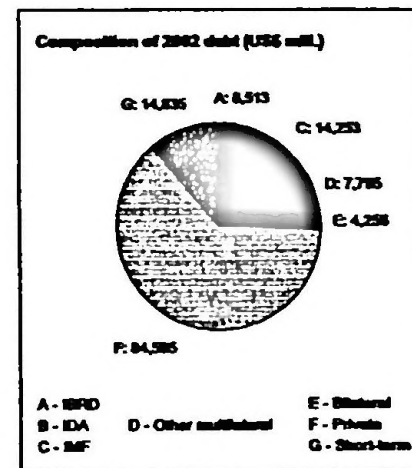
BALANCE of PAYMENTS

	1982	1982	2001	2002
<i>(US\$ millions)</i>				
Exports of goods and services	9,185	15,382	30,940	28,643
Imports of goods and services	6,514	19,335	27,456	13,010
Resource balance	2,671	-3,952	3,484	15,633
Net income	-5,058	-2,473	-8,243	-6,457
Net current transfers	0	770	281	414
Current account balance	-2,387	-5,655	-4,477	9,580
Financing items (net)	1,718	8,992	-16,929	-13,377
Changes in net reserves	669	-3,337	21,406	3,787
Memo:				
Reserves including gold (US\$ millions)	--	16,516	14,546	10,482
Conversion rate (DEC, local/US\$)	--	1.0	1.0	3.1



EXTERNAL DEBT and RESOURCE FLOWS

	1982	1982	2001	2002
<i>(US\$ millions)</i>				
Total debt outstanding and disbursed	43,634	68,345	140,242	134,247
IBRD	504	2,505	9,440	8,513
IDA	0	0	0	0
Total debt service	4,876	4,862	24,012	5,828
IBRD	98	611	1,308	1,870
IDA	0	0	0	0
Composition of net resource flows				
Official grants	1	42	6	0
Official creditors	58	760	10,492	-1,851
Private creditors	2,755	38	-27,974	137
Foreign direct investment	678	1,836	3,380	1,741
Portfolio equity	0	13	-9	-27
World Bank program				
Commitments	0	1,004	436	250
Disbursements	120	460	1,329	424
Principal repayments	46	351	676	1,353
Net flows	74	109	653	-928
Interest payments	36	216	668	512
Net transfers	38	-107	-15	-1,441



Anexo 1									
Indicadores Macroeconomicos de 1913 a 1940									
Anos	Termos Troca (1)	Tx Câmbio Real (1)	PIB (2)	PIB (3)	Investim. (2)	Export. (2)	Import. (2)	Défice Fiscal/PIB	Nível Preços (1)
1913	100	100	4.640	—	579	1.805	2.270	0,8%	100
1928	99	121	7.780	—	900	2.901	2.991	1,7%	131
1929	90	126	8.146	4,70	1029	2.847	3.048	2,3%	127
1930	88	144	7.784	-4,44	871	2.100	2.533	4,3%	122
1931	65	165	7.216	-7,30	533	2.871	1.651	2,7%	118
1932	68	162	6.966	-3,46	374	2.636	1.282	1,8%	119
1933	64	139	7.309	4,92	418	2.474	1.506	1,7%	114
1934	79	159	7.912	8,25	554	2.546	1.584	1,8%	130
1935	79	153	8.275	4,59	691	2.754	1.836	1,2%	128
1936	96	148	8.336	0,74	824	2.491	1.870	1,7%	131
1937	110	121	8.964	7,53	748	2.911	2.381	2,4%	150
1938	101	151	8.979	0,17	824	1.963	2.251	2,4%	140
1939	89	162	9.337	3,99	691	2.501	1.755	3,6%	143
1940	91	145	9.486	1,60	637	2.071	1.461	2,7%	163

Fonte: Paolera e Taylor (1998)

(1) 1913=100 (2) m\$n 1913 (3) variação percentual

Anexo 2		
Presidentes da Argentina		
Ano	Presidente	Situação Política
1863	Bartolome Mitre (liberal)	Democracia Limitada
1864-1916	Sarmiento (independente) Avellaneda (1874-80) (nacional) Roca (1880-86) (PAN) J.Celman (1886-90) (PAN) Pellegrini (1890-92) (PAN) L.S.Peña (1892-95) (independente) Uriburu (1895-98) (PAN) Roca (1898-1904) (PAN) Quintana (1904-06) (PAN) F.Alcorta (1906-10) (PAN) R.S. Peña (1910-14) (independente) De La Plaza (1914-16) (conservador)	Democracia Limitada
1916-30	Yrigoyen (1916-22) (UCR) Alvear (1922-28) (UCR) Yrigoyen (1928-30) (UCR)	Democracia
1930-32 1932-43	Uriburu (1930-32) Justo (1932-38) (independente) Ortiz (1938-42) (UCR) Castillo (1942-43) (conservador)	Governo Militar
1943-46	Ramirez (1943-44) Farrel (1944-46)	Governo Militar
1946-55	Peron (1946-52) (Peronista) Peron (1952-55) (Peronista)	Democracia
1955-58	Lonardi (1955) Aramburu (1955-58)	Governo Militar
1958-62	Frondizi (1958-62) (UCRI)	Democracia Limitada (o partido peronista não pode participar nas eleições)
1962-66	Guido (1962-63) (UCRI)	Golpe Militar (Guido) e Democracia Limitada (Illia)
1966-73	Ongania (1966-70) Levingston (1970-71) Lanusse (1971-73)	Governo Militar
1973-76	Campora (1973) (justicialista) Lastiri (1973) (justicialista) Peron (1973-74) (justicialista) Martinez (1974-76) (justicialista)	Democracia
1976-83	Videla (1976-81) Viola (1981) Galtieri (1981-83) Bignone (1983)	Governo Militar
1983-89 1989-2001	Alfonsis (1983-89) (UCR) Menem (1989-95) (Justicialista) Menem (1995-99) (Justicialista) De La Rúa (1999-2001) (UCR) Ramon Puerta (21 a 22/12/2001) Rodrigues Saá (23 a 30/12/2001) Eduardo Camaño (30 a 31/12/2001)	Democracia
2002-2003	Duhalde (Justicialista)	Democracia
2003	Kirtchner (Justicialista)	Democracia

Fonte: Alston et al (2002)

PAN- Partido Autonomista Nacional

UCR-União Cívica radical

Anexo 3					
Evolução de alguns Indicadores Macroeconómicos de 1960 a 1990					
(em percentagem)					
	PIB	Invest./PIB	Inflação	Défice Orç / PIB	Défice Conta Corrente/PIB
Anos	(1)		(2)		
1960	7,9	24,1	12,1	4,2	0,9
1961	7,1	26,2	18,8	2,5	2,3
1962	-1,6	24,2	31,8	2,9	1,1
1963	-2,4	21,0	27,6	5,1	-0,8
1964	10,3	21,2	18,1	3,1	0,0
1965	9,2	20,3	38,2	2,4	-0,6
1966	0,6	20,8	29,9	2,3	-0,7
1967	2,6	21,3	27,3	2,1	-0,4
1968	4,4	22,9	9,5	1,3	0,1
1969	8,5	24,4	6,6	0,6	0,5
1970	5,4	24,3	21,7	0,9	0,4
1971	4,8	25,7	39,1	2,1	0,8
1972	3,1	26,5	64,1	3,8	0,4
1973	6,1	25,6	43,7	5,2	-1,2
1974	5,7	25,2	40,0	2,8	-0,2
1975	-0,5	24,8	335,1	9,7	1,6
1976	-0,5	26,1	349,0	8,4	-0,8
1977	6,3	28,8	160,0	2,3	-1,4
1978	-3,3	26,7	169,0	5,3	-1,8
1979	6,5	28,3	140,1	5,8	0,4
1980	1,0	28,1	87,5	3,5	3,3
1981	-7,0	25,3	131,2	6,0	3,2
1982	-5,8	20,9	209,7	22,1	1,6
1983	2,6	20,2	433,6	10,7	1,6
1984	2,2	18,9	686,8	19,5	1,5
1985	-4,6	17,5	385,4	7,8	0,6
1986	5,8	18,1	81,9	4,4	1,9
1987	1,8	20,0	174,8	5,7	2,6
1988	-3,0	19,6	387,7	4,3	1,0
1989	-4,6	16,5	4923,3	2,6	0,8
1990	-0,8	14,0	1343,9	3,5	-2,9

Fonte: Banco Central e INDEC

(1) variação anual em percentagem

(2) Variação anual, baseada no IPC

Anexo 4			
Coeficientes de Liquidez (em porcentagem)			
Anos	M1/PIB	M2/PIB	M3/PIB
1985	2,9	9,4	...
1986	3,7	11,6	...
1987	3,2	11,7	...
1988	2,2	10,6	...
1989	2,2	8,5	10,6
1990	1,8	4,0	5,4
1991	2,4	4,6	7,3
1992	3,4	6,3	10,3
1993	4,5	9,0	15,0
1994	5,1	10,3	17,9
1995	5,2	9,7	17,5
1996	5,6	10,7	19,7
1997	6,0	12,0	22,1
1998	6,2	13,3	25,7
1999	6,3	14,0	29,1
2000	6,1	13,5	29,9
2001	5,7	12,0	29,4

Fonte: CEPAL, "Indicadores Macroeconômicos"

Anexo 5						
Balança Comercial de 1980-2001						
(USD milhões)						
Ano	Exportações FOB	Importações CIF	Saldo Comercial	PIB Preços corr.	Abertura (1)	Saldo Com/ PIB
1980	8.021,4	10.540,6	-2.519,2	76.962	24,1%	-3,3%
1981	9.143,6	9.430,2	-286,6	78.677	23,6%	-0,4%
1982	7.624,5	5.336,9	2.287,6	84.307	15,4%	2,7%
1983	7.836,2	4.504,3	3.331,9	103.979	11,9%	3,2%
1984	8.107,4	4.584,9	3.522,5	79.092	16,0%	4,5%
1985	8.396,1	3.814,2	4.581,9	88.417	13,8%	5,2%
1986	6.851,9	4.724,2	2.127,7	110.934	10,4%	1,9%
1987	6.360,2	5.818,8	541,4	111.106	11,0%	0,5%
1988	9.136,3	5.322,0	3.814,3	126.207	11,5%	3,0%
1989	9.656,0	4.309,9	5.346,1	76.637	18,2%	7,0%
1990	12.488,2	4.196,6	8.291,6	141.352	11,8%	5,9%
1991	12.145,9	8.402,7	3.743,2	189.720	10,8%	2,0%
1992	12.398,9	14.981,7	-2.582,8	228.779	12,0%	-1,1%
1993	13.268,9	16.872,3	-3.603,4	236.754	12,7%	-1,5%
1994	16.023,3	21.675,1	-5.651,8	257.711	14,6%	-2,2%
1995	21.161,7	20.199,7	962,0	258.303	16,0%	0,4%
1996	24.042,7	23.855,1	187,6	272.436	17,6%	0,1%
1997	26.430,8	30.450,2	-4.019,4	293.167	19,4%	-1,4%
1998	26.433,7	31.377,4	-4.943,7	298.444	19,4%	-1,7%
1999	23.308,6	25.508,2	-2.199,6	283.166	17,2%	-0,8%
2000	26.409,5	25.243,0	1.166,5	284.204	18,2%	0,4%
2001	26.655,0	20.312,0	6.343,0	268.638	17,5%	2,4%

(1) - Exportações mais Importações, relativamente ao PIB

Fonte: CEPAL

Anexo 6				
Balança Comercial Argentina com os países do MERCOSUL 1995-1999				
(USD milhões)	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
1995 Exportações FOB	5.484	631	654	6.769
Importações CIF	4.175	140	279	4.594
Saldo	1.310	491	375	2.175
1996 Exportações FOB	6.615	584	719	7.918
Importações CIF	5.326	182	293	5.801
Saldo	1.289	402	426	2.117
1997 Exportações FOB	8.133	624	840	9.597
Importações CIF	6.914	320	371	7.605
Saldo	1.219	304	469	1.992
1998 Exportações FOB	7.949	622	843	9.415
Importações CIF	7.055	348	528	7.931
Saldo	894	274	315	1.484
1999 Exportações FOB	5.690	563	812	7.064
Importações CIF	5.596	304	389	6.290
Saldo	94	259	423	776

Fonte: Anuário Estadístico de la República Argentina 2000

Anexo 7									
Exportações por Produtos: 1995-2001									
(USD milhões)	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total	%
Total	20.963	23.811	26.431	26.434	23.308	26.341	26.610	173.898	100%
Carnes	848	781	763	601	655	621	222	4.491	2,50%
Cereais	1.863	2.560	3.007	3.042	2.063	2.419	2.442	17.396	10,00%
Gorduras e azeites	2.097	1.891	2.225	2.734	2.332	1.678	1.632	14.589	8,30%
Resíduos/desp (1)	1.254	2.367	2.404	2.006	2.050	2.431	2.627	15.139	8,70%
Combustíveis	2.169	3.089	3.094	2.277	2.824	4.643	4.532	22.628	13,00%
Caldeiras e Máq.	736	765	895	819	789	810	795	5.609	3,20%
Veículos	1.238	1.519	2.658	3.028	1.629	1.952	1.976	14.000	8,00%

(1) Resíduos e Desperdícios das Indústrias Alimentares

Fonte: INDEC

Anexo 8					
Comércio Externo por Região Destino de 1995 a 1999					
(USD milhões)					
	Exportações FOB		Importações CIF		Saldo
Total	120.748,06	100,0%	131.202,56	100,0%	-10.454,50
Mercosul	40.617,29	33,6%	33.205,01	24,5%	8.417,28
Brasil	33.779,04	28,0%	29.051,82	22,1%	4.729,23
Chile	8.859,83	7,3%	3.104,41	2,4%	5.754,42
NAFTA	12.723,27	10,5%	30.508,16	23,3%	-17.785,89
EU	22.323,70	18,5%	36.981,50	28,2%	-14.656,80
ASEAN	4.434,02	3,7%	5.070,84	3,9%	-637,82
China (1)	3.103,72	2,6%	4.588,30	3,5%	-1.483,58
Japan	2.720,71	2,3%	5.087,42	3,9%	-2.366,71
Resto	28.686,23	23,8%	18.744,34	14,3%	9.937,89

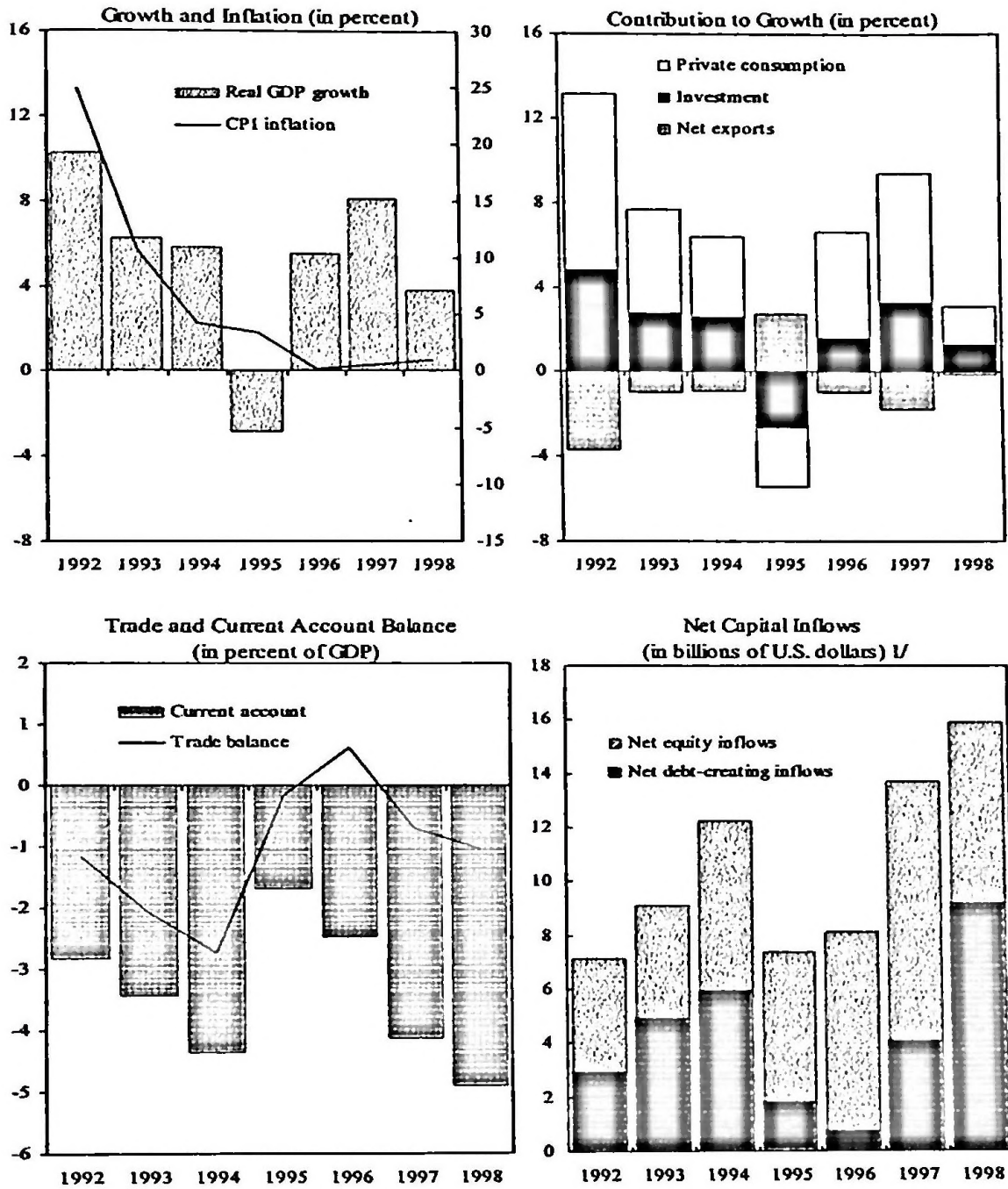
(1) Hong-Kong incluído a partir de 1998

Fonte: INDEC

Anexo 9					
Taxas de Crescimento do PIB na América Latina					
(em %)	1981-90	1991-97	1998	1999	2000-01
Argentina	-1,3	6,7	3,9	-3,4	-2,1
Bolívia	-0,4	4,3	5,5	0,6	1,5
Brasil	2,3	3,1	0,2	0,8	3,1
Chile	4	8,3	3,9	-1,1	4,3
Colômbia	3,4	4	0,5	-4,3	2,2
Costa Rica	2,4	4,9	8,4	8,2	1,3
Ecuador	2,1	3,2	0,4	-7,3	3,9
México	1,5	2,9	4,9	3,8	3,3
Peru	0	5,3	-0,4	1,4	1,9
Venezuela	0,3	3,4	0,2	-6,1	3,3

Fonte: Banco Mundial

Figure 1. Argentina: Key Macroeconomic Indicators, 1992-98



Source: IMF, *World Economic Outlook*.

^{1/} Derived from the financial account of the balance of payments.

Anexo 11	
Cronologia dos Ministros Economia e Presidentes do Banco Central na Década de 90	
Ministros Economia:	
Domingo Cavallo	1991 a 1996
Roque Fernandez	1996 a 1999
José Luis Machinea	1999 a 3/2001
Domingo Cavallo	3/2001 a 12/2001
Jorge Lenicov	12/2001 a 4/2002
Roberto Lavagna	4/2002
Presidentes Banco Central:	
Javier Fraga	1990 a 1991
Roque Fernandez	1991 a 1996
Pedro Pou	1996 a 4/2001
Roque MacCarone	4/2001 a 1/2002
Mario Blejer	1/2002 a 6/2002
Aldo Pignanelli	6/2002

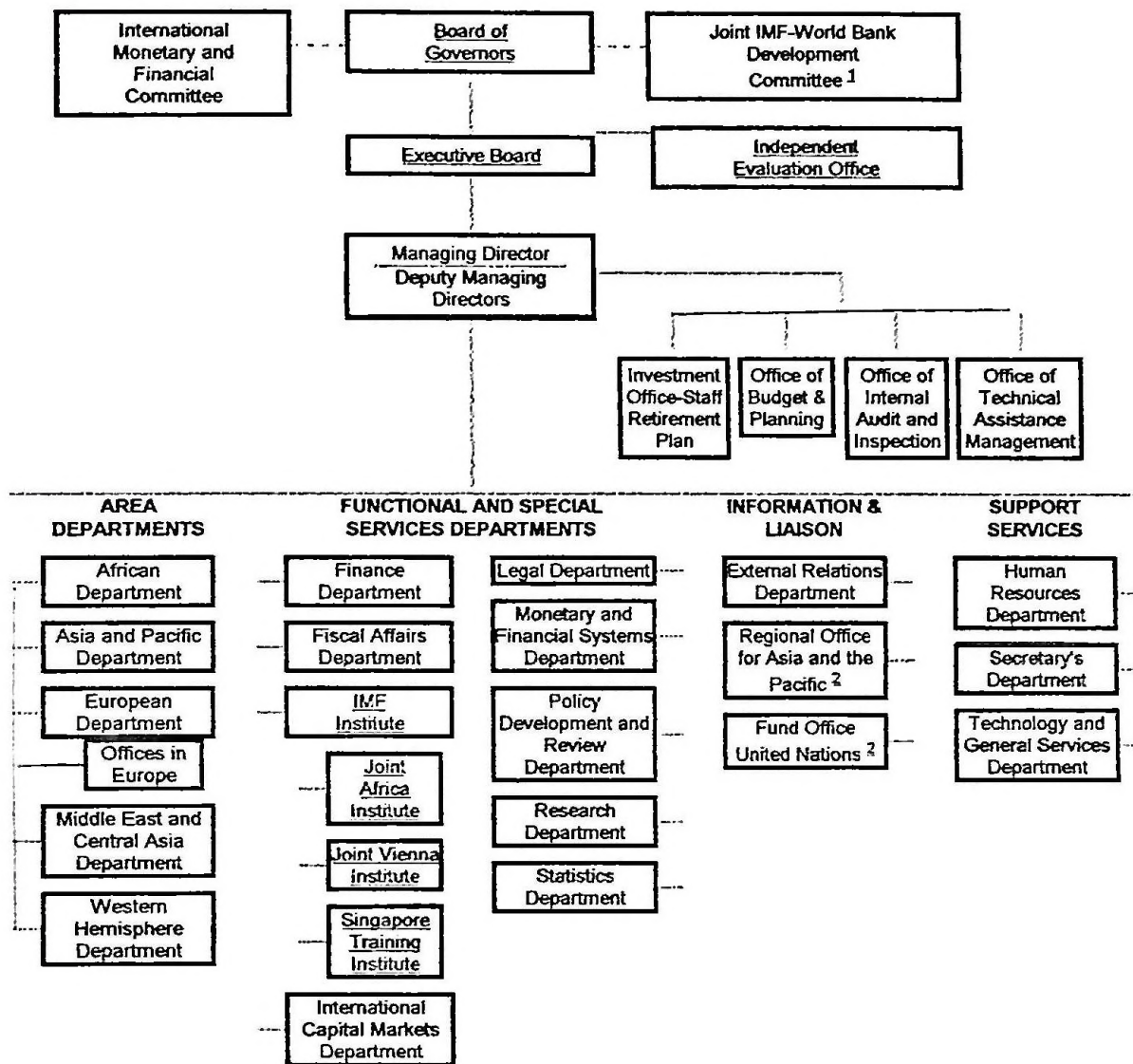
Fonte: Elaborado pela autora

IMF Organization Chart

As of November 2003

ANEXO 12

[Français](#) [Español](#)



¹ Known formally as the Joint Ministerial Committee of the Boards of Governors of the Bank and the Fund on the Transfer of Real Resources to Developing Countries

² Attached to the Office of Managing Director





[IMF Chronology](#)

IMF Managing Directors

[IMF at a Glance](#)
A Factsheet

[Reverse Order](#)

[More Factsheets](#)

[What is the IMF?](#)
An Introduction

[Glossary of Financial](#)
[Terms](#)

[Organization](#)

[Senior Officials](#)

[Members Quotas](#)
Shares, Governors,
and Voting Power

[Executive Directors](#)
and Voting Power



Mr. Horst Köhler, from Germany, was Managing Director from May 1, 2000 to March 4, 2004



Michel Camdessus, from France, was Managing Director from January 16, 1987 to February 14, 2000



Jacques de Larosière, from France, was Managing Director from June 17, 1978 to January 15, 1987



H. Johannes Witteveen, from the Netherlands, was Managing Director from September 1, 1973 to June 16, 1978



Pierre-Paul Schweitzer, from France, was Managing Director from September 1, 1963 to August 31, 1973



Per Jacobsson, from Sweden, was Managing Director from November 21, 1956 to May 5, 1963



Ivar Rooth, from Sweden, was Managing Director from August 3, 1951 to October 3, 1956

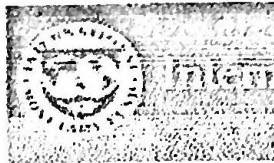


Camille Gutt, from Belgium, served as the IMF's first Managing Director from May 6, 1946 to May 5, 1951

[Reverse Order](#)

[Home](#) [What's New](#) [Site Map](#) [Site Index](#)
[About the IMF](#) [IMF at Work](#) [IMF Finances](#) [Country Info](#) [News](#) [Publications](#)

[Terms and Conditions](#) [Privacy Policy](#)



[Members Quotas
Shares, Governors,
and Voting Power](#)

Senior Officials of the International Monetary Fund

[Executive Directors
and Voting Power](#)

[Español](#) [Français](#)

March 08, 2004

[Organization](#)

[Articles of Agreement](#)

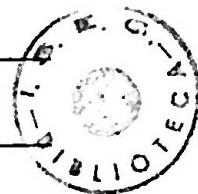
[IMF at a Glance
A Factsheet](#)

[List of IMF Managing
Directors](#)

[Executive Board
Calendar](#)

Acting Managing Director	Anne O. Krueger
Deputy Managing Director	Agustín Carstens
Deputy Managing Director	Takatoshi Kato
Counsellor	Gerd Häusler*
Economic Counsellor	Raghuram G. Rajan*
African Department Director	Abdoulaye Bio-Tchané
Asia and Pacific Department Director	David Burton
European Department Director	Michael C. Deppler
External Relations Department Director	Thomas C. Dawson II
Finance Department Director	Eduard Brau
Fiscal Affairs Department Director	Teresa M. Ter-Minassian
Human Resources Department Director	Margaret R. Kelly
IMF Institute Director	Leslie Lipschitz
International Capital Markets Department Director	Gerd Häusler
Legal Department General Counsel	François P. Gianviti
Middle East and Central Asia Department Director	Mohsin S. Khan
Monetary and Financial Systems Department Director	Stefan Ingves
Policy Development and Review Department Director	Mark Allen
Research Department Director	Raghuram G. Rajan
Secretary's Department	

Secretary	<u>Shantendra J. Anjaria</u>
Statistics Department Director	<u>Carol S. Carson</u>
Technology and General Services Department Director	<u>Brian C. Stuart</u>
Western Hemisphere Department Director	<u>Anoop Singh</u>
Office of Budget and Planning Director	<u>Barry Potter</u>
Office of Internal Audit and Inspection Director	<u>Alain Coune</u>
Office of Technical Assistance Management Director	<u>Claire Liuksila</u>
Regional Office for Asia and the Pacific Director	<u>Hiroyuki Hino</u>
Offices in Europe Director	<u>Flemming Larsen</u>
Office at the United Nations Special Representative to the UN	<u>Reinhard Munzberg</u>
Independent Evaluation Office Director	<u>Montek Singh Ahluwalia</u>



* Alphabetical listing.

[Home](#) [What's New](#) [Site Map](#) [Site Index](#)
[About the IMF](#) [IMF at Work](#) [IMF Finances](#) [Country Info](#) [News](#) [Publications](#)
[Terms and Conditions](#) [Privacy Policy](#)

Anexo 15		
Alguns Rácios Da Dívida Pública em Dezembro 2000		
	Percentagem PIB	Percentagem Exportações
Total Dívida Pública (Externa e Interna)	44,9	
Total Dívida Pública Externa	30,1	278,7
Serviço da Dívida Pública	4,4	40,6
Serviço da Dívida Pública Externa	2,4	22,6
Dívida Externa de Curto Prazo	8,0	74,2

Fonte: Lischinsky (2003)

Anexo 16		
Dívida Pública Argentina em Setembro 2001		
	Saldo USD m	Percentagem
Total Dívida Pública	141.252	100
Médio e Longo Prazo	138.010	97,7
Obrigações	95.787	67,81
Moeda Doméstica	2.269	
Moeda Estrangeira	93.518	
Empréstimos	42.222	29,89
Organizações Internacionais	33.142	23,46
IADB	8.769	
Banco Mundial	9.747	
FMI	14.592	
Fonplata	28	
FIDA	6	
Credores Oficiais	4.827	3,43
Clube Paris	2.039	
Outros Bilaterias	2.788	
Bancos Comerciais	2.766	1,95
Outros Credores	1.488	1,05
Curto Prazo	3.241	2,3
Obrigações Tesouro	3.242	

Fonte: Lischinsky (2003)

Anexo 17			
Acordos e Empréstimos do FMI à Argentina desde 1983			
Tipo de Acordo	Data Aprovação	Data Término	Principais Políticas de Reforma Estabelecidas nos Acordos
Stand-by	Janeiro 1983		<p>Maior arrecadação impostos indirectos</p> <p>Redução gastos empresas estatais</p> <p>Adequada administração taxa juro</p> <p>Restrição créditos locais</p>
Stand-by	Dezembro 1984	Junho 1986	<p>Aumento imposto sobre rendimentos e das contribuições da SS a cargo da entidade patronal</p> <p>Redistribuição dos gastos do Governo:</p> <p>Redução dos gastos militares e afectação dos mesmos ao sector da saúde, habitação e educação</p> <p>Eliminação gradual do controle sobre os preços e salários</p> <p>Adopção de uma política monetária e fiscal mais severa</p>
Stand-by	Julho 1987	Setembro 1988	<p>Continuação da redução do défice fiscal</p> <p>Implementação de um sistema de controle de preços</p> <p>Revisão da política que regula a taxa de câmbio para garantir a competitividade</p>
Stand-by	Novembro 1989	Março 1991	<p>Extensão do IVA a uma maior quantidade de produtos e serviços</p> <p>Corte de subsídios e programas de promoção industrial</p> <p>Privatização das telecomunicações, sist.ferroviários e linhas aéreas</p> <p>Maior independência do Banco Central relativamente ao poder executivo</p> <p>Redução das tarifas</p> <p>Eliminação dos impostos sobre as exportações</p>
Stand-by	Julho 1991	Março 1992	<p>Aperfeiçoamento da arrecadação de impostos, restrição do gasto público e venda de activos para obter superavite fiscal</p> <p>Redução número de empregados públicos</p> <p>Continuação da abertura da economia ao mercado internacional</p> <p>Maior flexibilização do mercado laboral</p> <p>Privatização das empresas de energia e gás</p> <p>Revisão do pagamento da dívida externa</p>
EFF	Março 1992	Março 1996	<p>Regularização das relações com as entidades crediticias externas privadas, através da redução da dívida</p> <p>Maior redução do sector público</p> <p>Maior desregularização da economia</p> <p>Desenvolvimento do mercado de capitais</p>
Syand-by	Abril 1996	Janeiro 1998	<p>Reforma do Governo das Províncias: aperfeiçoamento do sistema de impostos, privatização de bancos e empresas e transferência gradual do sistema de pensões para o Governo federal</p> <p>Maior flexibilidade do mercado laboral</p> <p>Reforma do sistema de saúde</p>
EFF	Fevereiro 1998	Março 2000	<p>Continuação do ajustamento fiscal</p> <p>Continuação da reforma laboral</p> <p>Aperfeiçoamento do sistema de impostos</p> <p>Incremento da transparência no gasto público</p>
Stand-by	Março 2000	Março 2003	<p>Eliminação das falhas do sistema de impostos, ampliação da base de impostos, maior controle cumprimento do pagamento de impostos</p> <p>Redução do gasto governamental</p> <p>Continuação da reforma laboral e do sistema de segurança social</p> <p>Fomento competência sectores monopolizados, como os das comunicações e energia</p>

Fonte: Arquivos do FMI, Março de 2001